

Instituto Politécnico de Beja
Escola Superior de Educação de Beja
Mestrado em Psicogerontologia Comunitária

Mulheres idosas e violência doméstica

Elaborado por:

Jaciara P. Oliveira

Beja

Maio, 2017

Escola Superior de Educação de Beja

Mestrado em Psicogerontologia Comunitária

Mulheres idosas e violência doméstica

Elaborado por:

Jaciara P. Oliveira

Orientado por:

Professor Doutor José Pereirinha Ramalho

Coorientado por:

Professor Doutor Miguel da Conceição Bento

Beja

Maio, 2017

Agradecimento

A realização desta investigação só se tornou possível devido à participação de vários intervenientes, aos quais quero expressar o meu sincero agradecimento por terem contribuído na realização deste trabalho.

Desta forma, as minhas palavras de apreço e gratidão vão para:

-As mulheres idosas que foram vítimas de violência em contexto familiar, que por mais doloroso, narraram as suas histórias de uma forma que só quem viveu intimamente com a violência conseguem expressar com tanta veracidade e de maneira muito especial. A vocês mulheres guerreiras, os meus agradecimentos por fazerem parte desta investigação;

- Aos técnicos representantes de entidades de protecção de mulheres vítimas de violência em contexto familiar que contribuíram nesta investigação;

-Aos meus orientadores, Doutor José Pereirinha Ramalho e Doutor Miguel da Conceição Bento, pela dedicação, total disponibilidade e simpatia com que sempre me receberam, pelas vossas sugestões sempre pertinentes, pelos seus ensinamentos e pelo incondicional apoio durante a realização desta investigação. “...dar o exemplo não é a melhor maneira de influenciar os outros. É a única.” (AlbertSchweitzer);

- Ao Sr. António Mendonça, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vidigueira, pela amizade e simpatia e pelo incentivo e confiança que sempre em mim depositou;

- Às Técnicas da Santa Casa da Misericórdia, Psicóloga Dr.^a Luciabela Lança, Directora Técnica da Casa de Abrigo (C.A), Assistente Social Dr.^a Elsa Cristina Pelúcia e a Assistente Social Dr.^a Isabel Machado Palma, esta ultima Directora Técnica do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). A todas agradeço pela disponibilidade e ânimo que me dedicaram ao longo desta caminhada;

- A toda a equipa de trabalho da Casa de Abrigo;

- Aos meus pais, irmãos e sobrinhos que mesmo distantes torcem por mim;

- Aos meus filhos e esposo (meu tudo) que sempre estiveram ao meu lado, incondicionalmente. Sempre me fazendo acreditar que chegaria ao final desta etapa, pois somos uma família;

- A Deus, que sempre me fortaleceu quando mais precisei.

A todos que sintam que participaram nesta investigação e cuja referência não foi feita, recebam o meu agradecimento. Bem-haja a todos!

Siglas

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CA - Centro de Acolhimento

CEDAW – Comité para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

GAP – Gabinete de Apoio à Vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

INE - Instituto Nacional de Estatística

NAV - Núcleo de Atendimento de Apoio à Vítima

OMA – Observatório de Mulheres Assassinadas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PSP – Polícia de Segurança Pública

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

VD - Violência Domestica

“Não temos mais tempo ou necessidade para isso, agora somos casados, podemos deixar as carícias para depois. E o facto é que esse depois dificilmente vem. A rotina só aumenta, o tempo de um para com o outro só diminui”.

Borges (s/d: 02).

Resumo

Neste trabalho de projecto procuramos dar ênfase a uma problemática que atinge uma grande parcela da sociedade: a violência doméstica sobre as mulheres idosas.

Para além da exploração teórica de um conjunto de conceitos inerentes à problemática em análise, procura-se conhecer a violência doméstica através das narrativas em primeira pessoa das (mulheres idosas) e as estratégias utilizadas pelos técnicos para a inclusão social destas, conforme as políticas públicas o que constitui o objectivo fulcral desta investigação.

No decorrer deste trabalho, surgiu a necessidade de criação de uma “Associação de Artes e ofícios”, como resposta à problemática abordada e que apresenta na parte final do documento.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Abrigo, Comunidade, Envelhecimento, Família, Inclusão Social e Violência Domestica.

Abstrat

In this project, we seek to emphasize a problem that affects a large part of society: domestic violence against older women.

In addition to the theoretical exploration of a set of concepts inherent in the problematic under analysis, it is sought to know domestic violence through the first-person narratives of (elderly women) and the strategies used by the technicians for their social inclusion, according to public policies Which is the central objective of this investigation.

In the course of this work, the need arose for the creation of an "Association of Arts and Crafts", as a response to the problem addressed and presented in the final part of the document.

Keywords: Shelter, Community, Aging, Family, Social Inclusion and Violence.

Índice

Agradecimento	i
Siglas.....	iii
Resumo	v
Abstrat.....	vi
Índice de Quadros	ix
Índice de Tabelas	ix
Índice de Figuras	ix
Índice de Gráficos.....	ix
Índice de Apêndices	x
Introdução.....	1
Capítulo I Violência em contexto doméstico	4
1. Violência e família	4
1.1. Conjugalidade: Vidas de homens, vidas de mulheres.....	6
1.1.1. Violência de género	10
1.2. A violência sobre a mulher em contexto familiar e os factores de risco	12
1.3. Crenças sobre a violência doméstica	20
1.3.1.O círculo da violência	21
1.3.2. Tipologia da violência/Consequências da violência	24
2. Legislação Portuguesa/Protecção as vítimas.....	27
2.1. A resposta social casas de abrigo, institucionalização e estratégias de inclusão	31
Capítulo II – Envelhecimento e violência	35
1. O Envelhecimento	35
1.1. Violência sobre pessoas idosas em Portugal	40
1.2. Envelhecimento: Uma abordagem psicológica do processo	42
1.3. Os maus tractos aos idosos como problema social	44

Capítulo III- Metodologia da Pesquisa	49
1. A problemática	49
2. A natureza da investigação	51
3. As técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados	52
4. Universo e da Amostra	54
5. Análises das histórias de vida temática.....	55
6. Apresentação e análise de conteúdo das entrevistas com Técnicos	71
7. Análise das histórias de vida por parte de psicólogos externos à investigação	77
8. A representação social da violência doméstica e das Casas de Abrigo a partir da comunidade local.....	80
9. Síntese dos dados recolhidos	83
9.1. Principais problemas diagnosticados e proposta de intervenção	83
Capítulo IV- Projecto de Intervenção	88
1. Planificação de projectos em intervenção social	88
2. Justificação do projecto	90
2.1. Finalidades e objectivos do projecto.....	91
2.2. Planeamento da execução	92
2.2.1. Cronogramas	92
2.2.2. Actividades a desenvolver	93
2.3. Avaliação do Projecto.....	93
Considerações finais	95
Referências bibliográfica:	103
Apêndices.....	I

Índice de Quadros

Quadro 1. Crenças e explicações sobre a violência doméstica.....	20
Quadro 2. Consequências da violência entre parceiros	26
Quadro 3 Instrumentos utilizados no processo de investigação.....	53
Quadro 4. Percurso de vida, (Namoro, casamento)	61
Quadro 5. Histórias da relação íntima violenta	63
Quadro 6. Impactos e sentimentos referentes à violência em contexto familiar	67
Quadro 7. Consciencialização e denúncia e encaminhamento para casa de abrigo	69
Quadro 8. Perspectivas futuras	71
Quadro 9. Caracterização dos técnicos entrevistados	72
Quadro 10. Questão -1).....	72
Quadro 11. (Questão-2)	73
Quadro 12. (Questão-3)	73
Quadro 13. (Questão-4)	74
Quadro 14. (Questão-5)	74

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização das mulheres idosas vítimas de violência domestica entrevistadas.	57
Tabela 2 - Agressor e tipos de agressão	58

Índice de Figuras

Figura 1. Violência em círculo	21
Figura 2. A dinâmica de um relacionamento violento	24

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Mulheres Assassinadas em Portugal (2004-2016), vítimas de VD	15
Gráfico 2 Faixa etária das mulheres assassinadas por VD em Portugal durante 2016	16
Gráfico 3 N° de homicídios por distrito por VD em Portugal durante 2016	16
Gráfico 4 Agressor.....	59
Gráfico 5 Tipo de agressão sofrida.....	59
Gráfico 6. Residentes / Ex-residentes	60

Gráfico 7. Passagens pela Casa Abrigo	60
---	----

Índice de Apêndices

Apêndice 1. Narrativa 01- Ana, 91 anos	II
Apêndice 2. Narrativa 02- Maria, 69 anos	II
Apêndice 3. Narrativa 03- Lúcia, 65 anos.....	III
Apêndice 4. Narrativa 04- Silvina, 68 anos.....	IV
Apêndice 5. Narrativa 05- Antónia, 70 anos	V
Apêndice 6. Narrativa 06- Bernarda, 73 anos.....	VI
Apêndice 7. Narrativa 07 – Canária, 78 anos	VII
Apêndice 8. Narrativa 08 – Bela, 67 anos	VIII
Apêndice 9. Narrativa 09–Carlota, 66 anos	IX
Apêndice 10. Narrativa 10– Mariana 72 anos.....	IX
Apêndice 11. Quadro I. Cronograma Ano:2016.....	XI
Apêndice 12. Quadro II. Cronograma -Ano: 2017	XII
Apêndice 13. Quadro III. Plano de Acção da Investigação.....	XIII
Apêndice 14. Quadro IV. Avaliação do processo de investigação.....	XVII
Apêndice 15. Guião nº 1 – Historias de vida: Mulheres Idosas	XIX
Apêndice 16. Guião nº 2- Entrevista com técnicos	XXI
Apêndice 17. Quadro V - Diagnóstico	XXIII
Apêndice 18. Organograma I- Projecto de intervenção/Associação Artes e ofícios	XXV
Apêndice 19. Organograma II - Órgãos Sociais da Associação Artes e Ofícios...	XXVI
Apêndice 20. Carta convite.....	XXVII
Apêndice 21. Acta de Constituição da Associação.....	XXVIII
Apêndice 22. Logotipo da Associação Artes e ofícios	XXXI
Apêndice 23. Associação Artes e Ofícios	XXXII
Apêndice 24. Estatutos.....	XXXV
Apêndice 25. Regulamento Interno da Associação Artes e Ofícios.....	XLVI
Apêndice 26. Quadro VI. Plano de actividade da Associação Artes e Ofícios do Concelho	LV
Apêndice 27. Ficha de avaliação- Oficina de formação.....	LXI

Introdução

O prolongamento da vida humana é muito mais do que um mero fenómeno biológico. O envelhecimento depende não só do padrão genético individual, mas também e seguramente de outros factores, como por exemplo, das condições políticas e sociais do país de residência habitual, bem como da sua cultura, recursos económicos e qualidade ambiental, (cf.Saldanha, 2009: 18).

O envelhecimento demográfico é uma realidade progressiva nas sociedades actuais. Em Portugal, o cenário é preocupante porque a população envelhecida é muito elevada e o número de jovens é reduzido.

Com o envelhecimento surgem várias questões que suscitam cuidados por parte da sociedade. Actualmente tem sido tema de debate com certa frequência a questão da violência sobre idosos em contexto familiar, sendo as mulheres as maiores vítimas. Assim, este trabalho de projecto terá como tema, “mulheres idosas e violência doméstica”, sendo que o tema é “necessariamente amplo, precisando bem o assunto geral sobre o qual desejamos realizar a pesquisa”, (Prodanov e Freitas 2013:120), e terá como objecto de estudo a violência doméstica em mulheres idosas residentes e ex residentes em casas abrigo, e o processo de integração social destas vítimas. Esta pesquisa obedecerá a uma estrutura metodológica que começará com a seguinte pergunta de partida:

Violência doméstica sobre mulheres idosas residentes e ex-residentes em casas de abrigo: que estratégias de inclusão?

No seguimento desta questão de partida, a investigação conta com um conjunto de objectivos (geral e específicos) norteadores, que são:

-Objectivo geral, que “descreve as orientações para a acção e são coerentes com as finalidades do projecto”, (Guerra 2010:163), sendo que o mesmo **passa por contribuir para o processo de integração social das mulheres idosas vítimas de violência doméstica com passagem pelas Casas de Abrigo.**

Quanto aos objectivos específicos, entendidos enquanto algo que exprime “os resultados que se espera atingir e que detalhem os objectivos gerais”, (Guerra 2010: 164), os mesmos são:

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da problemática social da violência doméstica em mulheres idosas;
- Contribuir para o processo de integração social das mulheres idosas vítimas de violência doméstica residentes ou ex-residentes em casas abrigo;
- Apresentação de uma estratégia de integração social destas mulheres a partir de uma comunidade local.

A presente investigação foi desenvolvida com base nas narrativas de mulheres idosas residentes e ex residentes em casas de abrigo, bem como, mediante entrevistas realizadas a técnicos que prestam apoio a vítimas de violência doméstica

Este projecto encontra-se estruturado da seguinte forma:

Capítulo Primeiro: Reúne o enquadramento teórico e os conceitos fundamentais para que seja possível uma contextualização do tema. Este capítulo abordará temas que possibilitarão conhecer e compreender os principais conceitos sobre a temática: família, violência e família, conjugalidade, violência de género, violência, a dinâmica de um relacionamento violento. Quanto à bibliografia buscamos autores de referência sobre a violência em contexto familiar como: Robert (1995), Pimentel (2001), Macedo (1994), Mattoso (2013), Dias (2010), Matias & Paulino (2013) entre outros.

Capítulo Segundo: Debruçamo-nos sobre a conceptualização do envelhecimento e violência sobre pessoas idosas em Portugal, através da bibliografia consultada sobre esta temática. Evidenciam-se autores como: Araldi (2008), Encarnação (2009), Fontaine (2000), Moura (2006), Neri (2001), Oliveira (2015) e Salgado (2007).

Capítulo Terceiro: Este capítulo tem como objectivo apresentar e desenvolver a metodologia que será utilizada para realização desta pesquisa, abordando as questões metodológicas da investigação.

Capítulo Quarto: Apresentará o projecto de intervenção com base no resultado da pesquisa.

"A Violência sobre as Mulheres é um cancro que devora o coração de qualquer sociedade, em qualquer parte do mundo"

Irene Khan, Secretária Geral da Amnistia Internacional

Capítulo I Violência em contexto doméstico

1. Violência e família

Não existe uma definição concreta de violência. A inexistência de clareza sobre o que é ou não violência, fomenta complexas discussões sobre o tema, variando conforme normas e contextos. Assim a OMS define violência como:

“Uso intencional de força física ou de poder, sob forma de ameaça ou real, contra si próprio/a, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que poder e resultar, ou ter uma forte probabilidade de resultar, em ferimentos, morte, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou privação”, (OMS, 2002 citado por Minayo 2005:22) . É difícil encontrar um consenso sobre a violência, sendo que os actos são recebidos e julgados de acordo com a época em que eles ocorrem. Podemos exemplificar a naturalidade em que se via a violência, até há pouco tempo na escola um dos métodos educacional era o uso da régua, vara ou palmatória já que a sociedade via de forma natural professores espancaram as crianças, pois a educação partia do princípio que a criança se não obedecesse teria que receber castigos físicos. No convívio familiar não era diferente, que o pai espancar os filhos e a esposa.

Torna-se importante começar por referir que em Portugal a violência doméstica na família tradicional não era vista como um problema social. “Historicamente, convém lembrar algumas leis e normas do Estado Novo, onde, por exemplo, a mulher tinha de pedir autorização ao marido para se ausentar do país, ou era-lhe conferido o direito de abrir a sua correspondência. Se é certo que, quer no plano legislativo, quer das condutas colectivas, as mudanças são consideráveis, muitos dos recortes das desigualdades associadas aos papéis de género, bem como do modelo patriarcal que é ainda dominante em diversas sociedades, ainda prevalecem”, (Lisboa, Manuel et al., VI Congresso Português de Sociologia 2006:3).

Os Códigos Penais português do século XIX, apresentaram várias lacunas em relação ao crime de violência doméstica. “Durante muito tempo os sistemas jurídicos – legais não ousaram regulamentar a esfera íntima da família. A lei portuguesa

autorizava até 1852 o marido de agredir a mulher. O código Penal de 1886 encarava o adultério da mulher como atenuante de homicídio”, (Matias, Paulino 2013:69).

A violência doméstica é um fenómeno que tem assumido por todo mundo proporções bastante elevadas. Nos anos 60/70, o movimento feminista deu voz a esta problemática, passando assim a ser uma problemática a trabalhar por diversos profissionais.

Para Dias (2010) os factores históricos relatam que o fenómeno da violência na família não é algo novo, e as famílias modernas não são mais violentas do que as famílias antigas sendo este um flagelo de séculos e um elemento integrante da história da família em todo globo, Dias (2010). A mesma autora, relata que “ao recuar até à família tradicional, procuramos mostrar que a violência doméstica não constitui um fenómeno novo, nem tão-pouco é exclusiva da família moderna”, Dias (2010:53). Numa sociedade patriarcal era concedido ao homem chefe de família todos os poderes para educar seus filhos e a esposa, mesmo com violência, uma vez que “...o marido podia bater em sua mulher impiedosamente, mas a lei, na sua equidade, negava à mulher o direito de processa-lo porque tal, assim alegava, poderia destruir a tranquilidade do lar”, (Pagelow, 1984:15, citado por Dias 2010: 53).

Mattoso é da mesma opinião quando refere que, “A violência que ocorre no espaço doméstico não é característica da era moderna, mas um fenómeno que cruzou os tempos e marcou gerações”, (Mattoso, 2013:112). Portanto trata-se de um fenómeno ocorrente em todas as sociedades, que atinge milhares de pessoas, muitas vezes de forma silenciosa e dissimulada, mas no entanto a sua definição não é universal, já que, “Cada sociedade tem a sua própria violência, definida segundo os seus próprios critérios que variam de cultura para cultura”, (Pais, 1996:31, cf. Dias, 2010:87).

A palavra família provém do latim *famulis* (criado, servidor), e era aplicada para designar um conjunto de empregados pelo seu senhor, mais tarde este termo foi utilizado para denominar um conjunto de pessoas que dividiam o mesmo tecto e que tinham ligações sanguíneas e eram subalternos de um chefe comum. Assim, “quando um indivíduo nasce a primeira rede social de apoio é a família, com a qual se vão desenvolver as primeiras relações”, (Teixeira, 2008: 4).

A família tem a função de transmitir valores, padrões culturais e objectivos sociais que nortearão o comportamento do indivíduo. A família é considerada o “porto seguro” contra as diversidades sociais a que os indivíduos estão sujeitos. A família é lugar de recreação e de equilíbrio emocional para o ser humano, (Teixeira, 2008: 4)

Desta forma, a família “(...) é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade nascente de cada novo ser humano. A família é vista como o primeiro espaço psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo. É a matriz da identidade pessoal e social”, (Minuchin, 1976 citado por Macedo, 1994: 63).

Portugal (2000) partilha que:

“A família moderna é lugar de refúgio, de investimentos emocional, de expressão dos afectos mas não deixou de ser lugar de violência”. No entanto, a privatização do espaço doméstico contribuiu para a difusão de uma imagem idealizada da família, feliz e harmoniosa, onde não há lugar para agressões. (Portugal, 2000:57-58). Como refere o autor, a família moderna é vista como um abrigo de protecção, de amor, cumplicidade e segurança, enfatizando os afectos e nunca expressando a eventualidade de ocorrência de violência. “Esta concepção para além de construir um mito sobre a família contemporânea que é necessário desmontar, contribui decisivamente para a invisibilidade da violência familiar e do sofrimento das suas vítimas”, (Portugal, 2000:57-58).

Segundo Matias e Paulino (2013). “Na família, o meio privilegiado das relações humanas onde são construídos os laços afectivos mais íntimos e mais duradouros surge também, em total contraste, os mais cruéis actos de violência”, (Idem: 9).

1.1. Conjugalidade: Vidas de homens, vidas de mulheres

Podemos começar por referir que a conjugalidade surge, “quando dois indivíduos se comprometem numa relação que pretendem se prolongue no tempo. O casamento assinala que o compromisso foi assumido, pelo que falar em casamento neste contexto significa que dois indivíduos deram início ao ciclo vital do casal e, logicamente, da família, não sendo absolutamente necessária a sua ‘legalização’. O que está em questão é assumir o desejo de viverem juntos, a criação de um lar e de

um modelo relacional próprio; referimo-nos a um processo, mais do que a um momento”, (Relvas, 1996: 51). A função do casamento na sociedade tradicional seria assegurar alianças honrosas, cabia ao provedor da família escolher o esposo ou esposa para os seus filhos/as, de acordo com os interesses da família. Dias (2010) relata que “Um casamento mal feito não só poderia inviabilizar o matrimónio das restantes irmãs, devido à desonra que caía na família, como também impedia a constituição de recursos necessário para as dotar”, (Dias 2010:32). Desta forma, “Na sociedade antiga um bom casamento, se for, recusa a companhia e as condições do amor, quando muito procura representar as da amizade”, (Lebrun 1993 citado por Dias 2010: 33).

Nas famílias tradicionais portuguesas da primeira metade do século XX, o casamento era visto como um negócio lucrativo, em que o valor do dote dependia das posses dos pais. Os interesses materiais por parte da família faziam com que as mulheres vivessem presas e dedicada aos cuidados do lar, só podendo sair de casa acompanhadas pelo pai ou por um irmão, para não ferir aos bons costumes e a honra da família. Segundo Dias (2010), à mulher era exigida “abnegação e sacrifício em função da família (...) sob pena de se comprometer o valor de mercado (...) a mulher era socializada num sistema de valores que privilegiava a ante paixão, constituindo a gravidez antes do matrimónio uma grande traição da missão económica que a família e a comunidade lhe tinham reservado”, Dias (2010:32,33).

A vida sexual era mais uma obrigação associada ao casamento com o objectivo de reprodução sendo desnecessário o sentimento de prazer, E Flandrin (1992), complementa: “a sexualidade foi dada por Deus somente para a procriação e é sempre um pecado grave utiliza-la pelo prazer”, (E Flandrin 1992, citado por Dias 2010:34). A fertilidade da mulher era colocada à prova pelo número de filhos concebidos e a mulher que tivessem a quantidade de filhos estabelecido pela comunidade, principalmente se fosse do sexo masculino, era considerada uma boa esposa. Assim “o ciclo de vida sexual está intimamente ligado ao ciclo de vida reprodutiva (...) após a menopausa a mulher torna-se assexuada. (...) sobre a infertilidade masculina recai um grande silêncio e invisibilidade”, (Idem:50).

Na sociedade masculina, Mattoso (2013) refere que “no quadro do casamento, a sexualidade está fortemente associada à procriação. A vida sexual das mulheres casadas é justificada pela necessidade da existência dos filhos, e a infertilidade

torna-se um estigma que pode trazer a vergonha social.”, (Idem:50). Neste contexto, a mulher passava da tutela do pai para a do marido, tendo na sociedade o papel de esposa e mãe e de subordinação ao marido sem nenhuma possibilidade de autonomização. Num discurso de António de Oliveira Salazar (1933)¹, “o trabalho da mulher fora de casa desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau impossível funcionamento da economia doméstica, no arranque da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante raro materialmente compensada pelo salário recebido”, (Salazar 1933, citado por Mattoso 2013: 50).

O referido político citado por Mattoso (2013), diz-nos que apesar de algumas mudanças no regime e a modernização na vida económica devido aos planos de estímulo nacional, a década de trinta do século XX, ficou marcada pela apologia da mulher doméstica e homem provedor. Homens e mulheres desempenhavam funções diferentes, a mulher doméstica voltada exclusivamente para cuidar da casa, reproduzir e assegurar a tranquilidade da família. “A missão das mulheres no lar seria ameaçada se esta trabalhasse fora de casa”, (Mattoso 2013:92).

Partindo do testemunho de uma residente numa casa abrigo que contribuiu para esta investigação, esta realidade configura-se nos seguintes termos:

“(...) trabalhar fora de casa era proibido, tinha muito o que fazer, limpar, lavar, cozinhar, costurar e cuidar dos filhos e do meu marido não sobrava tempo para mais nada nem para ir ver os meus pais, para sair de casa só com autorização do meu marido, aos domingos ia a missa, mas tinha que deixar o almocinho pronto”. Maria 94, anos, residente em “Casa de Abrigo”.

Segundo António de Oliveira Salazar (1933) “ nunca houve nenhuma dona de casa que não tivesse imenso o que fazer”, (Salazar1933, citado por Mattoso2013: 93).

Ao homem cabia responsabilidade de ganha-pão e de representação social da família, “o mais importante era que o poder masculino fosse demonstrado publicamente, de modo a manter-se a ordem natural das coisas”, (Mattoso 2013: 93). Nas décadas seguintes as mulheres das cidades começam a ter dupla jornada,

¹ Político Português promotor do Estado Novo (1933–1974).

trabalhando também fora de casa, nas fábricas em trabalho precário não especializado. As mulheres dos meios rurais trabalham na agricultura. Lama (1948) retrata este período quando refere que “no povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos fora de casa. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou mulheres a dia”, (Lamas 1948 citado por Mattoso 2013: 93). Assim, os rendimentos auferidos pela mulher no trabalho desenvolvido fora de casa eram administrados pelo marido. Segundo o testemunho de outra residente, esta:

“ (...) fazia minha obrigação de casa e trabalhava em uma fabrica têxtil, a mesma que trabalhava meu marido, mas ele ganhava mais do que eu... chegava em casa tinha que cuidar dos filhos dar de jantar a toda gente e preparar o farnel para levar para o trabalho...tempos difícil filha” Joana, 87 anos, residente em Casa de Abrigo.

A família contemporânea passou por um conjunto de transformações, geográficas, económicas, sociais que a levou à modernidade. Contudo, em termos estruturais a família passou a ser dinâmica. Conforme Dias (2010) Uma das mudanças mais importante operada na família deu-se no domínio dos sentimentos, (cf Idem: 32).

Segundo Shorter (1977), “ a intrusão do sentimento na família fez-se sentir particularmente domínio da escolha do conjugue, das relações entre mães e filhos e no da demarcação entre a família e a comunidade envolvente”, Shorter (1977:12-23 citado por Dias 2010: 32). O amor torna fundamental a base da escolha matrimonial. Para isso, “ os indivíduos são socializados para se apaixonarem e para se deixarem guiar por este sentimento na escolha do cônjuge”, (Saraceno 1992:96 citado por Dias 2010:45)

O casamento é assim um conceito fenomenológico social existente em todas as culturas e em todas as épocas, mas que sofreu transformações ao longo da história. Estas transformações referentes às novas formas de configuração de casais, famílias, papéis e relações são consideradas, por alguns autores, como uma maneira de responder às exigências da sociedade actual, sendo esta marcada por regras e valores que estão em constante modificação, (Menezes, 2006: 52-63). Segundo o mesmo autor, (Idem:ibidem) existem três etapas de ciclo de vida do casal, separadas aproximadamente por dez anos de vida comum, nomeadamente o estágio de Fusão, o estágio de Autonomia e o da Empatia.

1ª Etapa: O Estádio de Fusão corresponde aos primeiros dez anos de vida conjugal. Ou seja, quando duas pessoas decidem casar ou viver juntas, é normal que o sistema que criam se feche ao exterior para criar o “nós conjugal”, O seu principal objectivo desenvolvimental seja a fusão num só sistema de duas pessoas diferentes;

2ª Etapa: O Estádio de Autonomia corresponde à segunda década de vida em comum do casal. Neste estádio o objectivo é o de transformar um sistema de duas semi-entidades numa terceira, feita de duas metades bem definidas;

3ª Etapa: Após vinte anos de casamento, vem a empatia em que as recompensas de ter superado a segunda etapa são múltiplas.

1.1.1. Violência de género

No que refere à violência de género, a igualdade de direitos entre homens e mulheres foi uma das exigências das feministas a partir dos anos 60, como também a distinção dos sexos. Conforme Vale de Almeida (1995), “ o género passou a ser entendido como a elaboração cultural do sexo, isto é, refere-se aos comportamentos e expectativas socialmente aprendidos a propósito de ambos os sexos”, (Vale de Almeida 1995: 128, citado por Dias 2010:225). Quem também partilha da mesma opinião é Andersen, (1997), quando afirma que “género constitui uma categoria social que estabelece, em larga medida, as nossas possibilidades de vida e orienta as relações sociais, ou seja, é constituinte de identidades pessoais e sociais, (Andersen, 1997:citado por Dias 2010: 225).

A violência sobre a mulher ou violação de género aumenta a desigualdade entre homens e mulheres e implica a saúde, segurança, autonomia e a dignidade das vítimas. Estes actos infringem os direitos humanos e são práticas tradicionais nocivas. A violência contra a mulher pode deixar profundas marcas principalmente psicológicas, afectando a saúde das vítimas e pode comprometer também a saúde física, sexual ou até mesmo levar ao óbito. De facto, “Violência baseada no género prejudica a saúde, dignidade, segurança e autonomia das suas vítimas, no entanto, permanece envolta em uma cultura de silêncio. (...) A violência de género também contribui - quer intencionalmente quer como efeito - para perpetuar o poder e

controlo do sexo masculino. É apoiada numa cultura de silêncio e negação da gravidade das consequências da violência para a saúde”²².

Conforme se pode ler na Plataforma da Acção de Pequim, violência de género, “(...) significa qualquer acto de violência baseado no género, de que resulte ou possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica, incluindo a ameaça da prática de tais actos, a coacção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorram na esfera publica ou privada”, (Plataforma da Acção de Pequim, 1995: 189).

A maioria dos crimes cometidos contra as mulheres são os chamados crimes de género (gender crimes), determinados pelo facto de as vítimas serem mulheres, sendo perpetrados maioritariamente por homens, (Idem: 190-191)

São exemplos disso as situações que de seguida se apresentam:

Violência económica: quando se privam as mulheres do acesso ao dinheiro ou aos meios de obter independência económica (família, emprego);

Discriminação sociocultural: mulheres consideradas como seres inferiores, incapazes ou limitados;

Assédio sexual no trabalho: comportamento de conotação sexual, não desejado pela destinatária, e que ofende a sua dignidade, a sua integridade física e moral e o seu desempenho e progresso profissionais;

Assédio sexual na rua ou em outro contexto: sofrido por quase todas as mulheres, desde a mais tenra idade, sujeitando-as a situações que ofendem a sua integridade física e moral, que limitam a sua liberdade e que as colocam, muitas vezes, em situações de perigo;

Crimes sexuais: para lá de constituir uma violação da integridade física da vítima, constitui igualmente uma violação da sua integridade moral. A violência sexual, existe também dentro do casamento, na união de facto e entre namorados;

²²<https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=google%20tradutor>

Violência conjugal: maus tractos conjugais, conhecidos habitualmente pela expressão violência doméstica, e que visam principalmente as mulheres, constituem actualmente crime público.

1.2. A violência sobre a mulher em contexto familiar e os factores de risco

A violência em contexto familiar ou VD é bastante complexo de definir. Como nos referem alguns autores: “surgem tantas definições de violência doméstica quanto os autores que estudam esta problemática”, (Casimiro, 1998:47 citado por Dias 2010: 91). No entanto Treiner, (2007: 12) define a violência como sendo “(...) as violações dos direitos das mulheres em situações de conflito armado, inclusive a violação sistemática, a escravidão sexual e a gravidez forçadas; os maus tratos físicos, sexuais e psicológicos praticados no seio da família”.

Nas palavras de uma residente local, que passou por uma Casa de Abrigo, de 87 anos, observamos que a violência tem diferentes concepções por parte da vítima. O que dificulta a sua definição.

“(...) o meu marido era um homem bom, gritava muito comigo, muitas vezes não me deixava ir ao mercado, dizia-me que as pessoas iriam pensar mal de mim por sair de casa sozinha, (...) nunca me bateu, eu fazia tudo a vontade dele, não queria que ele enervasse”.

Nas palavras de uma outra residente numa Casa de Abrigo, de 78 anos:

“meu marido quando estava bêbado era mal, eu trabalhava no campo ele pegava o meu dinheiro e gastava tudo na taberna, eu ficava calada tinha medo dele” .

Teles e Melo (2012) conceituam a violência como, “(...) uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano”, (Idem:13). Certas práticas que ocorriam no seio da família do homem

sobre a mulher eram vistos como acções naturais da família. Assim, “Muitos comportamentos considerados hoje como uma violência estavam escritos nos modos de relacionamento e interacção conjugal ou familiar – eram, inclusivamente, sancionados pela lei”, (Mattoso, 2013:112).

Introduzir-se na organização da família portuguesa da segunda metade do séc. XX possibilita conhecer os tipos de abuso e violência perpetrada no seu seio. Devido à ideologia conservadora, Portugal mostrava para o mundo uma nação de pessoas ordeiras, pacatas, trabalhadora e de famílias felizes. “O lar é assim, idealizado e divulgado como um espaço de harmonia e respeito onde, supostamente, não cabiam discussões, conflitos e menos ainda abusos e violências, (Mattoso,2013:113). A violência familiar permanecia entre quatro paredes, era vista com naturalidade a submissão da mulher perante o marido e o patriarcalismo do homem. Mudam-se os tempos mais o cenário é o mesmo.

Este tipo de violência, mesmo com todo o mediatismo tem imensos casos ocultados, e negados pela própria vítima, Karli e Pierre, (2002), afirma que em Portugal “as violências conjugais afectam uma mulher em cada dez”, (Karli e Pierre, 2002: 84), estes são os estudos em casos visíveis, se tivéssemos os dados reais de todos os casos de violência familiar, este número iria aumentar consideravelmente.

Por outro lado a violência doméstica que dizem ser transversal a todas as classes sociais apresenta algumas particularidades já que as mulheres que chegam às casas de abrigos têm o seguinte perfil: mulheres com pouca escolaridade, a grande maioria desempregadas e com mais de um filho. Este perfil está de acordo com o relato do jornalista Carvalho (2013), ao referir em um estudo da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), onde, “todos os processos analisados no dito estudo, envolveram mulheres acolhidas em casa de abrigo, sem recursos económicos (...) provavelmente, porque as classes mais altas tendem a ocultar as suas fragilidades. Pelo menos essas pessoas (agressores e agredidos), tem outras ferramentas à disposição”, (Carvalho 2013, Cit. Por Matias e Paulino 2013: 227).

A este propósito refere Nelson Mandela:

"O século vinte será lembrado como um século marcado pela violência. Numa escala jamais vista e nunca antes possível na história da humanidade (...) oprime-nos com o seu legado de destruição em massa, de violência imposta (...)

visível, mas ainda mais disseminado, é o legado do sofrimento individual diário. É a dor das crianças que sofrem abusos provenientes das pessoas que deveriam protegê-las, das mulheres feridas ou humilhadas por parceiros violentos, das pessoas idosas maltratadas pelos cuidadores, dos jovens oprimidos por outros jovens e das pessoas de todas as idades que infligem violência contra si próprias", (Nelson Mandela, 2002).³

Relativamente a Portugal, o artigo 152.º, n.º 1 do Código Civil define o violentador doméstico, "quem de modo reiterado ou não, infligir maus tractos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: ao cônjuge ou ex-cônjuge. A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; o progenitor de descendente comum em 1.º grau; a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite".

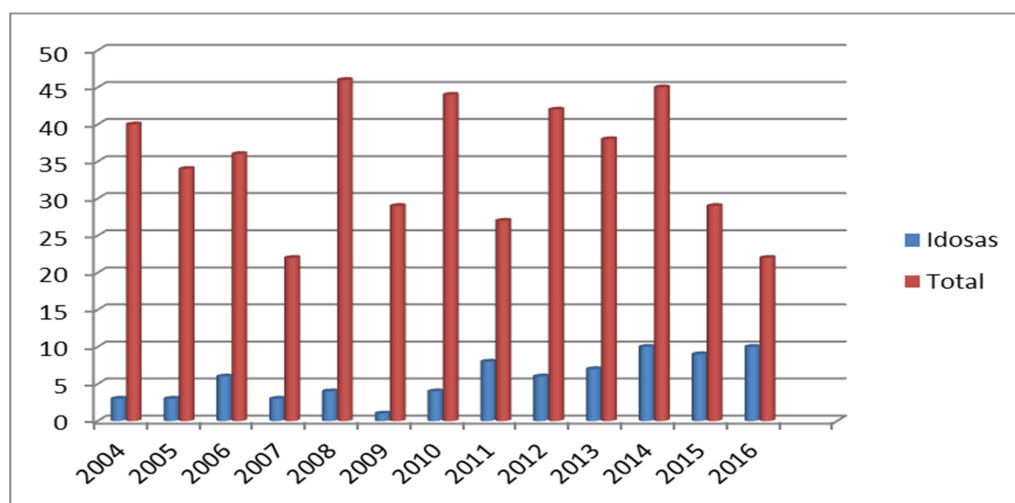
Na Conferência Mundial de Pequim a violência contra a mulher foi considerada "uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que têm causado a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra ela e a interposição de obstáculos ao seu pleno desenvolvimento", (Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim 1995: 190).

Por outro lado, a Resolução n.º 58/174, refere que "Violência doméstica é a violência que ocorre na esfera privada, geralmente entre pessoas que têm relações familiares ou de intimidade; (...) A VD pode assumir diferentes formas, incluindo a violência física, psicológica e sexual; (...) A VD pode incluir privação económica e isolamento e tal conduta pode provocar danos à segurança, saúde ou bem-estar da mulher", (Resolução n.º 58/174 da Assembleia Geral da Organizações das Nações Unidas citado por Cardoso e Quintal 2013:41).

Em Portugal a VD leva muitas mulheres à morte. Nos últimos anos vimos com frequência o aumento de casos de homicídios em mulheres idosas. O crime passional apresenta uma oscilação ascendente e descendente e variações na faixa etária conforme o gráfico nº 1, referente aos números de mulheres assassinas com destaque para as mulheres com mais de 65 anos entre 2004 e 2016.

³<http://www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=451>

Gráfico 1 Mulheres Assassinadas em Portugal (2004-2016), vítimas de VD

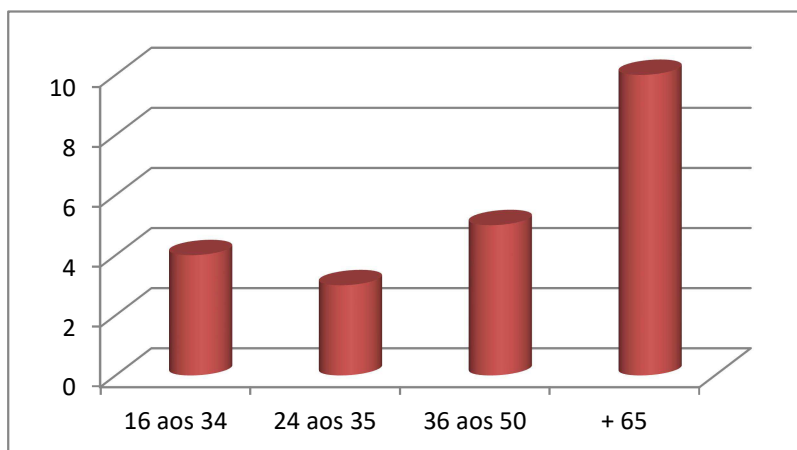


Fonte: UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta

Segundo o observatório da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) citado pela TSF Notícias, o ano de 2016, ocorreram 22 homicídios o que representa, um menor número de registos de femicídio da forma consumada e tentada em comparação com anos anteriores, “com excepção do ano de 2007, que teve igual número de homicídios”, TSF Notícias (24 Novembro 2016).

No que se refere à causa da morte, o facto de ser mulher, dez destas foram mortas por espancamento, estrangulamento, agressão com objectos e violação. Calculou-se dois homicídios por mês. O gráfico nº 2 mostra-nos que o maior índice de assassinatos regista-se em mulheres com idade superior a 65 anos.

Gráfico 2 Faixa etária das mulheres assassinadas por VD em Portugal durante 2016



Fonte: UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta

O gráfico mostra-nos que a maior prevalência centra-se em mulheres com mais de 65 anos, ou seja 10 do total que corresponde a 45%. Podemos dizer então que, a quantidade de mulheres assassinadas diminuiu, mas, é certo dizer que, o número de mulheres assassinadas com mais de 65 anos aumentou consideravelmente. Segundo a UMAR, as dez mulheres idosas foram assassinadas em contexto de violência doméstica pelos seus companheiros ou filhos, com diferentes motivações, como, ciúmes, não aceitação da separação, compaixão pelo sofrimento da vítima e psicopatologia do homicida. Quanto aos agressores, 42% tinham idade compreendida entre os 51 aos 64 anos e 16% mais de 65 anos. Importa frisar que na maioria dos casos as mulheres foram assassinadas na residência, e em alguns casos tiveram como desfecho o suicídio do agressor.

Gráfico 3 Nº de homicídios por distrito por VD em Portugal durante 2016



Fonte: UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta

Os homicídios ocorreram na maioria dos distritos portugueses, tendo uma maior prevalência em Lisboa com 4 assassinatos, seguido pelo Porto e Coimbra com 3 crimes, os demais distritos com 2 ou 1 homicídio, conforme gráfico nº 3

Segundo Teles e Melo, o termo “violência contra a mulher” apareceu em 1970 através do movimento feminista e surgiu como uma espécie de denúncia à prática de violência contra a pessoa do sexo feminino, simplesmente pelo fato de ser mulher. Esta expressão pressupunha a intimidação da mulher pelo homem que era visto como o agressor, o dominador e o disciplinador dela. Um termo técnico equivalente a este, a expressão “violência de género”, surgiu e passou a ser usado como designativo desta prática repulsiva, (Teles e Melo, 2012:17). Este crime afectou de forma desproporcionada a mulher física e psicologicamente, abalando direitos fundamentais da mulher como a dignidade, a liberdade e a igualdade, já que, “Se nos voltarmos para os debates sobre o fenómeno do poder, descobriremos logo que existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação do poder”, (Arendt Rendt, Hannah 2001 citado por Perissinotto, 2004: 116).

No entanto, “(...) todas as mulheres têm a possibilidade de escolher se mantêm ou abandonam as suas relações conjugais, mas nem todas as mulheres possuem a percepção de que dispõem desta possibilidade, nem sequer têm uma posição de igualdade para o assumir”, (Choice e Lamke, 1997:291, citado por Dias 2010:127).

Muitas mulheres maltratadas que por, medo, vergonha, falta de confiança na justiça ou até mesmo por dependência financeira, optam por permanecer junto do seu agressor. “A violência contra as mulheres é um fenómeno complexo e multidimensional, que atravessa classes sociais, idades e religiões, e tem contacto com reacções de não reacção e passividade por parte das mulheres, colocando-as na procura de soluções informais e /ou conformistas, tendo sido muita a relutância em levar este tipo de conflitos para o espaço público, onde durante muito tempo foram silenciados”, (APAV)⁴.

Existem muitos factores relevantes, também relacionados especificamente com as mulheres, nomeadamente: a duração da relação (o risco diminui com o tempo); o álcool (o risco aumenta quando o parceiro bebe frequentemente); os exemplos

⁴ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

familiares (se as mães foram abusadas, as mulheres submetem-se mais ao controlo do homem); a formação escolar (quando elas ou os parceiros têm maior educação, o risco de violência diminui); o local de residência (a violência aumenta nas áreas urbanas), e a deficiência física (as mulheres com deficiências correm um maior risco), (MacMillan&Gartner, 1999: 6-7).

Os factores de risco de violência e de homicídio, já foram temas de muitos debates e estudos, no entanto alguns autores fazem a distinção entre os dois factores, (Matias e Paulino 2013:68), como a seguir se apresenta.

Risco violência conjugal, os autores atribuem a este risco, o abuso do álcool, baixa tolerância à frustração, défices de assertividade o que pode ser comportamental ou verbal, perturbação de personalidade anti-social, diferentes orientações, diferentes orientações religiosas no casal, factores acidentais como casamento precoce, desemprego, separação, superioridade académica, superioridade profissional da mulher, violência fase às crianças, violência familiar de origem.

Risco de homicídio conjugal, e a estes riscos, o abuso do álcool e drogas, acesso ou posse de armas, ameaças com armas, ameaças de morte, ameaça de suicídio, atitudes de dominância de poder extremas, atitudes de comportamentos obsessivos e ruminativos (repetitivo e negativo), ciúmes excessivos, comportamentos violentos generalizados, ferimentos graves em incidentes anteriores, mobilidade psiquiátrica ou psicopatológica, prática de sexo forçado com a vítima e uso de arma em incidentes anteriores, sendo segundo os autores fundamental que os profissionais "incluam como obrigatória na sua rotina profissional diária a questão da avaliação do risco e respectiva elaboração do plano de segurança", (Matias e Paulino 2013:68).

No caso das pessoas idosas os investigadores procuram explicações sobre os factores de risco e violência às pessoas idosas, Dias (2010) destaca cinco teorias que está na base da violência contra o idoso.

A primeira, referente às dinâmicas intra-individuais, ou seja, baseia – se nas características psicopatológicas e comportamentais do agressor, associando a violência ao consumo de álcool e drogas. Outros autores como Matias e Paulino (2013), discordam que a violência está associada ao consumo de álcool e drogas “ (...) o uso de álcool/drogas pode ser, em certas ocasiões, facilitador ou

desencadeador de situações de violência doméstica, mas é incorrecto considerar que a violência só ocorre devido a essas circunstâncias (Matias e Paulino 2013:154). Existem agressores que não fazem uso de drogas ou de álcool, muitas vezes utilizam o consumo como desculpas, para desresponsabilizar os seus actos agressivos.

A segunda perspectiva é a transmissão intergeracional do comportamento violento, sendo que esta teoria está relacionada com a aprendizagem social. Um indivíduo que cresceu num ambiente violento, em adulto poderá se tornar-se num agressor. Mas, nem sempre este ciclo se reproduz, como afirmam Wolf e Pillemer (1989:25), já que “Existem inúmeros exemplos de que nem sempre os indivíduos reproduzem os comportamentos violentos que testemunharam ou que foram vítimas em criança”, (Wolf e Pillemer, 1989:25 cita Dias 2010:151).

A terceira, diz respeito às relações de troca e dependência entre o idoso e o agressor, com as pesquisas gerontológicas a demonstrarem que a grande dependência entre os agressores e os idosos é um dos factores associado à violência dos idosos, “a mútua dependências do idoso face aos cuidados elementares que lhe são prestados por alguns membros da família e destas pessoas em relação às prestações económicas do idoso, pode criar situações de tensão e expor os idosos a um risco acrescido de serem vítimas da violência”, Dias (2010:151).

A quarta perspectiva, que relaciona o stress com a prática de maus tratos sobre os idosos pode ser considerada como uma alternativa às perspectivas anteriormente referidas. O desemprego com as condições económicas podem traduzir-se em stress que conduz alguns membros da família a serem violentos com as pessoas idosas. (Dias 2010: 152). “Porem este modelo não consegue explicar por que razão, certas famílias sob stress são violentas com os seus idosos e outras não”, (Finjkelhor e Pillemer, 1988, citado Dias 2010: 152).

A quinta perspectiva relaciona-se com o isolamento social, que é característica de muitas famílias onde se torna um ambiente propício para outros tipos de violência.” No caso dos idosos, o isolamento social em que se encontram muitas vezes nas nossas sociedades potencia o desenvolvimento dos comportamentos abusivos de que são vítimas”, (Dias 2010: 152). É por isso que a “existência de uma

forte rede de apoio familiar e comunitário é considerada como um meio de reduzir e evitar tais comportamentos, (Wolf e Pillemer, 1989:28 citado Dias 2010:152).

Conforme um Relatório 2015 da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)⁵ de Janeiro a Dezembro 2015, aquela entidade foi contactada por 977, pessoas idosas, sendo 63% por via telefónica, 21% por contacto presencial, 9% por telefone e presencial e 3% por mail. Quanto ao sexo destes inqueridos, 80,5% era feminino, com a idade média de 75,4 anos sendo a grande maioria casadas cerca de 58,4%; 29,5% viúvas. Os idosos provinham de uma família nuclear com filhos com 39%; 33% tinham o 1º ciclo e 19,2% formação superior, e 13,3% analfabetos. A esmagadora maioria eram reformados (90,1%).

1.3. Crenças sobre a violência doméstica

Os autores Matias & Paulino (2013), referem que as crenças sobre a violência doméstica, diminuem a compreensão popular sobre este fenómeno e assim interfere na forma de agir em casos concretos. Desta forma os autores propõem uma leitura a cerca das crenças que consideramos pertinente, (Idem: 153).

Quadro 1. Crenças e explicações sobre a violência doméstica

Crenças	Realidade
Uma bofetada de vez enquanto não faz mal a ninguém	Bater nunca é um sinal de amor. É um exercício ilegítimo e abusivo de poder/controlo.
A violência e o amor não acontecem ao mesmo tempo nas famílias	Mesmo nos casos mais sérios existem fases em que não ocorrem agressões, sobretudo nos primeiros anos da relação. Os comportamentos vão alternando entre manifestação de afectos positivos e actos de violência.
A violência apenas acontece nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos.	Vítimas e agressores são provenientes de qualquer estrado socioeconómicos, sendo transversal a diferentes padrões culturais, religiosos, económicos e profissional.
A violência doméstica apenas acontece por causa do álcool ou outras drogas	O álcool ou outras drogas não são a causa da violência. (...) O abuso de álcool ou outras drogas surge associada aos episódios de violência doméstica
Violência doméstica é resultado de problemas de saúde mental	Apenas 5 a10% dos agressores terão algum tipo de psicopatologia/ perturbação mental associada.
A violência doméstica já não acontece muito	A totalidade das estatísticas existentes contraria esta ideia. A violência é frequente e representa elevados custos para a sociedade, sendo considerado um problema de saúde pública

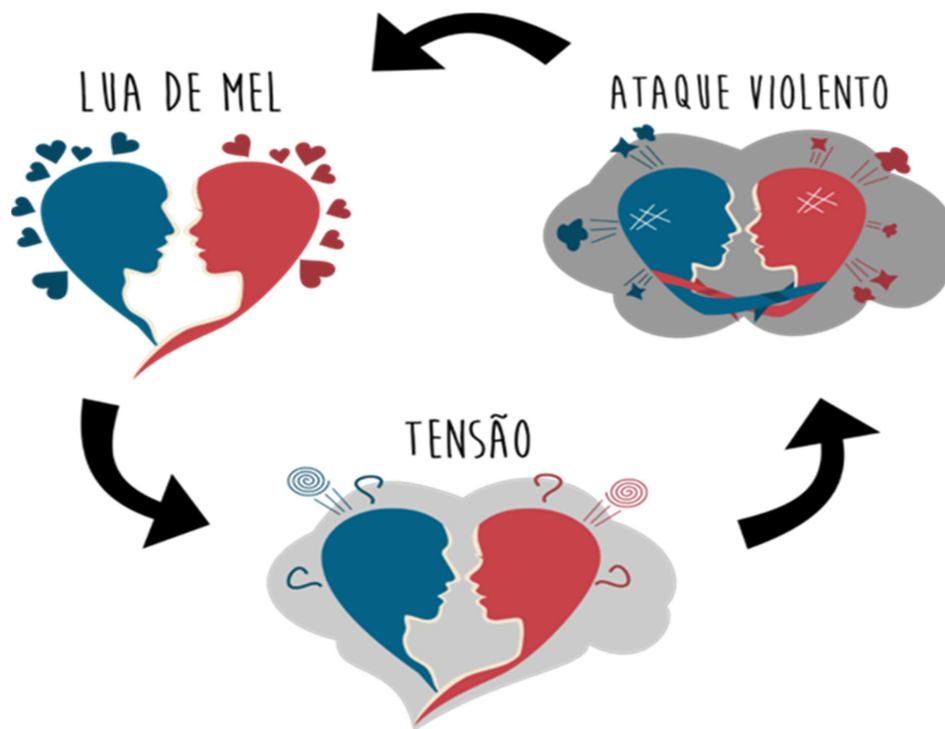
Fonte: Matias & Paulino (2013: 153).

⁵http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2015.pdf

1.3.1.O círculo da violência

A agressão é infligida num ciclo repetitivo, composto de três frases: a criação da tensão, o ato de violência e uma fase amorosa, tranquila.⁶

Figura 1. Violência em círculo



Fonte: Manita, Ribeiro e Peixoto (2009).

Fase do aumento da tensão

Os autores, Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), definem a primeira etapa, a necessidade de exercício do domínio/controlo sobre a vítima, utilizando situações do quotidiano para produzir uma escalada de tensão para a vítima, (Manita, Ribeiro e Peixoto 2009, citado por Andrade 2012:10). As tensões quotidianas acumuladas pelo agressor, que ele não sabe resolver sem o recurso à violência, criam um ambiente de eminente perigo para a mulher vítima, que é culpabilizada por tais tensões; sob qualquer pretexto, o ofensor vai expulsar todas as suas tensões sobre

⁶<http://violenciadomestica.gov-madeira.pt/index.php/compreendendo-a-violencia/ciclo>

a mulher vítima. Nesta fase podem ocorrer incidentes menores como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objectos, insultos, crítica constante, humilhação psicológica, e pequenos incidentes de agressão física, (sosmulheresfamília)⁷

Nesta fase existe um aumento crescente da tensão, este período pode ter a duração de alguns dias ou anos. Neste período as alterações de comportamento do companheiro são observadas atentamente pela mulher. O companheiro torna-se cada vez mais raivoso e agressivo, a mulher não aceita que o abuso esteja a acontecer, volta-se para os cuidados da casa para garantir que esteja tudo em ordem, e procura manter o bom comportamento dos filhos. A negação da mulher possibilita um pequeno incidente violento.

Segundo a APAV⁸ no aumento de tensão, as tensões acumuladas no quotidiano, as injúrias e as ameaças tecidas pelo agressor, criam, na vítima, uma sensação de perigo eminente.

Fase do ataque violento

A segunda fase, maioritariamente inicia-se com a violência verbal, associando-se à violência física, e vai escalando para diversos tipos de violência (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, citado por Andrade 2012: 10). “Frequentemente esta violência aguda é acompanhada por severa agressão verbal. Esta fase é mais curta que a Fase Um e que a Fase Três, e normalmente dura de duas a quarenta e oito horas. Nesta fase, a mulher sofre os danos físicos mais sérios. A mulher consegue recordar frequentemente em detalhes a Fase Dois, o que o homem não consegue” (sosmulheresfamília, 2017). O agressor procura prolongar a violência, humilhando-a, massacrando-a, com muitos ataques violentos. A vítima procura acalmar o agressor, desvalorizando a violência. “Algumas vezes a mulher percebe a aproximação desta fase e acaba agindo de forma a provocar os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade”. (sosmulheresfamília, 2017). Conforme a APAV, na fase do ataque violento: o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima; estes maus-tratos tendem a escalar na sua frequência e intensidade.

⁷<http://www.sosmulheresfamilia.org.br/ciclo-de-viol%C3%A2ncia>

⁸<http://www.apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>

Fase da lua-de-mel

Acontece depois do ato violento/espancamento, em que o “autor das agressões manifesta arrependimento e verbaliza promessas de mudança”, (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, citado por Andrade 2012: 10). Na fase da lua-de-mel: “o agressor envolve agora a vítima de carinho e atenções, desculpando-se pelas agressões e prometendo mudar (e diz que: “nunca mais voltará a exercer violência”)", APAV (2012).

O agressor mostra-se arrependido com o comportamento que teve e age de forma humilde e amorosa, procurando se desculpar. Ele pode “encher” a mulher de presentes e desculpas e prometerá não atacá-la novamente. “O comportamento amoroso dele reforça na mulher a esperança de que ele mudará e muitos até começam a buscar um tratamento psicológico ou para alcoolismo”, (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, citado por Andrade 2012: 11)

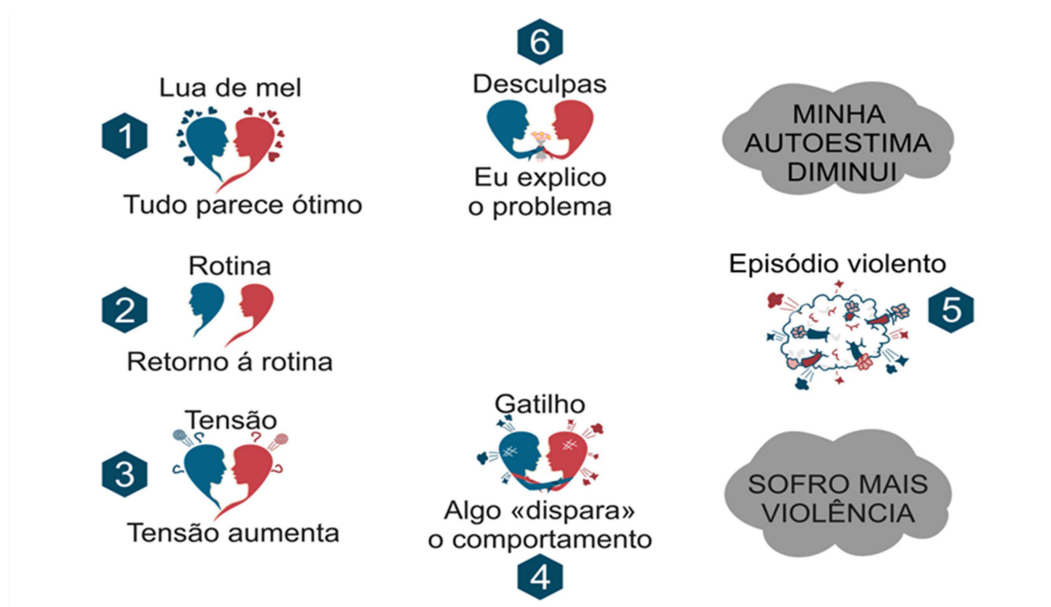
Isto normalmente “encoraja a mulher a manter sua relação de vida matrimonial” (sosmulheresfamília,2017). O agressor manipula a esposa e fá-la acreditar que pode controlar e nunca mais irá agredi-la, buscando ajuda na família e amigos para convencer a mulher a continuar no relacionamento. “O agressor mostra-se carente – não pode viver sem a mulher. A mulher sente-se responsável pelo homem. É durante esta fase que a probabilidade da mulher fugir é menor”, (sosmulheresfamília, 2017).

Os relacionamentos violentos ou não, começam pela “lua-de-mel” dos primeiros momentos, em que tudo é novidade, em que ambos os parceiros procuram mostrar o melhor de si um para o outro e tudo é maravilhoso. Nesta fase existem “ Estímulos novos e consequências reforçadoras fornecidas por ambos os parceiros mantém uma diversidade de comportamentos através de reforçadores positivos e negativos”. (Filho 2014: 1), mas a fase da lua-de-mel tem um período e “com o passar do tempo os estímulos e consequências fornecidos pelos parceiros não são mais novos e diminuem seu valor reforçador. Essa nova fase seria a entrada na rotina para o casal, ou seja, eles começam a apresentar um padrão razoavelmente estável de interações, sendo os comportamentos e consequências mais previsíveis”, (Filho 2014: 1).

Assim se inicia a rotina com o surgimento de alguns problemas que se tornam mais frequentes e de difícil resolução pelo casal. O aumento de tensão devido à ausência de resolução dos problemas em comum torna-se um gatilho para disparar o comportamento violento, o que antes era violência psicológica passa também para violência física e os episódios de violência são cada vez mais frequentes. Com isto, a auto-estima da vítima fica cada vez mais em baixa sendo dominada através do medo e não apresenta reação diante dos episódios de violência que aumentam com o decorrer do tempo. Sendo este um círculo, vem de seguida a fase da reconciliação “na qual o agressor busca reatar com a parceira, ao mesmo tempo minimiza e responsabiliza a vítima pelo seu comportamento agressivo”, (Idem:1)

Dessa maneira, o agressor “também volta a apresentar estímulos novos ou consequências do início do relacionamento para reatar com a parceira”, (Filho 2014: 2). Os agressores além de culpabilizar a vítima ainda tratam mal as crianças, dizendo-lhes que ao se portarem mal vão apanhar porradas e que estão a inervar os adultos.

Figura 2. A dinâmica de um relacionamento violento



Fonte: Adaptado Lenore Walker (1979) The battered woman

1.3.2. Tipologia da violência/Consequências da violência

Relativamente às categorias da violência e o abuso, autores como (Dahlberge G. Krug 2006:5, e Carvalho 2013: 140,141), definem em três categorias com base nas

características de quem comete a violência, sendo elas, violência auto dirigida, violência interpessoal e violência colectiva.

A violência auto dirigida é subdividida em comportamento suicida e agressão auto-infligida.

A violência auto-infligida é subdividida em comportamentos suicida e agressão auto-infligida. A violência interpessoal “divide-se em duas subcategorias: a violência de família e de parceiros íntimos, ou seja, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, o que conhecemos como violência doméstica”, (Dahlberg e G. Krug 2006:5). Violência colectiva entende -se por “violência social, política e económica”, (Carvalho 2013: 140,141).

Toda e qualquer forma de violência e abuso é nocivo para a dignidade humana, quando são perpetradas sobre pessoas idosas não é diferente da violência sobre crianças, já que se trata de pessoas frágeis e muitas vezes indefesas e vulneráveis. Os autores (WHO, 2002; Strumpel e Hackl, 2008), dividem a violência sobre os idosos em categorias como: abuso físico; abuso psicológico e emocional; abuso financeiro ou material; abuso sexual e a negligência, (WHO,2002; Strumpel e Hackl,2008 citado por Carvalho 2013:141).

A violência resulta em danos muitas vezes irreparáveis na vida da pessoa e as consequências representam um custo alto para a saúde da mulher, sendo ofensas graves à dignidade humana, além de ser uma violação dos direitos e da liberdade.

Muitos estudos mostram que as consequências da violência dependem de vários factores como o tipo da violência “física, psicológica ou/e sexual, económica. Na maior parte das situações, não há apenas um tipo de violência, podendo acontecer todos eles em simultâneo. Quanto mais abrangente é a violência, mais gravosas são as consequências”, (Emery&Laumann-Billings 1998,citado por Mendes Bota in Lusa, 5-7-2007).Segundo os mesmos autores depende também da intensidade e da gravidade.

Conforme os citados autores, quanto mais traumáticas são as agressões e quanto mais graves são as lesões ou danos provocados, mais profundas serão as suas consequências. As características individuais da vítima têm uma grande interferência já que, “Quanto mais frágil é a vítima, maiores poderão ser os danos, quanto mais

nova, maior é a probabilidade de afectar o seu desenvolvimento, quanto maior for a dependência - afectiva, social, económica, habitacional - mais repercussões terá no bem-estar da vítima e maior será a dificuldade em se libertar do agressor”.(Idem)

O mesmo acontece relativamente ao grau de intimidade e de ligação existente, pois, “Quanto mais íntima é a relação entre agressor e vítima e quanto maior for a proximidade relacional, mais graves são as consequências do comportamento agressivo ex. a violência pelo marido é mais traumática do que o mesmo tipo de violência realizada por uma pessoa desconhecida”, (Emery&Laumann-Billings 1998 citado por Mendes Bota in Lusa, 5-7-2007). Das respostas dos outros significativos “Quanto mais os familiares, amigos e outros, se distanciam, se silenciam e adoptam atitude tolerante face à violência que sabem existir, quanto mais a culpam pela situação, mais a vítima se isola, se deprime, se abandona à situação de vítima e mais graves serão as consequências”, (Emery&Laumann-Billings 1998 cit por Mendes Bota in Lusa, 5-7-2007).

Assim, Kruget. (2002), citado por Redondo (2012:02) mostram-nos de forma detalhada as consequências da violência na intimidade físicas, psicológicas e comportamental, sexuais e reprodutivas e as consequências mortais, como a seguir apresentamos..

Quadro 2. Consequências da violência entre parceiros

Físicas	Psicológicas e comportamentais
Lesões abdominais e torácicas; contusões e edemas; síndrome de dor crónica; invalidez; fibromialgia; fracturas; distúrbios gastrointestinais; síndrome do cólon iritável; lacerações e abrasões; lesões oculares; limitações físicas.	Alcoolismo; consumo de drogas; depressão e ansiedade; distúrbios alimentares e do sono; sentimentos de vergonha e de culpa; fobias; perturbação de pânico; inactividade física; baixa auto-estima; perturbação de stress pós- traumático; perturbações psicossomáticas; tabagismo; comportamento suicida e de auto-agressão; comportamento sexual de risco.
Sexuais e reprodutivas	Consequências mortais
Perturbações do foro ginecológico; esterilidade; doença inflamatória pélvica; complicações na gravidez, aborto espontâneo; disfunção sexual; doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/SIDA; aborto realizado em condições de risco; gravidez indesejada.	Mortalidade relacionada com a SIDA; mortalidade materna; homicídio; suicídio.

Adaptado de (Kruget. 2002:101, citado por Redondo 2012:02).

2. Legislação Portuguesa/Protecção as vítimas

O Código Penal português apresentou várias lacunas em relação ao crime de VD. De facto, e como já referimos “Durante muito tempo os sistemas jurídicos – legais não ousaram regulamentar a esfera íntima da família. A lei portuguesa autorizava até 1852 o marido de agredir a mulher. O Código Penal de 1886 encarava o adultério da mulher como atenuante de homicídio”, (Matias & Paulino,2013:69).

A partir do 25 de Abril de 1974, mais especificamente com a criação da Constituição de 1976 e com o surgimento de movimentos feministas, a pressão popular que trazia reivindicação sobre a consolidação em torno da consagração de direitos, “assumiu um valor simbólico associado à transição para um regime democrático assinalando a data em que foram encetadas mudanças sociopolíticas ‘de profundo significado’”, (Rodrigues, 1999:191, citado por Costa 2010: 159).

Mas só partir dos anos 80 do séc. XX, é que se começaram a realizar estudos relativos à violência doméstica, uma preocupação tardia em estudar o tema, quando comparado com os outros países europeus, pois o período de ditadura (1926-1974) atrasou o processo de criminalização da violência no seio da família em Portugal, (Duarte,2011:62).

Historicamente a VD começou a fazer parte das preocupações do legislador português no Código Penal de 1982, por via da consagração do crime de maus tractos ou sobrecarga de menores e subordinados, ou entre cônjuges, previsto e punido pelo seu artigo 153º. Com efeito, a intervenção do Estado Português em sede de VD assenta, quase exclusivamente no recurso à via penal, através da criminalização de determinadas condutas em meio doméstico e consideradas violentas, praticadas em contexto conjugal, nas quais o agressor é um dos cônjuges e a vítima é o outro cônjuge.

O Estado Português intensifica assim o interesse pelo problema social da VD, pelo menos do ponto de vista teórico. A Assembleia da República decretou, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, n.º 1, alíneas b) e c), n.º 3, da Constituição da República, que deveria proceder ao reforço dos mecanismos de protecção legal às mulheres vítimas de crimes de violência, designadamente: no Capítulo I, relativa às disposições gerais, como estabelecimento de um sistema de prevenção e de apoio; a criação de um gabinete de emergência para atendimento telefónico; a criação

junto dos órgãos de polícia criminal de secções de atendimento directo às mulheres vítimas; a instituição de um regime de incentivo à criação e funcionamento de associações de mulheres com fins de defesa e protecção das vítimas; e a criação de um sistema de garantias adequadas ao enfrentamento da violência e à reparação dos danos ocorridos.

A aplicação da Lei nº 61/91, de 13 de Agosto, veio reforçar concretamente os instrumentos de protecção legal às mulheres vítimas de violência doméstica, estabelecendo um sistema de protecção e de apoio às mulheres vítimas de violência, quando no artigo 6º, nº 1 refere que “a Instituição do gabinete SOS para atendimento telefónico às mulheres vítimas de crimes de violência”. Além disso determina a criação junto da polícia criminal de um serviço de atendimento directo às mulheres agredidas.

Muito embora a aprovação desta lei tenha sido um acontecimento marcante, não foi suficiente para garantir a protecção das vítimas de VD, levando a Assembleia da República a pronunciar-se através da Resolução nº 31/99, que “garante efectivamente a protecção às mulheres vítimas de violência”.

Em 1995, os maus-tratos passaram a ser penalizados criminalmente, não só para os indivíduos em relação marital, Decorridos três anos da revisão penal, a Lei nº 65/98 de 02 de setembro, introduz uma nova alteração à natureza do crime, fazendo com que esta alteração passasse a denominar-se de “Maus-tratos e infracção de regras de segurança”. Assim, o crime passou do âmbito privado ao semipúblico, ficando a cargo do Ministério Público e, caso fosse do interesse da vítima, iniciar o processo-crime.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 49/97 de 24 de março, aprovou o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, onde é contemplado através de uma das medidas a protecção das mulheres vítimas VD.

Neste seguimento, a Resolução nº 55/99 de 15 de junho, proporcionou a criação de um Plano Nacional contra a VD, tendo como objectivo principal a integração social dos agressores, possibilitando-lhes uma nova oportunidade de adquirir comportamentos sociais.

A Lei n.º 107/99 de 03 de agosto, pretendia a criação de casas de apoio a mulheres vítimas de violência. O Estado, através do Governo, propunha-se a criar uma casa de apoio em cada distrito e em cada uma das Regiões Autónomas. O Governo assumiu ainda a responsabilidade de estimular a criação de casas de abrigo para as mulheres vítimas de violência conjugal e seus filhos. Actualmente em Portugal existem 37 Casas de Abrigo correspondendo 640 vagas, 116 estruturas de atendimento e 216 medidas de protecção à vítima.

Em 2000, com a Lei n.º 7/2000 de 27 de Maio, os “Maus-tratos passam a ser considerados “infracção de regras de segurança” passando este ato a ser crime público. A Lei também contempla os maus-tratos a progenitor de descendente comum em primeiro grau, e abrange a proibição do contacto entre vítima e agressor, possibilitando o afastamento da residência, considerando os maus tractos como motivo de divórcio. Sendo este um marco importante à alteração legal já que passou a garantir a protecção das vítimas de violência doméstica, com o fenómeno a ser encarado como um problema social no qual todos devem intervir.

Em 2007, a reforma penal aprovada pela Lei 59/2007 de 04 de setembro, apresenta transformações importantes no contexto da criminalização da VD. Além da designação do crime, de maus tractos para VD, tipificado no artigo 152.º n.º1 do Código Penal, “quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tractos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais”. Desta forma, o crime de VD foi ampliado para outras formas de crime ocorrido na intimidade entre cônjuge e ex-cônjuge.

Em 2009, a Lei 112/2009 de 16 de setembro, estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da VD, à protecção e à assistência das suas vítimas. Com este documento consagraram-se os direitos das vítimas, bem como, garantias à sua protecção através da constituição do Estatuto da Vítima que confere como direitos: o direito à informação; o direito à protecção; o direito à assistência específica e o direito à indemnização e restituição de bens.

No entanto, as pessoas idosas necessitam de protecção específica. Segundo Carvalho (2013), “Em Portugal existe uma lei contra a violência doméstica e planos nacionais contra a violência doméstica, mas não existem leis específicas nem planos contra a violência sobre idosos. As questões da violência sobre os idosos estão

integradas nas leis gerais do Estado e na Lei de Violência Doméstica e no plano Nacional de Contra a Violência Doméstica” Carvalho (2013: 145). Neste contexto a violência sobre a pessoa idosa em termos legais enquadra-se de forma generalista face ao fenómeno e não específica. Segundo o mesmo autor, “a análise estatística revela a lacuna, pois enquadra os crimes num contexto global e não específico de crime contra idosos”, Carvalho (2013:145).

Em Portugal e desde a década de 1990, diversas iniciativas vêm sendo adoptadas a fim de lidar com o problema da violência contra mulheres. Entre elas, a criação de Planos Sociais, como de seguida apresentamos:

O I Plano Nacional, emanado pela Resolução do Conselho de Ministros de 15 de Junho de 1999, em vigência desde o ano até 2002 e que surgiu como primeiro instrumento de orientação das políticas que se entendiam adequadas para prevenir e intervir sobre a VD.

O II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, do XV Governo, emanado por Resolução do Conselho de Ministros de 13 de Junho de 2003, e entregue à responsabilidade da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), organismo governamental, sob tutela da Presidência do Conselho de Ministros

No III Plano Nacional contra a violência doméstica (PNCVD), foram definidos as cinco áreas de intervenção: “Informar, sensibilizar e educar, incluindo objectivos de sensibilização; Proteger as vítimas e prevenir a re-vitimização, incluindo a definição de respostas jurídico-penais e sociais com o objectivo de proteger a vítima (...); Capacitar e reinserir as vítimas, através da promoção de competências sociais e pessoais ‘mediante o incremento do seu empoderamento, da sua autodeterminação e da sua reinserção social’; Qualificar os profissionais (...); Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da ‘violência doméstica’ (...)” (Costa, 2010: 175).

IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013), doravante designado por Plano, é o instrumento de políticas públicas de combate à violência doméstica e de género fixação especializada, inicial e contínua, de profissionais que intervêm nesta área; área estratégica de intervenção cinco investigar e monitorizar e integra sete medidas orientadas para o aprofundamento da investigação científica na área

da violência doméstica, incluindo a produção de indicadores estatísticos que permitam a recolha de dados estandardizados.

Por outro lado, a Convenção de Istambul é um tratado normativo e multilateral que exigiu alterações da legislação portuguesa, por força prioritária do Direito Internacional. Em Portugal, a convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 4/2013, de 14 de Dezembro 2012, e rectificada pelo Decreto do Presidente da República nº 13/2013, ambos publicados no Diário da República, 1ª série, n.º 14, de 21 de Janeiro 2013.

Com as alterações exigidas pela referida convenção, a violência contra a mulher passa a ter um diploma específico, sendo actualmente a VD tipificada como crime autónomo do artigo 152.º do Código Penal. Foi também contemplada a prevenção, protecção e a assistência das vítimas de VD segundo a Lei nº 112/2009, de 16 de Setembro.

O programa do XIX Governo Constitucional (2011-2015), apela à importância de intensificar o combate à violência doméstica. Para isso, e assente na Convenção de Istambul, elaboram o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017. O objectivo principal deste Plano é delinear estratégias de protecção das vítimas e da intervenção com o agressor.

2.1. A resposta social casas de abrigo, institucionalização e estratégias de inclusão

Os vários estudos acerca do fenómeno da VD foram clarificando a necessidade de distanciar a vítima do contexto de vulnerabilidade promovida pelo agressor. A primeira Casa de Abrigo (Refúgio de Chiswick,) surgiu nos anos 70 em Inglaterra, por iniciativa de um grupo de mulheres. Esta Casa de Abrigo acolhia mulheres vítimas de violência doméstica da região. “Desde a década de 80 se tem vindo a produzir algumas recomendações internacionais neste domínio às quais Portugal não poderia continuar insensível”, (Portugal, 2001 citado por Meireles 2012:17). Em Portugal esta resposta social surge nos anos 90, sendo considerado um aparecimento tardio devido ao desenvolvimento político e social e as longas décadas de ditadura.

Em 1999 foi criada uma Rede Pública de Casas de Apoio a mulheres vítimas de maus tractos. O Decreto Regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro, que regulamentava um conjunto de normas técnicas de funcionamento e ordenamento legal relativo às casas abrigo, instituindo as condições de abertura e funcionamento e principalmente a qualidade das respostas dadas aos problemas das vítimas de maus tractos. Segundo os autores Matias e Paulino, (2013), “Em função das necessidades e da gravidade da situação, existem dois tipos de resposta sociais/serviços que apoiam, encaminham e acolhem as pessoas adultas vítimas de violência doméstica, tendo em vista a sua protecção”, (Matias e Paulino, 2013: 195). Ou seja, os centros de atendimentos e as casas de abrigo, onde conforme os autores acima citados, “ os primeiros visam o atendimento, o encaminhamento e o apoio às vítimas. As segundas têm como finalidade o acolhimento.”, (Idem. Idem)

A génese das Casas de Abrigo surgiu para dar resposta ao flagelo da violência doméstica, quando a violência doméstica deixou de ser considerado um problema individual ou no máximo familiar e passou a ser entendido como um problema de responsabilidade pública, isto é, qualquer cidadão tem o dever e a obrigatoriedade de denunciar situações de VD.

As Casas de Abrigo constituem uma resposta de acolhimento temporário seguro e confidencial para situações de risco, destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos/as menores e sem outros recursos para além da institucionalização. O processo de institucionalização nas casas de abrigo dá-se através de um pedido de ajuda feito pela própria vítima ou por terceiros aos serviços de apoio em primeira linha (APAV, LINHA 144, NAVs, GNR, PSP entre outras).

Nestas entidades de primeira linha ou de atendimento é realizado uma avaliação de risco pela equipa técnica, que em função do resultado encaminha a vítima à Casa de Abrigo mais distante possível da sua área de residência. As Casas de Abrigo têm assim como objectivos, “proporcionar às vítimas um alojamento seguro e temporário, proporcionando um equilíbrio físico e emocional, promover aptidões pessoais, profissionais e sociais, bem como ajudar as mulheres a tornarem-se progressivamente mais aptas a definir o seu projecto de vida e leva-lo avante”. (Matias e Paulino, 2013:195). As mulheres admitidas nas casas de abrigo são as vítimas do crime previsto no artigo 152.º do Código Penal.

As Casas de Abrigo disponibilizam serviços gratuitos e são constituídas por uma equipa multidisciplinar, composta por técnicos/as da área social, psicologia e direito que, em articulação com ajudantes de acção directa desenvolvem um acompanhamento sistemático, intensivo e individualizado junto das utilizadoras, garantindo as condições básicas de vida ao nível de alojamento, refeições, higiene e saúde num ambiente de tranquilidade e segurança, favorável à co-construção positiva de novos projectos de vida. Ou seja, esta resposta social consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de VD, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Nas Casas de Abrigo a admissão das vítimas são realizadas através da avaliação da situação de forma global, nomeadamente, o porquê do pedido, a história pessoal e familiar da vítima, através de relatório social, relatório médico e entrevista com a vítima. São também tidos em conta os recursos: materiais, pessoais e familiares. Nesta fase, o conhecimento do projecto de vida é também fundamental para que possa ser traçado um plano de intervenção envolvendo a residente, filhos e quando possível a família e outras pessoas que possam contribuir para concretização do projecto de vida.

Esta resposta social presta apoio a nível social e psicológico.

A nível social, disponibiliza informações a cerca da instituição e da comunidade local, acesso a formação profissional, subsídios estatais e faz o acompanhamento de todo o processo da vítima até a sua autonomização, (elaboração do diagnóstico social e a construção em conjunto do projecto de vida).

A nível psicológico, realiza um diagnóstico da situação que proporciona o encaminhamento e acompanhamento das utentes.

Em ambos os níveis, as Casas de Abrigo garantem ainda,

- Cuidados de saúde primários, como consultas no Centro de Saúde, apoio materno-infantil e vacinação

A permanência na Casa de Abrigo termina nas seguintes situações:

- Quando a equipa técnica realiza uma avaliação das condições necessárias para a reinserção das utilizadoras em actividades que possibilite a sua autonomização;
- Em face da vontade das utilizadoras declarada através de documento escrito;
- Expulsão, quando haja incumprimento das regras gerais de funcionamento da Instituição.
- A saída da Casa de Abrigo é efectuada mediante assinatura de um Termo de Saída.

Os Recursos Humanos da Casa de Abrigo são os seguintes:

- Equipa Técnica: Assistente Social, Psicóloga, Directora Técnica, Educador Social e Advogado.
- Apoio ao Acolhimento: Ajudantes de Lar que trabalham por turnos (a quantidade depende do número de residente);
- Ajudante de Serviços Gerais, cozinheira e ajudante de cozinha.
- Administrativo: escriturária.

Capítulo II – Envelhecimento e violência

1. O Envelhecimento

“ (...) o envelhecimento deve ser pensado numa perspectiva positiva, centrado nas características da pessoa que envelhece e nas medidas de controlo e redução das perdas e não apenas nos efeitos negativos da velhice”, (Fonseca, 2005, Sequeira, 2007: 32 citado por Encarnação 2009:10)

As expressões, velho, velhice e envelhecimento são bastante usuais no nosso quotidiano. A partir dos anos 90 do século XX, surgiram novas denominações como idoso, terceira idade, geronte, envelhecimento demográfico pirâmides etárias, envelhecimento individual, envelhecimento colectivo. Para Moura (2006), o envelhecimento individual “determina o aumento da longevidade ou esperança de vida” e o envelhecimento demográfico como “o aumento da simetria dos gerontes na população total”, (Moura 2006:41). O mundo despertou para o fenómeno do envelhecimento individual e demográfico que são irreversíveis devido ao aumento da esperança média de vida ao nascer e o declínio da taxa de natalidade. Conforme Moura (2006), refere, “A longevidade assume especial relevância nas sociedades modernas do mundo ocidental, instituindo modificações na perspectiva demográfica, onde o número de pessoas com 65 e mais anos aumenta abundantemente em analogia com os tempos passados”, (Moura 2006:41).

O envelhecimento faz parte do ciclo natural de vida de todos os seres vivos, mas compreender e conceituar a complexidade do envelhecimento ainda é bastante difícil devido às diversas posições de diferentes autores sobre o envelhecimento. Segundo Araldi (2008:16) “para entender o processo de envelhecimento é necessário ter uma compreensão da totalidade e da complexidade do ser humano, pois cada aspecto seja biológico, cultural ou social não estão desconectados. Desse modo, entende-se os ciclos pelo qual o ser humano perpassa na sua existência”.

Além dos aspectos, biológico, social e cultural, o meio ambiente e as condições de vida em que o indivíduo vive são factores determinantes no processo de envelhecimento. Para Salgado (2007:68) o envelhecimento é um “processo multidimensional, ou seja, resulta da interacção de factores biológicos, psicoemocionais e socioculturais. Exceptuando a razão biológica que tem carácter processual e universal, os demais factores são composições individuais e sociais, resultado de visões e oportunidades que cada sociedade atribui aos seus idosos.

Serrão (2006) propõe considerar o termo “Seniores” para os homens e as mulheres com mais de 65 anos, desligados de actividades profissionais formais, que mantêm as suas capacidades, são independentes, saudáveis e activos, abrangendo em termos etários três décadas, dos 65 aos 95 anos, (Serrão, 2006: 132 citado por Oliveira 2014:11). Conforme a Pordata⁹ A Europa já é considerada o continente onde existem mais idosos no mundo e dentre os países europeus, Portugal envelheceu mais do que a média dos outros países da União Europeia.

Segundo o Jornal de Noticias de 30 de Março de 2017¹⁰, Actualmente a esperança média de vida à nascença situa-se nos 77,36 anos, sendo de 77,36 anos para o género masculino e de 83,23 anos para o género feminino. Conforme o mesmo jornal a previsão é do INE a para 2080, é que progressivamente, os portugueses vão vivendo cada vez mais tempo, mas as mulheres passarem para 92,10 anos e os homens 87,38 anos, o que significa um aumento de quase 10 anos na esperança média de vida à nascença em Portugal nos próximos 60 anos.

A Organização Mundial da Saúde (citada em Robert, 1995: 20), revela que brevemente mais de dois terços da população mundial com mais de 65 anos viverá em países desenvolvidos. Assim, “o número de crianças continuará a descer até ao final do século. Estima-se que, até 2050, o número de pessoas com mais de 60 anos triplique de quatrocentos milhões para mais de dois mil milhões. Apesar de este aumento reflectir uma melhoria nas condições de vida e das políticas de saúde na maioria dos países desenvolvidos, representa também um desafio para a sociedade actual, que terá de se adaptar de modo a “maximizar a capacidade funcional e a

⁹Pordata -Base de dados Portugal Contemporâneo

¹⁰ <http://www.tsf.pt/sociedade/interior/-esperanca-media-de-vida-em-portugal-devera-chegar-aos-90-anos-5758592.html>.

saúde dos mais velhos, assim como a sua participação e integração social. Segundo a Pordata¹¹, Portugal é o quarto país da União Europeia com maior percentagem de idosos, logo a seguir a países como Itália e Grécia. Desde os anos 60, o número de pessoas com mais de 65 anos aumentou de cerca de setecentos mil para mais de dois milhões, acompanhando a diminuição do número de nascimentos. Na década de 70, por cada idoso com mais de 65 anos, existiam duas crianças com menos de 10. Actualmente, as estatísticas mostram exactamente o oposto — por cada criança com menos de 10 anos, existem cerca de dois idosos.

Costa (1989), define o envelhecimento como processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte [...] é o processo constante de transformação. E a velhice como sendo o estado de ser velho, o produto do envelhecimento, o resultado do processo de envelhecer, (Costa 1989:26), ou seja, se o envelhecimento é o tempo da idade que avança, a velhice é o da idade avançada. Desta forma “o envelhecimento pode ser visto como uma sequência de mudanças previsíveis, de natureza genético-biológica, que ocorre ao longo das idades”, (Neri, 2001).

Podemos dizer que a velhice é o tempo em que o indivíduo passa por diversas modificações biológicas e físicas comprometendo as suas funções vitais.“ a velhice é a última fase do ciclo vital e é delimitada por eventos de natureza múltipla, incluindo, por exemplo, perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especializações cognitivas”, (Neri, 2001 citado por Oliveira 2015:11). Segundo Fontaine (2000:23) existem varias dimensões sobre o processo de envelhecer, ou seja o indivíduo pode ter não uma, mas três idades: a idade biológica; social; ou psicológica.

A idade biológica está relacionada com o envelhecimento orgânico. No decorrer da idade os órgãos vão sofrendo modificações e muitas vezes perdendo suas funções. Busse (1969) classificou como sendo o “envelhecimento primário ou processo inato de maturação”, (Busse 1969 citado por Fontaine 2000:23). Contudo, o envelhecimento não é homogéneo como também os órgãos que envelhecem de forma diferente em cada indivíduo, envelhece mais cedo ou mais tarde. “Em certos indivíduos, o envelhecimento primário exprimir-se-á por uma degradação precoce do

¹¹<http://www.pordata.pt/>

seu sistema cardiovascular, noutros por um envelhecimento cerebral precoce, ou ainda por um declínio funcional de outros órgãos.”, (Fontaine 2000:23). Outros autores como, Schneider & Irigaray (2008), definem idade biológica “pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento e caracterizam o processo de envelhecimento humano, que pode ser compreendido como um processo que se inicia antes do nascimento do indivíduo e se estende por toda a existência humana”, (Schneider & Irigaray 2008:589).

Relativamente à idade social, os mesmos autores consideram ser relativa ao papel do indivíduo na sociedade e esta directamente relacionado com a história e cultura de cada nação. Isto é, a idade social esta associada “ao papel e ao estatuto que a nossa comunidade nos atribui”, (Fontaine 2000:25).

Por outro lado, assistimos no processo de envelhecimento a uma troca de papéis dentro da sociedade “no qual são esperados dos idosos comportamentos que correspondam aos papéis determinados”, (Schneider & Irigaray 2008:590). A idade social relaciona-se com a capacidade e habilidade funcional em que o indivíduo contribuir no trabalho, Neugarten; Datan (1973), refere que “(...) os graus de idade são expressões de fato de que todas as sociedades racionalizam os passos do tempo da vida, o dividem em unidades socialmente relevantes e assim se pode dizer que transformam o tempo do calendário (o tempo biológico) em tempo social”, (Neugarten; Datan, 1973 citado por Duarte 1999:42). Já para Neri (2005), “a idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história de cada sociedade”, Neri 2005, citado por Schneider & Irigaray 2008:591

Quanto à idade psicológica, segundo (Neri 2005) este termo pode ser direccionado para dois sentidos: referindo-se “(...) à relação que existe entre a idade cronológica e às capacidades psicológicas, tais como percepção, aprendizagem e memória, as quais prenunciam o potencial de funcionamento futuro do indivíduo”(Idem:591) em que a idade psicológica do indivíduo está relacionada com a capacidade do mesmo aceitar adaptar-se às mudanças do seu espaço. No entanto, para se adaptar ao meio o indivíduo necessita de variadas peculiaridades psicológicas tais como: controle emocional, memória e inteligência. Hoyer e Roodin (2003), consideram que a idade psicológica diz respeito às “habilidades adaptativas dos indivíduos às

exigências do meio. As pessoas adaptam-se ao meio pelo uso de várias características psicológicas, como aprendizagem, memória, inteligência e o controle emocional”, (Hoyer e Roodin,2003 citado por Oliveira, 2015:17).A forma como o indivíduo envelhece está associada aos seus hábitos e comportamentos assimilados e conservado no decorrer da vida. Podemos assim dizer que o “envelhecimento é resultado de uma construção que o indivíduo fez durante toda a vida”, (Schneider&Irigaray 2008:591).

Netto e Borgonovi (2002) (2007) conceituam o envelhecimento como “um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por levá-lo à morte”, (Netto e Borgonovi (2002) citado por Costa,2012:23).

Actualmente o mundo social vive situações ímpares de idadismo, onde prevalecem mitos e estereótipos sobre o envelhecimento e, em particular, sobre a velhice. Segundo Fernandes (2001),o isolamento, a solidão, a pobreza e carência afectiva marcam, de forma reiterada, o quotidiano das pessoas mais velhas. Objectivamente, o envelhecimento demográfico é um fenómeno irreversível e universal (Fernandes, 2001: 1), mas, Neri (2001) acredita que a velhice é “a última fase do ciclo vital e é delimitada por eventos de natureza múltipla, incluindo, por exemplo, perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especializações cognitivas”, (Neri 2001: 69).

Quando se trata de pessoas, neste caso de pessoas idosas com estilo de vidas diferentes, tudo isso, nos leva a relativizar todas as afirmações que possamos proferir, pois, “... cada indivíduo idoso tem uma história, uma personalidade e é condicionada por um conjunto de factores que tornam a sua existência única, ainda que partilhe experiências sociais e outras ”Pimentel, L. (2001:63), ou seja: “Toda a situação de vida parece exercer uma influência muito mais decisiva do que a idade cronológica”, (Imaginário, C. 2004:45).

Souza (2007:12),define o processo de envelhecimento como “um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do

indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por levá-lo à morte”. Junto com a velhice vem a fragilidade na saúde, a incapacidade funcional que origina perda de habilidade e de capacidade para realizar suas actividades diárias. Salgado (2007), atribui este processo como multidimensional, ou seja, resulta da interacção de factores biológicos, psicoemocionais e socioculturais. Executando a razão biológica que tem carácter processual e universal, os demais factores são composições individuais e sociais, resultado de visões e oportunidades que cada sociedade atribui aos seus idosos, (Salgado2007: 68).

Além dos factores mencionados por Souza e Salgado (2007), que atribuem o processo de envelhecimento à sociedade e ao indivíduo, assim o ambiente também influencia o processo de envelhecimento. Contudo compreender o processo de envelhecimento é bastante complexo “é necessário ter uma compreensão da totalidade e da complexidade do ser humano, pois cada aspecto seja biológico, cultural ou social não estão desconectados. Desse modo, entende-se os ciclos pelo qual o ser humano perpassa na sua existência”, (Araldi, 2008:16).

1.1. Violência sobre pessoas idosas em Portugal

Junto com o alto índice de envelhecimento a violência em contexto familiar torna-se uma constante. Segundo o Manual Eclipss (s/d:18),“Em Portugal, a violência doméstica contra as pessoas idosas é uma realidade já reconhecida socialmente, mas ainda pouco conhecida. Parecendo paradoxal, esta afirmação é válida na experiência das organizações que têm vindo a denunciar a situação de fragilidade destas vítimas e a apoiá-las directamente”. Muitas pessoas idosas, por medo ou vergonha sofrem caladas e são vítimas de violência em contexto familiar durante anos, e a grande maioria aceita a violência como sendo uma situação normal e ainda defendem os agressores.

Desta feita, a (OMS) citado pelo Diário de notícia de 13 de julho de 2011, aponta que 39,4% dos idosos em Portugal são vítimas de abusos. E, desses, 32,9% são vítimas de abusos psicológicos, 16,5% de extorsão, 12,8% de violação dos seus direitos, 9,9% de negligência, 3,6% de abusos sexuais e 2,8% de abusos físicos. Os idosos sofrem vários tipos de abusos desde maus tratos físicos que é o mais fácil de ser

detectado, a negligência da parte de quem cuida deles na omissão de cuidados básicos, violência psicológica e também a violência financeira e patrimonial. Ou seja, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência, enquanto a média nos outros países da EU é de 21 a 22 em cada mil. Segundo a revista Impulso Positivo (maio/junho 2015:06) “todas as semanas, em média 16 idosos são vítimas de violência doméstica em Portugal”. É necessário que sejam efectivados os direitos dos idosos para que sejam cumpridos o direito à dignidade que está determinado na Resolução 46/91 de 16 de dezembro, nº 17º, que consagra que qualquer indivíduo deve “poder viver com dignidade e segurança, sem ser objecto de exploração e maus-tratos físicos e/ou mentais”.

Em Portugal pouco se fala neste tipo de violência. O único estudo realizado no país foi através do projecto “Envelhecer e Violência” publicado em 2014¹², coordenado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Estudo esse que conclui que um em cada dez idosos com mais de 60 anos é vítima de violência por parte de pessoas conhecidas como familiares, amigos, vizinhos ou profissionais remunerados, o que representa 12,6%. Dos cinco tipos de violência avaliados (financeira, física, psicológica, sexual e negligência), destacam-se a violência financeira e a violência psicológica, ambas com prevalência de 6.3%.

De acordo com estes dados, mais de trezentos mil idosos foram vítimas de violência no espaço de um ano, entre Outubro de 2011 e Outubro de 2012. Entre as vítimas, outro número salta à vista: mais de metade não falou sobre o caso nem apresentou queixa (64,9% das vítimas). E é aqui que a situação fica mais complicada, a falta de punição dos agressores acaba por “incentivar” a frequência do abuso e maus tratos aos idosos. Segundo a Linha de Apoio à Vítima da APAV¹³ “É muito difícil para o idoso denunciar, e acaba muitas vezes por ir aguentando. Ou só pedir ajuda no sentido de poder ter algum apoio psicológico para suportar aquela situação, mas dizendo à partida que não pretendem denunciar às autoridades”.

A mesma entidade refere, ainda que não existem muitos dados sobre a violência contra idosos em Portugal. Os dados da APAV relativos a 2015, recentemente divulgados, mostram uma subida no número de denúncias: no ano passado registaram-se mais de dois casos por dia contra vítimas com mais de 65 anos (977

¹²<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ComInf/Noticias/Paginas/PubEnvelhecimentoViolencia.aspx>

¹³ Associação Portuguesa de Apoio a Vítima.

no ano inteiro, mais 125 do que em 2014). Números alarmantes, que a associação acredita estarem ainda aquém da realidade.

Conforme presidente da FITI¹⁴, José Carlos Batalha no Jornal de Notícia do dia 13 de Julho 2011, "Estamos perante vários tipos de abusos, desde logo os maus tratos físicos facilmente detectáveis, mas também a negligência da parte de quem cuida deles por exemplo na omissão de higiene, alimentação ou de medicação, a violência psicológica, quando se obriga um idoso a ir para um lar ou a violência financeira e patrimonial".

1.2. Envelhecimento: Uma abordagem psicológica do processo

Compreender o envelhecimento através da perspectiva da psicologia leva-nos a reflectir acerca do envelhecimento sobre diferentes prismas, sendo que “ A psicologia do envelhecimento representa assim, de certa forma, o contributo dos psicólogos para a gerontologia”, (Fontaine 2000: 14).

O século XXI é considerado por estudiosos como o século do envelhecimento e de grandes transformações no plano económico, social e cultural. Relativamente ao plano económico, este, “Tal traduz-se, e traduz-se à, por um aumento continuo do número de reformados., (Fontaine 2000: 21), o mesmo autor refere que na área social as estruturas de apoio e de protecção terão que passar por grandes transformações para atender às necessidades individuais desta crescente população, Por último e não menos importante, no plano cultural, segundo Fontaine, (2000: 21), “ aparecerão profundas modificações, a par do aumento do tempo de lazer”.

Segundo Birrem e Cuningham (1985), cit. por Fontaine (2000:23), o ser humano não tem só uma vida e sim três vidas diferentes ou seja a sua idade biológica, social e psicológica.

A idade biológica está relacionada com o envelhecimento orgânico, onde cada órgão sofre modificações que diminui o seu funcionamento e a capacidade de auto-regulação no decorrer da vida, (Birrem e Cuningham 1985, cit por Fontaine (2000: 23). Este envelhecimento foi classificado por Busse (1969), “envelhecimento primário ou processo inato de maturação”, (Busse 1969, cit por Fontaine 2000:23).

¹⁴ Federação das Instituições da Terceira Idade

Conforme o mesmo autor o envelhecimento dos órgãos dá-se de forma diferente para cada indivíduo.

A idade social, está relacionada com o papel, estatuto e os hábitos que o indivíduo representa na sociedade, e que a cultura e a história do País determinam esta idade. Na sociedade industrializada em que na qual vivemos, onde a força de trabalho é de fundamental importância para o crescimento económico, o indivíduo quando já não pode contribuir para a produção acaba por ser colocado de parte. Por outras palavras e segundo: Fontaine (2000) “A idade social está, assim, associada ao papel e ao estatuto que a nossa comunidade nos atribui”, (Fontaine 2000: 23).

A relação entre a idade cronológica e o potencial de funcionamento do indivíduo determina a idade psicológica. Segundo Fontaine (2000), A idade psicológica pode ser relacionada com as “competências comportamentais que a pessoa pode mobilizar em resposta às mudanças do ambiente”, (Fontaine 2000:25). Estas competências estão relacionadas com as capacidades da memória, da inteligência e as motivações para o empreendimento. Esta idade é caracterizada por Busse (1969), como “envelhecimento secundário, que ao contrário do envelhecimento primário, parece estar em parte sob o controlo do indivíduo”, (Busse 1969, cit por Fontaine 2000:25).

Os indivíduos envelhecem de variadas formas, podendo ser diferente da idade cronológica. Segundo Fontaine (2000) “O envelhecimento é o conjunto de processos, que o organismo sofre após sua fase de desenvolvimento.” Fontaine (2000: 14). Os efeitos do envelhecimento são heterogéneo, isto é cada indivíduo têm o seu ritmo de envelhecer, ou seja, “nem todos os nossos órgãos e funções psicológicas envelhecem ao mesmo ritmo”, Fontaine (2000: 15). Segundo os mesmos investigadores, os sectores médicos, biológico e psicológico, “são e continuarão a ser levados, tanto por razões teóricas como práticas, a estudar de forma intensa o envelhecimento”, Fontaine (2000: 21).

Viver é envelhecer, nada mais.

Simone de Beauvoir

1.3. Os maus tractos aos idosos como problema social

A violência e o abuso perpetrado sobre as pessoas idosas não são acontecimentos recentes. No século XX a violência era entendida com naturalidade e com pouca expressão pública. Segundo Carvalho (2013), “A questão assume visibilidade no pós-guerra, com a Declaração dos Direitos do Homem, a Declaração dos Direitos da Criança e, posteriormente, na década de 60 do século XX, com a reivindicação dos direitos das mulheres face à autoridade masculina”, (Carvalho 2013: 139). A reivindicação das mulheres sobre a autoridade do homem proporcionou os primeiros estudos sobre a violência em pessoas idosas. Segundo (WHO,2002), “no início a violência foi identificada como problema social e da idade, para mais tarde ser assumida como um problema de saúde pública e de justiça criminal e, actualmente, como uma questão de direitos humanos”, (WHO,2002 citado por Carvalho, 2013: 139).

Devido à cultura e à conceptualização de cada país, ainda não existe nenhum consenso internacional sobre o conceito de violência, abuso e maus tratos sobre as pessoas idosas. No entanto (WHO 2002, Comissão Europeia 2008), define a violência sobre a pessoa idosa como “um ato simples ou repetido, ou ausência de ação apropriada, que ocorre no contexto de qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança, que causa dano ou tensão a uma pessoa idosa”, (WHO 2002, Comissão Europeia 2008 139:2, citado por Carvalho, 2013:139), podendo ser violência física, psicológica, emocional, sexual, financeira e negligência.

Faleiros (2007:27), interpreta a violência sobre a pessoa idosa como uma “relação desigual de poder, implicando a negação do outro, da diferença, da tolerância e das oportunidades”, (Faleiros 2007:27, citado por Carvalho 2013: 139). Esta violência irá traduzir-se em dano, sofrimento e transgride o laço social de convivência e de garantia dos direitos humanos.

A violência sobre os idosos está presente em todos os países da Europa, sendo este considerado um problema preocupante crescente que necessita de acções conjuntas para resolução. As pesquisas apontam que pelo menos 4 milhões de pessoas idosas sofrem de maus-tratos em território Europeu. Segundo OMS (2011)¹⁵, “A escala do problema não é propriamente precisa, mas tem

¹⁵Organização Mundial de Saúde

consequências de graves para o bem-estar físico e mental de dezenas de milhões de pessoas mais velhas e, se não for controlada, pode resultar em sua morte prematura. A maioria dos países sofrem do envelhecimento populacional, e um terço da população deverá ser de 60 anos ou mais em 2050, colocando mais pessoas em risco de maus-tratos contra idosos. Estimativas sugerem que 2050 pessoas idosas poderão vir a perder as suas vidas anualmente por maus tractos, (OMS, 2011: 01 citado por Rosas 2015:11).

Em muitas sociedades as pessoas velhas são respeitadas, considerados sábias, detentoras de sabedorias, aquele que passa conhecimento aos mais novos, que ajuda nos cuidados com os netos, sendo uma pessoa importante para manutenção do bem-estar na família. Mas, os estudos históricos e a antropologia revela que, em outras sociedades os maus tractos as pessoas idosas não é algo novo.

Portanto, fazer mal aos idosos era visto com muita naturalidade, filhos não cuidarem dos pais e abandona-los a própria sorte, atribuir incapacidade para retirar os seus bens, além, de outras atrocidades cometidas contra a pessoa idosa, ou seja, “nestas sociedades, matar os idosos ou abandoná-los para morrer, era mais comum do que o que se possa supor”, (Wol e Pillemer, 1989: 04 citado por Dias 2010: 141). Percebe-se assim que até nas sociedades que respeitavam as pessoas idosas enfrentam transformações de geração e mudanças na cultura.

Isto porque, passamos, por um lado, de uma época em que a terceira idade era considerada a idade de ouro, na qual a pessoa idosa era respeitada e desempenhava um papel muito importante para a sociedade e para a família; para, por outro lado, uma época em que as pessoas idosas são desvalorizadas, abandonadas, desprezada e levadas ao isolamento e a inutilidades.

Por esta razão, é difícil compreender que a pessoa idosa seja vítima de violência doméstica no seio da sua própria família. Isto porque, a família deveria proteger e respeitar não só os mais novos como os mais velhos. No entanto, as estatísticas mostram-nos que os idosos estão a ser cada vez mais vítimas de maus tractos em contexto familiar.

De acordo com Minayo (2004: 6), Citado por Rosas, (2015:15),

“A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política relacional da humanidade (...) no mundo, a violência contra os mais velhos se expressa nas formas que se organizam entre ricos e os pobres, entre os géneros, as raças e o grupo de idade nas várias esferas de um poder político, institucional e familiar”.

As transformações na sociedade portuguesa em termos demográfico e familiar, o aumento da esperança média de vida, o envelhecimento progressivo, as modificações nos modelos de família, o aumento e o reconhecimento dos direitos do cidadão, tornaram-se indispensáveis para reflectir sobre novos modelos de intervenção e de reajustamentos das respostas sociais actuais, para dar resposta às mudanças que ocorrem na sociedade. Por isso, “ os gerontologistas, psicólogos e sociólogos, entre outros profissionais, começaram a centrar sua atenção, especificamente, no problema da violência praticada contra os idosos na família”, (Dias 2010:141).

O envelhecimento demográfico, está associado a vários factores como: o baixo índice de natalidade a redução da mortalidade, o aumento da esperança média de vida, além disso, a Revolução Industrial proporcionou um melhoramento das condições de vida das pessoas, e também o desenvolvimento científico e tecnológico, social e educativo. Desta forma surge a necessidade de conhecer o processo de envelhecimento que originalmente era conhecido nos países desenvolvidos principalmente da Europa. Para isso, a Gerontologia ganha importância na segunda metade do século XX.

A Gerontologia estuda o processo de envelhecimento, a velhice e o velho no seu processo natural, para isso, buscar auxílio em outras ciências biológicas e sociais tais como: Ciências Biológicas; Ciências Psicológicas; Psicologia do Desenvolvimento; Bioquímica, Medicina; Psicologia e nas Ciências Sociais a Sociologia; Antropologia; Economia e Demografia, (Ballesteros, 2000 citado por Rosas, 2015:26). Estes profissionais foram de grande valia para a visibilidade da descoberta e identificação deste fenómeno.

No ano de 1977, deu-se a identificação e o reconhecimento da violência contra as pessoas idosas como um problema social. Este reconhecimento deu-se de forma diferente ao das mulheres vítimas de VD que tendo sido os movimentos feministas a

ênfatizar este fenômeno e tornar público um problema que é social. Nos casos das pessoas idosas foi semelhante ao processo de violência contra as crianças, ou seja, foram as agências formais de Serviço Social e outros profissionais que monopolizaram este tema, (cf, Dias 2010:141). Assim os profissionais, segundo, Wolf e Pillemer, (1989), “sugerem, no entanto, que se desenvolveram programas destinados ao mau trato de idosos...”, (Wolf e Pillemer, 1989:06 citado por Dias 2010:141).

Desta feita, pode concordar-se com o autora Minayo (2004), ao reforçar que:

[...] É preciso compreender as relações entre as várias etapas do ciclo de vida e o papel do Estado na organização desses ciclos para que possam ocorrer mudanças positivas na sociedade. Devemos considerar o aspecto histórico que envolve o idoso onde a família tem carácter de instituição bastante sólida”, (Minayo 2004: 6, Citado por Rosas, 2015:15).

Assim, é correcto afirmar que, a violência contra a pessoa idosa é transversal a todas as classes sociais, não estando associada ao grau de dependência da vítima.

Para os autores, Marques, (2011), Cardoso (2012), “ (...) é imperativo compreender que o respeito pelas pessoas, independentemente da sua idade, é um princípio básico universal (...). O artigo 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia reconhece a discriminação com base da idade como uma violação de direitos fundamentais”, (Marques, 2011, Cardoso 2012, citado por Rosas 2015:09).

Segundo Dias (2010: 142,143), a emergência da questão da violência contra a pessoa idosa está relacionada com quatro factores:

- O envelhecimento da população nas sociedades europeias, e a existência em simultâneo de várias gerações;
- A inclusão deste tipo de violência na VD,
- A existência de um sentimento ambivalente em relação à terceira idade
- O crescimento da preocupação social com as pessoas idosa, enquanto potenciais vítima de violência.

As investigações actuais demonstram que as pessoas idosas estão a ser com mais frequências vítimas de maus tractos perpetrados pela família. O aumento do número de pessoas idosas, conduz ao aumento de profissionais destinados a este grupo social. Para dar resposta a este grupo social crescente, houve um aumento de equipamentos relacionado com a protecção dos idosos, além da preocupação por parte dos políticos traduzidos em vários programas e medidas de apoio e protecção social com a população mais vulnerável da sociedade, (Cf, Dias 2010:143)

Capítulo III- Metodologia da Pesquisa

1. A problemática

Os estudos demográficos mostram-nos o crescente aumento da população idosa em todo mundo. Segundo Carvalho, (2013), “O envelhecimento demográfico, entendido como aumento, absoluto e relativo, da população com 65e mais anos de idade no total da população em Portugal, começa a evidenciar -se a partir dos finais do século XX”. Idem:84).

A população idosa torna-se mais expressiva a partir de 2001 do que a população com menos de 15 anos de idade. “os idosos representavam 16,4% e os jovens 16,0%, Carvalho (2013:84), Segundo a Pordata (2011)“os números de idosos representam 19,1% e de jovens 14,9%, (Pordata 2011 citado por Carvalho 2013:84). A problemática que envolve o envelhecimento tornou a partir dos finais do século XX, tema de interesse para a sociedade moderna, devida a relevância nos sectores políticos, económicos, social e cultural. Desta forma a “sociedade moderna (...) defronta-se com o crescimento massivo da população de idosos, fruto do aumento da expectativa média de vida da raça humana”, Netto, Matheus (2002: 09).

O envelhecimento acarreta uma serie de preocupações tanto na saúde, segurança e no bem-estar da pessoa idosa. Actualmente vemos com frequência nos noticiários o crescente número de pessoas idosas vítimas de VD, o que traduz em “grave problema de saúde pública, com muitas e sérias repercussões socioeconómicas para a vítima, sua família e sociedade em geral”, (Magalhães, (2013) citado por Matias e Paulino, 2013:19). Desta forma, neste estudo será abordada a questão da violência sobre mulheres idosas.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o sucesso de um estudo científico depende em parte da reflexão realizada sobre o problema que pretendemos aprofundar o conhecimento e assim encontrar solução para o problema em questão. Ou seja, “A pesquisa científica depende da formulação adequada do problema, isso porque objectiva buscar sua solução (...) O problema é a mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa”, (Idem:83). Assim a violência sobre a mulher é considerada um fenómeno antigo, mas até há apouco tempo com quase inexistente visibilidade social.

A VD como um crime público possibilitou maior visibilidade social, levando a que muitas mudanças fossem realizadas em termo de justiça criminal sobre o crime de violência sobre a mulher. No entanto, é necessário que haja mudança não só nas leis de protecção, pois, enquanto existir em homens que pensam que as mulheres são objectos e são sua propriedade, como esta: "Leis são como as meninas virgens, são para ser violadas" taxista Jorge Máximo¹⁶, o problema subsistirá. Ouvindo uma declaração ofensiva, criminosa e machista de um senhor idoso fica difícil acreditar se as alterações das leis seja o suficiente para o combate da violência sobre a mulher. Modificar ou criar leis é menos complicado do que mudar mentalidades. Quando se trata da violência sobre a mulher idosa, este problema continua sendo um grande tabu, já que a maioria destas mulheres aceitam a violência perpetrada sobre elas com naturalidade, convivem com a violência por anos e até defendem o agressor, impossibilitando qualquer tipo de ajuda, apesar de estar a aumentar o número de denúncia de violência em mulheres idosas, os números não mostram a realidade, uma vez que inúmeras vítimas continuam a viver com os seus agressores. Conhecer e compreender esta barbárie foi uma das razões do presente estudo.

Neste sentido, foi considerado pertinente o estudo desta problemática, e delineámos a questão de partida, que "constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a ruptura com os preconceitos e as noções prévias", (Quivy e Campenhoudt, 2003:34).

Assim, a questão de partida que vai orientar esta investigação é:

Violência doméstica sobre mulheres idosas residentes ou ex-residentes em casas de abrigo: que estratégias de inclusão?

Depois de definida a questão de partida que servirá como fio condutos da investigação, que por sua vez verterá num projecto de intervenção, temos que atender à definição do **Objectivo geral** que "está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenómenos e eventos, quer das ideias estudadas", (Prodanov e Freitas 2013:124). Este estudo tem como objectivo geral:

¹⁶https://www.youtube.com/watch?v=6JSXS5_MOfY

- Contribuir para o processo de integração social das mulheres idosas vítimas de VD com passagem pelas Casas de Abrigo. Já quanto aos **Objectivos específicos**: temos:

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da problemática social da VD sobre mulheres idosas;

- Contribuir para o processo de integração social das mulheres idosas vítima de VD residentes ou ex-residentes em casas abrigo;

- Apresentação de uma estratégia de integração social destas mulheres a partir das comunidades locais.

2. A natureza da investigação

Para realizar uma investigação o autor deve ter como base um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, (Gil, 2008:8). Assim, os métodos científicos representam os vários “processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação”, (Prodanov e Freitas 2013:14).

A utilização dos métodos numa pesquisa tem por “objectivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objectividade e a precisão no estudo dos fatos sociais.”, (Gil, 2008:15). Desta forma, na ausência de um método comum a todos os estudos, esta pesquisa seguirá o caminho do método indutivo, que segundo Lakatos e Marconi (2007:86), “É um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral”, (Lakatos e Marconi 2007: 86 citado por Prodanov e Freitas 2013:14). Desta forma o estudo abordará VD através de casos específicos de uma amostra de mulheres idosas residentes e ex-residentes em Casa de Abrigo, procurando-se assim que “(...) As constatações particulares levam à elaboração de generalizações”, (Prodanov e Freitas 2013:28).

Será portanto, será um estudo transversal exploratório que pretende enquadrar a metodologia de investigação-acção. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa-acção, pois será realizada em harmonia com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo. A autora e participantes que representam o

problema serão envolvidos como agente cooperativo, sendo considerado como, parte fundamental do estudo e da resolução do problema.

3. As técnicas e instrumentos de recolha e tratamento de dados

De início foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. “com o objectivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa”, (Prodanov e Freitas 2013:54).

De acordo com, cf Ludre e André, (1986:39,40), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, devendo ser complementada com informações obtidas por outras técnicas.

Será ainda utilizada a análise de fontes primárias, como seja a legislação referente ao tema, que se tornou muito pertinente, na medida em que é sempre importante fundamentar qualquer problemática também do ponto de vista normativo.

Outro tipo de consulta teve a ver com documentos em suporte digital, tais como: programas de combate à violência doméstica e sites inteiramente ligados ao tema, que se revelaram importantes para a fundamentação teórica da investigação. Segundo Minayo (1993), “ a investigação requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interacção com os atores sociais envolvidos”, (Minayo1993, citado por Borin 2007:75). Neste estudo foram utilizadas outras técnicas de estudo para a recolha de dados, como é o caso de história de vida e entrevistas. Na pesquisa qualitativa, estes instrumentos de recolha são de grande importância para compreensão da realidade.

Quadro 3 Instrumentos utilizados no processo de investigação

Instrumento	Aplicado	Quantidade	Objectivo	Tópicos norteadores
História de vida temática.	Residentes e ex-residentes em Casa de Abrigo.	10	Conhecer e caracterizar o fenómeno VD a partir da realidade vivenciada pelas participantes.	Relato de vida; -Cenário referente violência em contexto familiar; -Factores que contribuíram para a consciencialização e denúncia; -Ida para Casa de Abrigo -Perspectiva futura
Entrevista	Técnico que prestam apoio as mulheres vítimas de VD	6	Ampliar o conhecimento acerca da temática através da perspectiva dos técnicos das entidades afectas a protecção de mulheres vítimas de VD	- Como considera que está Portugal em termos legislativos no que refere à resposta ao problema de violência em contexto domestica? - Como podemos compreender o número crescente em Portugal de mulheres idosas vítimas de VD em contexto familiar? - Quais pensa serem as maiores dificuldades e as maiores necessidades das vítimas de violência em contexto familiar, principalmente mulheres idosas? - O que considera serem as expectativas das vítimas de violência em contexto familiar quanto ao sistema de justiça criminal?

A História de Vida é bastante utilizada para conhecer em profundidade sobre a violência sofrida pela vítima. Este tipo de abordagens, facultam dados importantes descritivos e subjectivos sobre as experiências vividas, uma vez que “Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa, (Santos 2008:02).

A Entrevista foi outro recurso utilizado para a recolha de informações pertinentes para o estudo. As entrevistas foram realizadas junto de técnicos das entidades afectas à protecção de mulheres vítimas de VD sendo que, “os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação humana, (Quivy e Campenhoudt, 2005:188).

Quanto ao tratamento dos dados, apresentar o resultado da pesquisa em diferentes modalidades favorece a qualidade das interpretações. Neste sentido, “a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados são muito mais do que simples métodos de exposição dos resultados”, (Quivy e Campenhoudt, 2005:189).

Para fazer o tratamento dos dados foram utilizados métodos de análise de dados a estatística descritiva e a análise de conteúdo, que irão de encontro com os instrumentos que serão utilizados na investigação.

Ainda relativamente às Histórias de Vida de referir que o pesquisador participa directamente na colecta de dados. Contudo o pesquisador não “confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando”, (Santos 2008:02). Para tal, tornou –se necessária a elaboração de um guião suporte disponível no Apêndice nº 15 deste trabalho.

O tratamento de dados das Histórias de Vida foi realizado a partir da análise de conteúdo, porque a “história de vida permite obter informações na essência subjectiva da vida de uma pessoa”, (Santos 2008:02), o mesmo acontecendo relativamente às entrevistadas

A discussão dos resultados possibilitará destacar as necessidades sentidas pela população participante no estudo de que resultará uma proposta de intervenção para minimizar e/ou resolver os problemas e necessidades sociais diagnosticados

4. Universo e da Amostra

O universo deste estudo compreende as mulheres vítimas de violência doméstica residentes e ex-residentes numa Casa de Abrigo do Sul de Portugal. Assim, “O universo ou a população-alvo é o conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum”, (Lakatos Marconi, 2007: 225.citado por Prodanov e Freitas 2013:98).

Do universo acima descrito foi seleccionada uma amostra intencional, formada por 10 mulheres idosas vítimas de violência domestica, com base em três critérios:

- Primeiro - Idade: mulheres vítimas de violência doméstica, com 65 e mais anos;

- Segundo - Residência: residir actualmente na Casa de Abrigo;

-Terceiro: ter passado pela Casa de Abrigo e estar a residir num determinado Concelho do Sul de Portugal.

5. Analises das histórias de vida temática

A investigação que prima pela recolha de dados através da narrativa de Histórias de Vida deve ter em consideração o percurso de vida de cada participante, sendo que, “No relato de vida o que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do sujeito. O objectivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio actor”, Spindola e Santos (2003: 121). A investigação iniciou-se através de narrativas de história de vida temática com 10 mulheres idosas vítimas de VD, 6 residentes e 4 ex-residentes numa Casa de Abrigo e entrevista com técnicos que prestam apoio social e psicológico a estas mulheres. Todas as narrativas foram transcritas na íntegra pela investigadora, e a entrevista com os técnicos foi escrita pelos próprios.

Narrativa 01- Ana, 91 anos

“Casei pela primeira vez com um militar da PIDE, vivemos juntos seis anos e tivemos dois filhos. Meu homem era muito violento sofri muitos maus tractos, fui espancada e humilhada, minha mãe dizia que, mulher quando não fazia os afazeres de casa levava nos cornos...” (Apêndice 1.1)

Narrativa 02- Maria, 69 anos

“Com 19 anos juntei-me com um rapaz de 25 anos, no começo vivíamos bem, a minha família gostava dele, não sei o que aconteceu, ele começou a dizer que eu era preguiçosa, não cuidava da casa. Em casa, na frente de outras pessoas era bom comigo. Meu marido sempre ajudava as outras pessoas, mas era muito agressivo comigo, tudo que eu fazia estava mal...” (Apêndice 1.2)

Narrativa 03- Lúcia, 65 anos

“Fui casada 40 anos, um casamento feliz, tinha um bom companheiro, onde estava um estava o outro, trabalhei durante 25 anos numa empresa de costura, e o meu marido era mecânico de automóvel dos bons. Passado 2 anos de casados tivemos o nosso filho, hoje com 40 anos. O nosso filho com 16 anos começou a fumar charros...” (Apêndice 1.3),

Narrativa 04- Silvina, 68 anos

“Engravidei muito nova e tive que casar, os meus sogros queriam mandar em minha casa. Eu era a empregada deles todos, o meu marido dava-me empurrões, estaladas na cara à frente de toda gente. Separei-me dele, como não tinha para onde ir, meus pais não me queriam de volta, tive que viver no mesmo tecto por 15 anos, foi muito difícil não tinha trabalho e dependia dele para sustentar, a mim e à minha filha...” (Apêndice 1.4).

Narrativa 05- Antónia, 70 anos

“Depois de dez anos vivendo juntos resolvemos casar, o nosso casamento durou 45 anos, o meu marido trabalhava todo o dia, nós víamo-nos só à noite, era tudo muito bom. Passamos a trabalhar juntos no campo, tudo mudou, ele tinha muito ciúmes e tratava-me mal, por ter outros homens a trabalhar, ele gostava muito de beber álcool e chamava-me de nomes feios “puta”, parto-te os cornos e jogava-me objectos”. (Apêndice 1.5)

Narrativa06- Bernarda, 73 anos

“Sinto uma dor muito grande, separei-me do meu marido devido à bebida. Tivemos um filho, queria muito ser mãe. Sempre que meu marido chegava bêbado a casa parecia outra pessoa, um louco sem tamanho, queria sexo, sexo só pensava nisto, eu não queria, estava cansada do trabalho no campo, como não queria levava, batia-me, chamava-me de “puta”, que eu estava com outro...” (Apêndice 1.6)

Narrativa 07 – Canária, 78 anos

“Sou viúva há alguns anos, meu marido tinha mais 2 filhas de outro casamento. As filhas nunca tiveram preocupação com o pai, tínhamos um casamento feliz, tivemos uma filha, hoje com 47 anos. A minha filha sempre teve de tudo, não estudou mais porque não quis, éramos uma família feliz. A minha filha com 14 anos começou a ficar diferente a responder mal ao pai, saía de casa sem dizer para onde ia e mentia ao dizer que ia para casa de parentes e não aparecia lá, a situação ia-se agravando...” (Apêndice 1.7)

Narrativa 08 – Bela, 67 anos

“Aos 14 anos tive um relacionamento com um agente da PSP de 34 anos, vivemos em união de facto por 20 anos, não tivemos filhos. Este meu companheiro era muito difícil de conviver num momento estava feliz noutra tratava-me abaixo de cão, o pior foi quando ele abusou da minha mana com 11 anos” (Apêndice 1.8)

Narrativa 09 – Carlota, 66 anos

“Sou casada com meu marido há 50 anos, foi sempre uma vida com muitas dificuldades, tivemos 3 filhos, trabalhamos no campo muito tempo. Pela falta de condições, não tínhamos escola perto para os gaitos estudarem, tivemos que mudar para a aldeia. A vida na aldeia foi ainda mais difícil no campo tínhamos horta e animais, na aldeia não tinha trabalho, não tínhamos estudos o que sabíamos era lidar no campo...” (Apêndice 1-9)

Narrativa 10 – Mariana 72 anos

“Menina nunca tive uma vida fácil, os meus pais batiam-me e nos meus irmãos. Casei, pensava que teria uma vida melhor, mas não foi. Tive um único filho, dei-lhe de tudo, fiz o que podia fazer por ele, olha a paga que me deu. Meu marido desde o começo do casamento que era mau, não tinha carinho nem pelo filho...” (Apêndice 1.10).

Tabela 1 - Caracterização das mulheres idosas vítimas de violência doméstica entrevistadas.

Participante	Idade	Escolaridade	Profissão	Nº filhos	Estado civil	Tempo de relacionamento
01	91	Analfabeta	Trabalhadora rural	4	Casada	40 anos
02	69	2ª classe	Empregada limpeza	1	Viúva	50 anos
03	65	4ª classe	Costureira	1	Viúva	40 anos
04	68	Analfabeta	Doméstica	4	Viúva	36 anos
05	70	2ª classe	Trabalhadora rural doméstica	0	Casada	45 anos
06	78	Analfabeta	Agricultora	1	Casada	53anos
07	73	3ª classe	Doméstica	1	Viúva	50 anos
08	67	2ª classe	Trabalhadora rural doméstica	1	Casada	38 anos
09	69	Analfabeta	Trabalhadora rural	3	Casada	50 anos
10	72	Analfabeta	Trabalhadora rural	1	Viúva	56 anos

A pouco escolaridade reflecte-se sobre a profissão destas mulheres, sendo que a maioria foram trabalhadoras rurais, isto é, com dupla função de trabalho do campo e os afazeres domésticos.

Relativamente ao tempo de relacionamento, este situa-se entre os 36 aos 56 anos de relacionamento conjugal. Quanto à duração da vitimação, este concentra entre os 30 e os 50 anos.

Tabela 2 - Agressor e tipos de agressão

Participante	Agressor	Tipo de violência	Medicamento regular	Passagens pela Casa de Abrigo	Situação actual
01	Marido	Psicológica e física	Diazepam Triticum, Sertralina	2 vezes	Ex-Residente
02	Marido, filho	Psicológica e física	Alprazolam, Amisulprida	1 vez	Residente Casa de Abrigo
03	Filho	Psicológica, física e económica	Fluoxetina, Triticum, Diazepam	2 vezes	Residente Casa de Abrigo
04	Marido, filho	Psicológica, física e económica	Seroquel, Sertralina	2 vezes	Ex-residente
05	Marido	Psicológica e física	Paraxitinabluepharma Sedoxil	1 vez	Ex-residente
06	Marido	Psicológica e física	Fluvoxamina Lorazepam Diazepam	1 vez	Ex-residente
07	Marido	Psicológica, física e sexual	Clonazepam Amisulprida	1 vez	Residente Casa de Abrigo
08	Marido	Psicológica, física e económica	Diazepam Triticum	1 vez	Residente Casa de Abrigo
09	Marido	Psicológica e física	Reboxetina Amisulprida	2 vezes	Residente Casa de Abrigo
10	Filho	Psicológica e física	Bluepharma Triticum,	1 vez	Residente Casa de Abrigo

Na família moderna a violência ocupa outro cenário, o da invisibilidade social. A violência como na família tradicional é uma realidade, com o mesmo dilema a prevalência da opressão dos homens sobre as mulheres. As consequências da violência sofrida deixam marcas profundas na mulher e afecta a sua saúde mental, proporcionando o uso diário de medicamentos como: ansiolíticos sedativos que diminuem ou extinguem a ansiedade das pessoas, sem afectar em demasia as funções psíquicas e motoras; ou antidepressivos, substância eficaz na remissão de sintomas característicos da síndrome depressiva ou transtorno depressivo. Todas as mulheres idosas que participaram no estudo, fazem uso diário de pelo menos dois tipos de medicamentos antidepressivos ou ansiolíticos.

Gráfico 4 Agressor

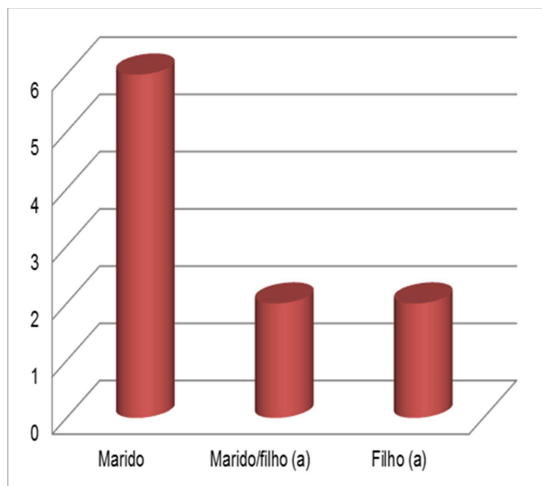
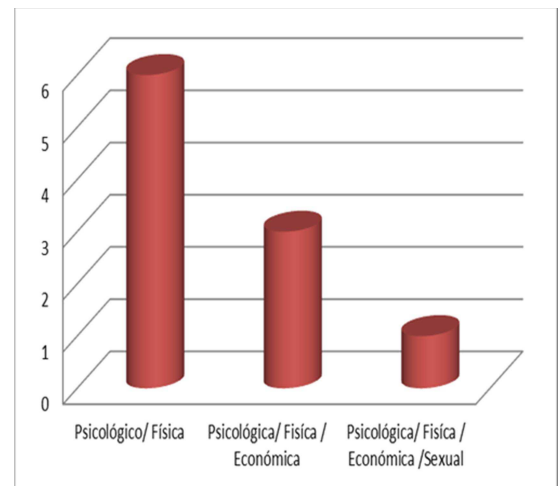


Gráfico 5 Tipo de agressão sofrida



No decorrer das narrativas das Histórias de Vida, as participantes relataram sobre agressor ou agressores, sendo que a maioria teve como agressor o marido ou filho (a) ou mesmo marido e filho (a), o que vem de encontro às ideias de Dias (2010) quando refere que, “Todas estas pessoas estão ligadas por laços de intimidade e de grande proximidade. O agressor e a vítima conhecem-se e mantém, entre si, relações íntimas”, Dias (2010: 56).

No entanto será pertinente diferencia os conceitos sobre violência conjugal e violência domestica. Segundo Gonçalves (2004: 2), as ações agressivas graves infligidas conscientemente por um dos membros do casal ao outro membro, como agressões, físicas, sexual, económica e social intitula-se por violência conjugal. A violência doméstica representa um conjunto de actos violentos ou maus-tratos que ocorrem nas dinâmicas familiares afectando outros membros da família alargada ou restrita, podendo ocorrer no período pré-matrimonial até a fase de separação, (Gonçalves 2004: 2, citado por Marques 2009:35).

A utilização do termo VD demonstra o local onde ocorreram ações violentas, ou seja, segundo Dwyer (1995: 186) “dentro de uma relação marital ou de coabitação íntima, em casa. Termo violência (...) é usado porque não é uma questão de argumentos menores, “disputas”, mas é intencional, hostil, com actos agressivos, físicos ou psicológicos.”, (Dwyer 1995: 186 citado por Marques 2009:35), desta forma, no decorrer da investigação foi utilizado o termo violência em contexto

familiar. O tipo de violência narrada pelas participantes, 100% manifestam violência psicológica e física e em menor número, violência económica e sexual.

Gráfico 7. Passagens pela Casa Abrigo

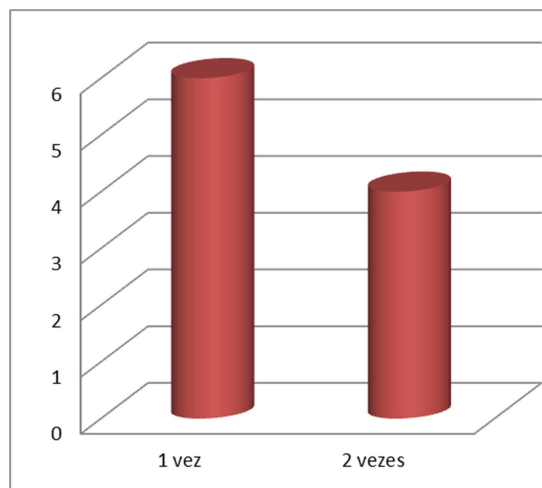
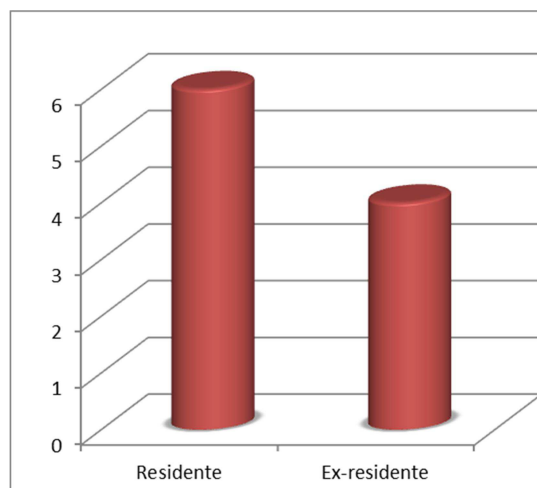


Gráfico 6. Residentes / Ex-residentes



Relativamente à passagem por uma Casa de Abrigo, a maioria vem pela primeira vez num contexto de enorme angustia, “(...) custa muito deixar a nossa casa e vir para uma casa destas, “ (...) sinto falta das minhas coisinhas”, Canária ex-residente Casa de Abrigo. Ir para uma Casa de Abrigo representa cortar laços com amigos e muitos familiares e principalmente com o agressor. Quando se faz este corte pela primeira vez é muito difícil e exige muita força de vontade em querer viver sem violência. Muitas mulheres já passaram por outras Casas de Abrigo, e conhecem o funcionamento destas e muitas vezes voltam a viver com o agressor por questões económicas. A grande parcela destas mulheres depende financeiramente do agressor. Quando deparadas com situações em que a Casa de Abrigo não consegue dar resposta, acabam por voltar para sua residência, e assim, o círculo recomeça com menos tempo entre as fases, e o processo inicia-se novamente com o pedido de ajuda e o retorno à Casa de Abrigo.

A Casa de Abrigo representa a ultima alternativa das mulheres agredidas em situação de carência económica, que é agravada com a saída de casa. Esta situação fica mais complicada quando se trata de mulheres idosas que tem uma rotina de muitos anos, em que a adaptação exige um esforço gigante. Muitas vezes estas mulheres saem de casa apenas com a roupa que têm no corpo. Do total de mulheres que participaram na instigação, seis são residentes na casa de abrigo e

quatro são ex-residente, mas vivem na localidade em residência para idosos ou em casas arrendadas.

As Entrevistas e Histórias de Vida foram analisadas através das sinopses, que “são discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados.”, Guerra (2006:73). Desta forma a investigação procurará salientar os pensamentos e sentimentos transmitidos através da narrativa da história de vida das residentes e ex-residentes da Casa de Abrigo, como também as reflexões dos técnicos, conforme problemáticas abordadas no guião de orientação: percurso de vida; história da relação íntima violenta; consciencialização e denúncia; encaminhamento para casa de abrigo; impactos na sua vida devido à violência familiar e perspectivas futura

Quadro 4. Percurso de vida, (Namoro, casamento)

Temática	Narrativa	Sinopses história de vida
Percurso de vida, (Namoro, casamento)	01	Primeiro casamento: Namorava escondido dos meus pais, casei nova, (...) meu homem era violento. Segundo casamento: eu tinha medo dele (...) à noite acordava aos gritos. Terceiro casamento: meu marido era mau, batia-me quase todos os dias.
	02	Casei com 19 anos, (...) vivíamos bem, minha família gostava muito dele. (...) Começou a dizer que eu era preguiçosa. (...) em casa, na frente de outras pessoas era bom comigo.
	03	No namoro era tudo muito bom (...) casei e tive um casamento feliz.
	04	Primeiro casamento: Engravidei no namoro, era muito nova (...) meus sogros queriam mandar em minha casa. Eu era a empregada deles todos... Segundo casamento: (...) pensava ser um bom homem, fez-me passar as “passas do Algarve, (...) os meus filhos foram-me tirados pela segurança social, foram criados numa Instituição
	05	Namorei e fomos morar juntos por 10 anos, depois casamos (...)o meu marido trabalhava todo o dia, nós víamo-nos só à noite, era tudo muito bom (...) tudo mudou ele tinha muitos ciúmes.
	06	Primeiro casamento: Não namorei, só casei, correu muito mal, (...) Sempre que meu marido chegava bêbado a casa parecia outra pessoa. Segundo casamento: começo parecia estar tudo bem,(..) não demorou muito começou a tratar-me mal...
	07	(...) tínhamos um casamento feliz.
	08	Primeiro casamento: Aos 14 anos tive um relacionamento com um agente da PSP de 34 anos, (...) num momento estava feliz noutro tratava-me abaixo de cão.

		Segundo casamento: (...) gostamos um do outro e fiquei grávida, (...) O grande defeito do meu marido era os ciúmes...
	09	Único namorado (...)foi sempre uma vida com muitas dificuldades, (...) trabalhamos no campo muito tempo, (...) tivemos que mudar para a aldeia, (...)A vida na aldeia foi ainda mais difícil (...)não tínhamos estudos o que sabíamos era lidar no campo, fomos sustentados pelos meus sogros que eram reformados.
	10	Pais: Menina nunca tive uma vida fácil, os meus pais batiam-me e nos meus irmãos. Marido: Casei, pensava que teria uma vida melhor, mas não foi (...) meu marido desde o começo do casamento que era mau, não tinha carinho nem pelo filho. (...) passamos fome, muitas vezes tive que pedir ajuda para comer.

Da análise às narrativas concluímos que dos dez relatos, seis participantes tinham em comum o facto de terem tido um período de namoro. Pelas idades actuais podemos concluir que estas mulheres iniciaram a fase do namoro nas décadas de 50 e 60. Neste período o namoro era considerado uma fase preparatória para o noivado e o casamento, além de ser considerada uma etapa de adaptação do casal. Segundo Borges (s/d) no namoro “as vezes é possível se pensar ou perceber alguma coisa de negativa sobre o outro, e também acontecem situações desagradáveis, discussão, etc., mas quando a paixão é grande se passa por cima desses obstáculos com mais facilidade do que no futuro próximo” Borges (s/d: 02).

Quanto ao casamento, todas referem, de forma muitas vezes semelhantes a incidência de actos violentos no relacionamento:

“(...)Meu homem era muito violento sofri muitos maus tractos, fui espancada e humilhada”,“(...) eu tinha medo dele”“(...) à noite acordava aos gritos”. (...) “meu marido era mau, batia-me quase todos os dias”. “ (...) Começou a dizer que eu era preguiçosa”. “(...)Eu era a empregada deles todos... “(...)não demorou muito começou a tratar-me mal...” “(...) passamos fome, muitas vezes tive que pedir ajuda para comer” “(...) Sempre que meu marido chegava bêbado a casa parecia outra pessoa,” “(...)não tínhamos estudos o que sabíamos era lidar no campo”.

A este propósito Borges (s/d) refere:

“Com relação as tais mudanças, algumas coisas mudam num sentido positivo e outras no negativo, muitas coisas muda no homem e outras coisas na mulher, e

muitas vezes as mesmas coisas mudam nos dois. Isso dificilmente acontece nos primeiros meses, mas sim depois de alguns meses de convivência no casamento, ou até mesmo alguns anos depois”, Borges (s/d: 03).

É notório que a violência está presente no percurso de vida destas mulheres, tendo ou não a fase do namoro. Nas narrativas percebemos que a violência vinha com muitas desculpas muitas vezes justificadas pelas próprias: “fomos sustentados pelos meus sogros que eram reformados. Tudo isso fez com que meu marido ficasse nervoso e guerreava com toda gente”, “Sempre que meu marido chegava bêbado a casa parecia outra pessoa”, Narradora nº 9

Por outro lado a situação financeira muitas vezes foi entendida por estas mulheres como motivo para os maridos serem violentos, o que é confirmado por muitos estudos que mostram essa situação:“. A dependência financeira é uma das principais causas associadas ao aumento de violência no âmbito familiar, ocasionada principalmente em razão de grande parte das mulheres não ter emprego para sustento próprio, tornando-se dessa forma submissas aos homens para manterem os filhos e a si”, (Jong, 2008 citado por Lima e Silva2012:114).

Quadro 5. Histórias da relação íntima violenta

Problemática	Narrativa	Sinopses história de vida
História da relação íntima violenta (episódio de violência em contexto familiar)	01	Primeiro casamento: Meu homem era muito violento sofri muitos maus tractos, fui espancada e humilhada. Segundo casamento: (...) eu tinha medo dele à noite acordava aos gritos. Terceiro casamento: meu marido era mau, batia-me quase todos os dias, por nada, foi assim durante quarenta anos.
	02	Marido “(...) começou a dizer que eu era preguiçosa, não cuidava da casa, (...)era muito agressivo comigo, (...)agora não era só nomes fui espancada muitas vezes”. Filho: “(...) queria sempre dinheiro para o vício, quando eu não lhe dava ele batia-me, passou a vender os móveis de casa e as suas roupas, (...) anda à minha procura e diz que me vai matar”.
	03	Filho: (...) meu filho entregou-se às drogas completamente e passou a agredir-me constantemente.
	04	Primeiro casamento: (...) o meu marido dava-me empurrões, estaladas na cara à frente de toda gente Segundo casamento: (...) chorei muito, ele dava cabo da minha cabeça, (...) O meu marido foi preso por agredir uma mulher que era amante dele Terceiro casamento: fui violentada com socos e pontapés Filho: usava drogas, e era muito agressivo a tentar impedir que ele saísse de casa acabei levando chapadas na cara.

	05	Marido: (...) chamava-me de nomes feios “puta”,parto-te os cornos e jogava- me objectos, (...) fazia xixi na cama, agarrava-me e passava a minha cara no colchão molhado de xixi. Fui espancada muitas vezes por ciúmes do meu marido. (...) aventou um fogareiro em mim, fiquei com o pé negro, (...) engravidei 3 vezes e perdi devido às tarefas.
	06	Primeiro casamento (...) um louco sem tamanho, queria sexo, sexo só pensava nisto (...) como não queria levava, batia-me, chamava-me de “puta”, que eu estava com outro, (...) Fui espancada com um pedaço de pau. Segundo casamento: não demorou muito, começou a tratar-me mal, (...) fui muito infeliz, não tinha direito de sair de casa nem falar com outras pessoas. Todos os dias guerras, palavrões, cada dia pior, (...) quando o vi estava com um pau a dá-me, a tarefa deixou-me em coma, (...) Eu perdi a visão do olho esquerdo, fiquei de cadeira de rodas devido a agressão.
	07	Filha: (...) guerreei com ela, tinha só 14 anos, ficou irritada e deu me uma chapada, (...) a morte do pai passou a agredir-me com pontapés e empurrões, (...)Eu não tinha liberdade na minha própria casa.
	08	Primeiro casamento: (...) num momento estava feliz noutro tratava-me abaixo de cão, (...) abusou da minha mana com 11 anos, (...)fui perseguida, maltratada. Segundo casamento (...) O grande defeito do meu marido era os ciúmes que tinha de mim, (...)não me deixava sair de casa, não podia falar com ninguém. (...)e não tinha como cuidar do filho dele, este foi o motivo para ser espancada pelo meu marido, (...), não podia falar com minha família que vivia no Alentejo, sofri, chorei sozinha, (...)tive o meu braço partido pelo meu marido, (...)No dia 10 de Agosto 2016, fiquei muito maltratada, meu marido espancou-me.
	09	Marido:(...)guerreava com toda gente, (...)chegava em casa bêbado aos berros, agredia os meus filhos e a mim, foram tempos difíceis, (...),fui muito maltratada com nomes feios, empurrões e chapadas, (...)foram anos de tristeza em silêncio, (...)perdi a visão de um olho devido a um soco que meu marido me deu.
	10	Pais (...) batiam-me e nos meus irmãos, Marido (...),Ele destratava-me à frente das pessoas, Filho: meu filho estava desequilibrado, chamava-me nomes, dava-me empurrões e chutes, partia tudo em casa. (...) Ele chegou bêbado e queria dinheiro, eu não tinha ele empurrou-me, cai e cortei a cabeça.

No que se refere à história da relação íntima violenta, são relatos de mulheres que sentiram na pele a dor de serem humilhadas, violentadas e espancadas. Muitas destas mulheres têm um histórico de violência de forma continuada com mais de 40 anos, por vezes com mais de um casamento violento, sendo difícil para estas

mulheres narrarem os episódios de violência a que foram sujeitas, conforme narração das participantes.

“(...)Meu homem era muito violento sofri muitos maus tractos, fui espancada e humilhada”, “(...) era muito agressivo comigo”, “(...)o meu marido dava-me empurrões, estaladas na cara à frente de toda gente”, “(...) chamava-me de nomes feios “puta” ,parto-te os cornos e jogava-me objectos”,(...) fazia xixi na cama, agarrava-me e passava a minha cara no colchão molhado de xixi”,“(...) um louco sem tamanho, queria sexo, sexo só pensava nisto”.

As narrativas mostram-nos as múltiplas formas de agressão, veiculada pela força física, psicológica, emocional e sexual, com objectivo de submeter a companheira a uma situação de humilhação e de dominação.

Para os especialistas, para uma mulher que vive em situação de violência familiar quebrar o círculo de violência, são necessárias em média, mais de sete saídas de casa, ou seja mais de sete episódios graves de violência. Os agressores são manipuladores envolvendo a família e os amigos a seu favor, na tentativa de reconciliação a cada situação de conflito. As vítimas muitas vezes a pensar nos filhos, na crença que estejam a protegê-los, permanecem a viver com o agressor. No entanto, num lar onde existe violência, os filhos são tão vítimas quanto a mãe ou o pai. Muitas mulheres continuam a viver com violência por “ desconhecem as alternativas legais e sociais ao seu dispor para por fim a uma relação conjugal violenta”, (Dias 2010: 127).

Outro factor que contribui para permanência da vítima no ciclo de violência centra-se na dependência financeira desta com o agressor. No entanto, das dez mulheres participantes 4 passaram mais de uma vez por uma Casa de Abrigo e muitas destas mulheres foram vítimas do companheiro e do filho; outras do companheiro e algumas dos filhos. As mulheres idosas que participaram nesta investigação, têm um longo histórico de violência familiar graves, mas as que foram agredidas pelos filhos atenuam ainda mais o grau de gravidade da violência, uma vez que ser agredida pelo companheiro é bastante difícil, quando se trata de um filho (a)agressor parece ser ainda mais violento: “minha filha porquê me fez isso?”, “amo o meu filho acima de tudo”, “dói ver o meu filho nesta situação”. A dor da agressão de um filho (a) é imensurável, uma junção de raiva, fracasso e sentimento de protecção.

Este tipo de maus-tratos permanece silenciado por muitos anos. Muitas vezes quando existe denúncia acaba por ser arquivado por falta de colaboração da vítima, no intuito de proteger a filho (a).

Destas mulheres algumas foram agredidas pelo companheiro e pelo filho(a), este cenário nos permite reflectir sobre o ambiente violento como multiplicador de violência, ou seja o filho que convive com a violência, ver de forma normal acção violenta. “A família é, pois, o espaço natural onde se faz a transmissão de valores éticos, culturais, sociais e cívicos”, (Martins, 2002, Petronilho, 2007, citado por Brito, Nunes e Santos, 2013:03).

A violência atinge todos os membros de uma família e deixa marcas profundas. As físicas podem ser cicatrizadas mas, a violência psicologia permanece para sempre. Segundo Wagner (2005), a violência “passará de geração em geração numa cadeia intergeracional. O padrão intergeracional é definido a partir dos legados, valores, crenças, segredos e mitos que se perpetuam e integram a história da família, (Wagner,2005citado por Brito, Nunes e Santos, 2013:05).

Para autores como Groisman (2000), Guidi (2001) e, Brito, Nunes e Santos, (2013) a transmissão da violência ocorrem de duas formas: transmissão vertical e transmissão horizontal:

-Transmissão vertical: acontece por heterogeneidade social, a violência vivida no seio da família é transportada de pais para filhos.

-Transmissão horizontal: a violência que ocorre na sociedade, da qual a família faz parte afecta directa ou indirectamente a criança, (Groisman 2000, Guidi 2001 e Brito, Nunes e Santos, 2013:05).

Quadro 6. Impactos e sentimentos referentes à violência em contexto familiar

Problemática	Narrativa	Sinopses das História de Vida
Impactos e sentimentos em sua referente a violência em contexto familiar	01	(...) eu tinha muito medo e vergonha, não dizia nada a ninguém, (...) humilhada.
	02	(...), nunca fui capaz de dizer o que acontecia para a minha família, tinha muita vergonha, e podia ficar pior (...), tenho medo.
	03	(...) a minha família não quer saber de mim.
	04	(...) meus pais não me queriam de volta, (...) dependia dele para sustentar, (...) achava vergonhosa eu ter deixado, (...) raiva,
	05	(...), Eu sentia vergonha das pessoas
	06	(...), Sinto uma dor muito grande, (...) sofrimento. (...) fui muito infeliz, (...) dependendo de outras pessoas.
	06	(...), Sinto uma dor muito grande, (...) sofrimento. (...) fui muito infeliz, (...) dependendo de outras pessoas.
	07	“(...) medo”(..) foi o pior sentimento que senti, (...), Eu queria ter morrido, (...) Eu não tinha liberdade, (...) Tive que sair da minha casa
	08	(...) Saí de casa e fui perseguida, (...) não podia falar com ninguém, (...) O sentimento de revolta tomou
	09	(...) tristeza em silêncio, era vergonha
	10	(...) tinha vergonha, as pessoas viam como eu era tratada, (...) Tenho muito medo, as ameaças.

Os sentimentos de uma pessoa que tem os seus direitos básicos violados, e que sentiu no corpo a dor de ser espancada, massacrada e humilhada, pode-se reflectir através destas frases: “(...), Sinto uma dor muito grande”, “(...), sofrimento”, “(...), tristeza em silêncio” “(...), dói, (...) raiva” “(...), sofri, chorei sozinha”. “(...), O sentimento de revolta tomei conta de mim a cada dia”. “ (...) foi o pior sentimento que senti”, “(...), Eu queria ter morrido”.

As mulheres que são vítimas de violência doméstica, têm a vida pautada no medo, na ausência de liberdade. O agressor tem o poder de manipulador e envolver a vítima emocionalmente que nega as agressões e muitas vezes não apresenta queixa-crime, ou quando apresenta queixa, acaba por desistir do processo.

“Num crime tão embrulhado em afectos, as vítimas são muitas vezes ambivalentes e isso pode ser interpretado pelos magistrados como uma atitude de não colaboração” Pereira (2013: 02). ¹⁷

Conforme relatos das narradoras, a maioria destas mulheres viveram com a violência por anos em silêncio por: “ (...) Medo”, “(...) eu tinha muito medo e vergonha, não dizia nada a ninguém”, “(...) nunca fui capaz de dizer o que acontecia para a minha família, tinha muita vergonha, e podia ficar pior” “(...) tinha vergonha, as pessoas viam como eu era tratada”, “(...) Tenho muito medo, as ameaças”, “ (...) tenho medo do que possa acontecer”.

Como antes se refere, quando a violência é perpetrada por um filho ou filha, é mais difícil que esta vítima queira apresentar queixa, e é mais complicado quebrar este laço violento que envolve sentimento maternal. A mistura de sentimentos faz com que as agressões sejam esquecidas, perdoadas e até justificadas: “ o meu filho é um bom moço, bateu-me sem pensar, estava perturbado, “ (...) não quero que o prende”, Narradora 3.

Embora todas as pessoas independentemente do género são sujeitas a sofrerem violência em contexto familiar, os estudos mostram-nos que 85% são mulheres, podendo este tipo de violência ser cometida nos mais diversificados ambientes, ou seja, pode ocorrer “em espaços públicos, no próprio lar, e o agressor costuma ser do sexo masculino e, muitas vezes, é ou foi uma pessoa íntima da vítima”, Lima e Silva (2012:112).

A violência em contexto familiar apresenta-se de diferentes formas, sendo que a mais visível é a física, já que esta é a única que se conseguem provar, enquanto a violência emocional ou psicológica, “ representa um abuso de baixa visibilidade e de difícil diagnóstico, que acarreta maiores dificuldades ao nível da prova”, Paulino e Matias, (2013:100).

¹⁷ <https://www.publico.pt/2016/04/25/sociedade/noticia/suspender-ou-nao-suspender-os-processos-de-violencia-domestica-1730077>

Quadro 7. Consciencialização e denúncia e encaminhamento para casa de abrigo

Problemática	Narrativa	Sinopses história de vida
Consciencialização e denúncia e encaminhamento para casa de abrigo	01	“(…) Tive que chegar os 91 anos para perceber que não era certo o que meu marido fazia comigo”. “(…), Há alguns meses ele espancou-me e meu filho chamou a GNR, fui para uma casa desta que recebem as mulheres maltratadas, fiquei lá duas semanas e voltei para minha casa”. “(…) Desta última vez quase morri, fui para o hospital e as doutoras mandaram-me para esta casa”.
	02	“(…) pedir ajuda a GNR, tive que sair de casa. Hoje vivo aqui nesta casa de abrigo”,
	03	“(…) Uma vizinha pediu ajuda para mim no NAV”.
	04	“(…), tive que saiu de casa e fui para uma casa de abrigo”. “(…) Nesta casa de abrigo já estive a minha filha por violência doméstica”.
	05	“(…), tomei coragem, fui à GNR pedir ajuda”“(…) No dia seguinte fomos à Caritas, fui atendida por uma doutora que me mandou para esta casa de abrigo”.
	06	“(…) A sobrinha do meu marido apresentou queixa a GNR”.
	07	“(…), fui eu a procurar ajuda e apresentar queixa contra a minha filha”.
	08	“(…) fui levada para o centro de saúde e a médica já não me deixou sair, apresentei queixa para poder ficar aqui e ter ajuda”.
	09	“(…), do hospital mandaram-me para cá”.
	10	“(…)Acordei no hospital, não sei como cheguei lá, agora trouxeram-me para cá”.“(…) já não tenho futuro”

Por outro lado assumir que é vítima, que precisa de ajuda, leva bastante tempo em muitos casos. Quando vemos o histórico de violência de uma mulher idosa, isso nos leva a questionar sobre o tempo de vitimação: “ (…) Tive que chegar os 91 anos para perceber que não era certo o que meu marido fazia comigo”. As mulheres idosas viveram, e outras ainda vivem, com o agressor por vergonha.

Durante séculos vivemos numa sociedade patriarcal onde a submissão da mulher diante do homem fez parte da história em que a mulher obediente era bem vista na sociedade. As tradições culturais e religiosas permitem que muitas mulheres com mais de 65 anos, que viveram num ambiente machista, acreditam que a obediência ao marido e a agressão é um acontecimento natural do dia-a-dia, o que dificulta a consciencialização das agressões como um crime. Os números actuais não demonstram toda a realidade sobre a violência doméstica em mulheres idosas, o

medo, vergonha e o estigma de fracasso, ainda são os maiores inibidores de denúncia por parte destas mulheres.

As mulheres idosas agredidas dificilmente apresentam queixa/denúncia: “(...) Uma vizinha pediu ajuda para mim no NAV”; “(...) A sobrinha do meu marido apresentou queixa a GNR”; “(...) do hospital mandaram-me para cá”; “(...) Acordei no hospital, não sei como cheguei lá, agora trouxeram-me para cá”.

Das 10 mulheres que participaram na investigação, 3 pediram ajuda pessoalmente, 4 a denúncia partiu de sobrinhos, vizinhos ou filho; 3 destas mulheres nem sabem onde foi feita a denúncia, tendo sido hospitalizadas por agressão e encaminhada para Casa de Abrigo.

Um dos mecanismos do agressor é isolar a vítima para aumentar o seu poder de controlo sobre esta, impossibilitando-a de verbalizar os maus tratos sentidos. O companheiro pode exercer um grande controlo sobre a companheira, mas quando se trata de filho ou filha, este aspecto é bem mais intenso, já que o filho(a), tem um grande poder de manipulação sobre a mãe, e esta manipulação dá-se através de sentimento materno, e quando questionada a vítima nega veementemente.. As Casas de Abrigo existem para ajudar mulheres agredidas e seus filhos que não dispõem de apoio familiar ou financeiro para sair da violência, mas a vítima precisa querer sair e começar uma vida num outro lugar.

No caso das mulheres idosas estas não vêem futuro num outro lugar que não seja a sua casa. Assim, muitas continuam nas suas casas com o companheiro de 50 anos de casamento, à espera de que um dia ele melhore, mesmo que todos os dias seja humilhada e agredida, o que para ela são apenas mais uns dias. As mães com filhos agressores ficam na esperança que o filho (a), um dia melhore e seja o menino(a) que foi um dia.

Quadro 8. Perspectivas futuras

Problemática	Narrativa	Sinopses história de vida
Perspectivas futuras	01	"(...)Ir para um Lar"
	02	"(...)Voltar para casa"
	03	"(...)Voltar para casa"
	04	"(...)Ter nova casa"
	05	"(...)Arranjar um lugar para viver"
	06	"(...)Quero uma casa"
	07	"(...)Morar sozinha"
	08	"(...)Trabalhar"
	09	"(...)Ir para um lar"
	10	"(...)Ir para um Lar"

Quando a agressão acontece o maior impacto sem dúvidas é o sentimental, um laço afectivo que se partiu, uma família que foi destruída. Depois da violência fica a decepção e o medo de seguir: "(...)Voltar para casa". Muitas mulheres idosas não conseguem ver o futuro longe de casa, mas outras já pensam num futuro sem violência: "(...)Arranjar um lugar para viver"; "(...)Ter nova casa"; "(...)Trabalhar". Mas entre as mulheres que participaram da investigação, 3 não acreditam numa vida melhor, vendo como solução para os seus problemas, "(...)Ir para um Lar".

6. Apresentação e análise de conteúdo das entrevistas com Técnicos

Foram realizadas entrevistas com representantes de entidades afectas à protecção de mulheres vítimas de VD, tendo como propósito compreender este fenómeno assim como, o processo de institucionalização e de autonomização destas vítimas. O quadro abaixo dá-nos a conhecer os dados que caracterizam estes técnicos.

Quadro 9. Caracterização dos técnicos entrevistados

	Técnico 1	Técnico 2	Técnico 3	Técnico 4	Técnico 5	Técnico 6
Idade	48 Anos	34 Anos	35 Anos	49 Anos	35 Anos	38 Anos
Estado Civil	Casada	Casada	Casada	Casado	Casada	Solteira
Área do conhecimento	Serviço Social	Psicóloga (TAV)	Serviço Social (TAV)	Psicólogo	Psicóloga	Psicóloga
Tempo de exercício da função	17 Anos	10 Anos	10 Anos	14 Anos	8 Anos	11 Anos
Filhos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Para ir de encontro com o propósito desta investigação foram definidas algumas questões que se consideram fundamentais para ser retratadas e seguidamente organizada em tabela conforme narrativa dos entrevistados.

Quadro 10. Questão -1)

Como considera que está Portugal em termos legislativos no que refere à resposta ao problema de violência doméstica?

Técnico 1	“(…) A maior sensibilização face a esta problemática levou a que se evolui-se em termos legislativos apesar da mulher continuar a ser mais penalizada face ao agressor”.
Técnico 2	“ Registou-se uma evolução significativa em termos legislativos, principalmente no ano 2000, em que o crime de maus tractos passou a ter uma natureza pública. Qualquer cidadão pode reportar uma situação de violência doméstica.
Técnico 3	“ Será necessário mais empenho, leis que funcionem de facto e programa eficaz que contemple as mulheres idosas que são vítimas de violência em contexto familiar”.
Técnico 4	“ empenhado em dar resposta ao fenómeno da violência que assola grande parcela da sociedade portuguesa, mais ainda em fase embrionária, a mulher ainda continua a ser vista como culpada pela situação de violência sofrida. As leis precisam ser de facto eficaz, as vítimas precisam ter mais confiança no sistema judicial”.
Técnico 5	“ ...existem grande esforço para combater está maléfica, mas ainda não é o suficiente, muitas mulheres agredidas continuam em casa a conviver diariamente com seu carrasco por medo, vergonha e a dependência são os principais motivos”.
Técnico 6	“Mal. Porque protegemos as vítimas tiramo-las do seu ambiente. Quando deveriam ser os agressores”.

Quadro 11. (Questão-2)

Como podemos compreender o número crescente em Portugal de mulheres idosas vítimas de violência doméstica em contexto familiar?

Técnico 1	"(...)Existe uma maior consciencialização, denúncia de maus tractos e respostas face a esta realidade".
Técnico 2	" As pessoas idosas são frágeis e sem defesa, permanecem em silêncio uma vez que tem medo de quebrar o único laço afectivo que lhes resta. O envelhecimento nas sociedades ocidentais tem uma representação negativa, doença, incapacidade".
Técnico 3	"Sempre existiu os números actuais estão ainda, muito distante da realidade".
Técnico 4	"A violência em mulheres idosas é bastante antigo e vivenciado no interior das famílias, actualmente está a ser noticiado com mais frequência este tipo de abuso".
Técnico 5	"Uma verdadeira aberração, deparamos todos os dias com notícias de mulheres idosas a serem mau tratado e muitas das vezes mortas por pessoas da família".
Técnico 6	"Pela situação socioeconómico que o país tem atravessado nos últimos anos, com o empobrecimento das famílias, os filhos tiveram que regressarem acasa dos pais já idosos, o que socialmente é sentido como um retrocesso"

Quadro 12. (Questão-3)

Quais pensa serem as maiores dificuldades e as maiores necessidades das vítimas de violência doméstica principalmente mulheres idosas?

Técnico 1	"(...)São mulheres que pela idade apresentam-se mais fragilizadas em termos de saúde/ autonomia como tal necessitam de uma resposta específica/ adequada".
Técnico 2	" Os idosos têm medo do isolamento, e por um conjunto de transformações que passam a nível social, psicológico e físico. Acresce ainda o facto das famílias se encontrarem em profunda mudança cada vez mais individualizadas. Estas vítimas necessitam de amparo, compreensão de.....relações de confiança e protecção. Laços afectivos emocionais, minimizar o trauma".
Técnico 3	" aceitar as agressões como crime, elas necessitam de atenção, compreensão e apoio psicológico e social.
Técnico 4	"Os idosos são pessoas frágeis que necessitam de apoio, psicológico, social e muitas vezes económicos entre outros. A maior dificuldade para estas mulheres é aceitar que está a ser vítima de maus tractos".
Técnico 5	" A família é muito importante para a pessoa idosa, quando é mau tratado por uma pessoa familiar é um desgosto muito grande com consequências graves para saúde física e mental da mulher idosa. Estas mulheres necessitam de apoio em todos os níveis.
Técnico 6	" As maiores dificuldades são, sem dúvidas, denunciar, ultrapassar a vergonha e o medo, a maior necessidade é o apoio e suporte familiar apos a denuncia, e sentir que estão protegidas bem como o seu património.

Quadro 13. (Questão-4)

O que considera serem as expectativas das vítimas de violência doméstica quanto ao sistema de justiça criminal?

Técnico 1	“(…)Penalização do agressor e medidas de apoio face as necessidades saúde /família/comunidade”.
Técnico 2	“ As vítimas têm como objectivo cessar com todos os comportamentos/ atitudes que colocou em risco a sua saúde física e psicológica...”
Técnico 3	“Resolver a situação da violência “
Técnico 4	“ Sair da violência, e que a justiça funcione plenamente”
Técnico 5	“ Quando o agressor é o filho ou filha a expectativa da agredida é que o agressor receba tratamento, a justiça muitas vezes não faz o que é devido por falta de informação da própria vítima.
Técnico 6	“ Que o sistema de justiça as proteja. Pelo menos assim deve ser. E que, apesar do estatuto de vítima, não percam os seus direitos e aquilo que conquistaram na sua vida.

Quadro 14. (Questão-5)

Quais os factores que são tidos em consideração quanto ao processo de autonomização/ inclusão das mulheres idosas vítimas de violência?

Técnico 1	“a segurança e protecção e fazer cumprir os direitos dos idosos.”
Técnico 2	“Prestação de cuidados, Apoio financeiro, Isolamento social, O estado de saúde físico e mental, conhecer os direitos dos idosos, Apoio psicológico e apoio social”.
Técnico 3	“Ainda não temos concretamente nenhum instrumento que auxilie na autonomização/inclusão de mulheres idosas que são vítimas de violência doméstica, autonomização desta dá-se através da reforma quando existe, e que seja razoável para pagar uma renda de casa ou para pagar uma unidade residencial para idosos”.
Técnico 4	“ O processo é construído junto com a mulher idosa, a vítima e que vai dizer o que considera importante para sua autonomização/inclusão”.
Técnico 5	“ Cuidados psicológicos e de saúde mental devem estar na base de um processo de autonomização/inclusão de mulheres vítimas de violência domestica.”
Técnico 6	A motivação dos agressores. Na maioria são pessoas que viram a sua situação socioeconómico ficar diminuída, isso aliado a alguma patologia psicológica trouxe situação limite que desencadearam a violência.

No que refere a questão nº 1-Como considera que está Portugal em termos legislativos no que refere à resposta ao problema de violência em contexto familiar?

Para os técnicos houve mudanças significativas neste sentido “maior sensibilização”, “evolução significativa”, “mais empenho” e “grande esforço”. A partir de 2000 quando

o crime de violência doméstica deixou de ser problema familiar e passou a ser problema de todos onde, “Qualquer cidadão pode reportar uma situação de violência doméstica”, a notoriedade deste fenómeno proporcionou reflexões sobre a segurança da mulher e dos filhos vítimas de violência em contexto familiar. Contudo, a evolução em termos legislativos ainda não é suficiente para dar as respostas necessárias por tratarem de leis e programas com resposta generalizada, mesmo em situações onde exigem intervenção específica como é o caso das mulheres idosas, e com restrições físicas. “Será necessário mais empenho, leis que funcionem de facto e programa eficaz que contemple as mulheres idosas que são vítimas de violência em contexto familiar”. Em termos legislativos existe a necessidade de alteração da lei de protecção à vítima de violência em contexto familiar, a agredida tem que sair de sua casa com os filhos, muda as suas rotinas vai viver em, outro ambiente sem contacto com a família ou amigos, enquanto o agressor continua com sua vida. Assim, Portugal em termos legislativos está “Mal. Porque protegemos as vítimas tiramo-las do seu ambiente. Quando deveriam ser os agressores”.

Quanto a questão nº 2- Como podemos compreender o número crescente em Portugal de mulheres idosas vítimas de violência domestica em contexto familiar?

Na história da humanidade, as conquistas foram marcadas por acções violentas, assim, podemos concluir que o homem é um ser violento, o que é evidenciado nas relações entre pares e também conjugais. Muitos são as motivações da violência doméstica, mas a pobreza contribui muito para actos violentos. “Pela situação socioeconómico que o país tem atravessado nos últimos anos, com o empobrecimento das famílias”. Técnico nº 6

“A violência em mulheres idosas é bastante antigo e vivenciado no interior das famílias, actualmente está a ser noticiado com mais frequência este tipo de abuso”. É de salientar que o número de queixa apresentado nas forças policiais não revela a realidade, “...os números actuais estão ainda, muito distante da realidade”, ou seja, “As pessoas idosas são frágeis e sem defesa, permanecem em silêncio uma vez que tem medo de quebrar o único laço afectivo que lhes resta”. Técnico nº 3. Assim, devido ao medo e a vergonha muitas mulheres permanecem a viver com o agressor.

Na questão nº 3- Quais pensa serem as maiores dificuldades e as maiores necessidades das vítimas de violência em contexto familiar, principalmente mulheres idosas?

São muitas as dificuldades das mulheres idosas agredidas, mas, a principal é ela se aceitar como vítima de maus tractos e contribuir no processo criminal contra o agressor, esta vitima procura sempre desculpar o agressor e não “ (...) aceitar as agressões como crime...”.

Todas as mulheres que são agredidas necessitam de protecção e segurança, quando se trata de mulheres idosas, além da protecção e segurança carecem de cuidados específicos tanto na saúde mental como também social, “...Estas vítimas necessitam de amparo, compreensão de.....relações de confiança e protecção. Laços afectivos emocionais, minimizar o trauma”. E principalmente de intervenção célere para resolução do seu problema, pois “(...) São mulheres que pela idade apresentam-se mais fragilizadas em termos de saúde/ autonomia como tal necessitam de uma resposta específica/ adequada”.

Questão nº4- O que considera serem as expectativas das vítimas de violência em contexto familiar quanto ao sistema de justiça criminal?

Todas as vítimas desejam que os episódios de violência sejam ultrapassados, como tal, “ As vítimas têm como objectivo cessar com todos os comportamentos/ atitudes que colocou em risco a sua saúde física e psicológica...”. No entanto os estudos revelam que as marcas da violência psicológica permanecem e as físicas deixam marcas profundas. No que refere à justiça criminal “(...)Penalização do agressor e medidas de apoio face”, “Resolver a situação da violência “e que a justiça funcione plenamente”. O desejo dos técnicos é que a justiça seja eficaz e lépida na problemática da violência doméstica.

Questão nº5 - Quais os factores que são tidos em consideração quanto ao processo de autonomização/inclusão das mulheres idosas vítimas de violência?

O processo de autonomização/inclusão das mulheres idosas que são vítimas de violência doméstica é bastante diferente de outras vítimas com outras faixas etárias, uma vez que, a autonomização das mulheres vítimas de violência doméstica passa pela formação e pelo mercado de trabalho, o trabalho é considerado um instrumento de inclusão social, o que não representa a realidade das mulheres idosas, assim o processo baseia-se em “ Cuidados psicológicos e de saúde mental...”. Apesar de ser uma problemática que preocupa a sociedade, muitas casas de abrigo ainda não têm definida uma estratégia de autonomização/inclusão para esta faixa etária “Ainda não temos concretamente nenhum instrumento que auxilie na autonomização/inclusão de mulheres idosas que são vítimas de violência doméstica... (...) autonomização desta dá-se através da reforma quando existe, e que seja razoável para pagar uma renda de casa ou para pagar uma unidade residencial para idosos”

7. Analise das histórias de vida por parte de psicólogos externos à investigação

Narrativa-nº 1 Ana, 91 anos	Psicólogo- 1	“(…) Trata –se de uma mulher com bastante idade e que já passou por varias relações violentas, e carrega o peso da tradição cultural de uma época em que a mulher devia servir o marido e cuidar do bem estar de toda família. (...) esta mulher quebrou muitos círculos da violência, mas, não conseguiu no decorrer da sua vida viver sem a violência. (...) este é um dos casos que nos mostra que ainda há muito por fazer sobre a violência em contexto familiar”.
Narrativa 02- Maria, 69 anos	Psicólogo -2	“(…) como na maioria das relações, “era tudo bom no começo, com o tempo ficou ruim” o agressor conquista a confiança da sua vitima para dominar e impor o seu poder.(…) Neste primeiro momento, esta senhora teve oportunidade de sair da violência, mas, não saiu e ainda foi viver noutro país com o agressor. (...) O segundo momento é ainda mais grave por se tratar de um filho, é uma relação que envolve outro tipo de sentimento, que é bem mais difícil aceitar que é vitima e que o agressor é o filho”
Narrativa 03- Lúcia, 65 anos	Psicólogo-3	“(…) aqui temos um relato de um casal feliz, que tem como situação problema o filho que é viciado em estupefaciente, como no outro relato trata-se de um caso que poderá ou não ser solucionado, a relação sanguínea e o afecto da mãe dificultam qualquer tipo de intervenção técnica”.
Narrativa 04- Silvina, 68 anos	Psicólogo -4	“(…) Esta senhora conheceu três relações violentas, na primeira era agredida verbal e fisicamente, e teve que

		conviver na mesma casa estando separada por 15 anos, por dependência económica. Na segunda relação teve 3 filhos, morava isolados, o marido não a respeitava, passou fome com os filhos. O companheiro foi preso e foram-lhe retirados os filhos. Na terceira relação foi violentada com socos e pontapés. (...) os filhos que era muito revoltado e usava drogas agredia a mãe, e uma filha que também era agredida pelo companheiro. Este é um histórico de violência familiar intensiva que passa de pai para filho, (...) a violência actual é do filho para a mãe, são laços fortes que dificilmente são rompidos, a mãe procura sempre proteger os filhos e acabam por não colaborar com a justiça”.
Narrativa 05- Antónia, 70 anos	Psicólogo- 1	“(...) o grande problema desta relação, está na convivência do dia-a-dia, se se continuassem a ver só à noite estava tudo bem, o consumo do álcool e os ciúmes marcaram este relacionamento. A esperança da mulher que o companheiro mudasse de atitudes, mesmo com o seu sonho de ser mãe roubado pela violência do companheiro, (...), aqui está presente o descaso por parte das forças de segurança. (...) a esperança, o descaso foram factores que contribuíram para que esta mulher permanecesse a ser agredida por 45 anos”.
Narrativa-06- Bernarda, 73 anos	Psicólogo -2	“(...) a violência vivenciada por esta mulher de tal brutalidade que a fez fugir e deixar um filho bebé. (...) o consumo de álcool está presente nesta relação e o abuso sexual “queria sexo, sexo só pensava nisto”.(...) o sexo é a construção do vínculo amorosa entre duas pessoas que se querem bem, (...) o ato sexual deve ser consensual. Todas as agressões são graves, mas, a ainda mais grave, é a sexual. (...) Na segunda relação foi sujeita a violência, além da violência psicológica a violência física a deixou sem visão do olho esquerdo, e de cadeira de rodas. E a justiça devido a idade do agressor fica tudo como está”
Narrativa 07 – Canária, 78 anos	Psicólogo -3	“(...) uma mulher feliz, que teve um casamento feliz (...) mas, que teve uma filha na adolescência rebelde em adulta agressora dos pais, com a morte do pai ganhou mais poder sobre a mãe. (...) uma mistura de álcool e charros, desinibia o sentimento interno de fazer mal a mãe, humilhando-a e dando-lhe chapas. (...) quem teve que sair de casa foi a mãe, a filha continuou levando a vida de antes. Sentimento bípede de uma mãe quando está em causa a filha e por sinal a única, (...) o que podem fazer os técnicos além de apresentar queixa e proteger a agredida?”
Narrativa 08 – Bela, 67 anos	Psicólogo - 4	“(...) uma gaiata com 14 anos e um homem de 34 anos, com temperamento inconstante é difícil imaginar o que ocorreu nestes 20 anos, (...) um individuo que abusa da cunhada com 11anos, um pedófilo que deveria ter sido preso. (...) Num segundo relacionamento onde teve um

		<p>filho e conheceu mais violência, tendo como desculpa o ciúme “eu era uma mulher bonita.” (...) esta mulher narra que se habituou com a vida que tinha, até envelhecer, deixou para trás o sonho de ser cozinheira, “(...) no último episódio teve o braço partido “e fui ao hospital e menti disse que tinha caído””. (...) Ficamos a pensar, o porquê ela fica a viver e muitas vezes protege o agressor, são muitos os motivos, sentimental, económico, medo, vergonha ou pelos filhos...etc. (...) o que não nos dá o direito de julgá-las”.</p>
Narrativa 09 – Carlota, 66 anos	Psicólogo - 5	<p>“(...) uma mulher que sempre viveu no campo, tem as tradições familiar muito acirradas, a crença familiar de que o casamento é para sempre. (...) a mudança para a aldeia transformou a vida da família, a companhia desculpa as agressões do marido, por ele está sem trabalho e a vergonha de serem sustentados pelos meus pais. (...) o pai do agressor também era agressor, o ato de ser violento passou de pai para filho. Existem autores que defendem a hereditariedade dos actos violentos, outros autores não concordam. O certo é que, em muitos casos, filhos que viveram em ambiente violento se tornaram agressores. (...) ainda existem muitas mulheres idosas que são agredidas e continuam a viver com os agressores, neste caso o pedido de ajuda teve que esperar mais de 50 anos, depois de um soco que lhe custou um olho, ao acordar do coma foi enviada para uma casa de abrigo...(...) se o soco não a tivesse levado ao coma, esta mulher continuava a viver com o agressor”.</p>
Narrativa 10– Mariana 72 anos	Psicólogo - 5	<p>“(...) esta senhora casou na tentativa de se livrar da violência dos pais, foi agredida pelo companheiro desde o início do casamento (...) o filho portava-se mal na escola, foi para guerra, e voltou agressivo, a questão financeira era motivo para agredir a mãe constantemente. (...) o pedido de ajuda da mãe para o filho não deu resultado, (...) actualmente vive numa casa de abrigo com medo do filho e sem nenhuma esperança futura. Este tipo de situação é frequente em centenas de residência em Portugal, onde tudo acontece entre quatro paredes, as famílias mais fragilizadas economicamente estão mais vulneráveis à violência. O desemprego que leva à dependência dos filhos aos pais, que por vez, tem pensão pequena e não consegue dar respostas as exigências dos filhos, este pode ser considerado um motivo para agredir os pais”.</p>

8. A representação social da violência doméstica e das Casas de Abrigo a partir da comunidade local

Através de uma comunidade podemos perceber para além das aparências, a realidade vivida pelas pessoas que formam esta comunidade. Assim compreende-se, a cultura, as atitudes, as reacções tomadas diante de certos temas ou questões. Torna-se por isso fundamental explorar o conceito de comunidade, partindo da visão de alguns autores, como se pode ler de seguida.

Ora, Dias (1961:39) define comunidade como grupo integrado de pessoas. Isto é.

“(...) grupo local integrado por pessoas que compartilham um território bem definido, as quais estão ligadas por laços de intimidade e convívio pessoal e participam de uma herança cultural comum”, (Marrucho, 1998:23 citando Dias 1961: 39)

Já para, Frochtengarten, (2005), comunidade pode definir-se tendo em conta alguma complexidade a diversos níveis. Segundo nos diz:

As comunidades são complexas que integram as relações entre tempo, espaço e moradores, (Maciel e Costa, 2009: 07 citando Frochtengarten, 2005: 6).

O conceito de comunidade possibilita-nos explorar o desenvolvimento de comunidade através das políticas públicas estabelecidas e os benefícios que estas políticas trazem para comunidade.

Em pleno século XXI, muitas comunidades ainda assumem a violência doméstica com naturalidade, pensam que são questões que devem ser resolvidas no seio da família e que outras pessoas não devem tomar partido. Para melhor compreender esta realidade, recolhemos na comunidade local, através de conversas informais pensamentos acerca do tema, sendo que para salvaguarda de identidade, os nomes dos participantes são fictícios, segundo Maria (75 anos de idade): “já vi muitas raparigas levarem chapadas, deve ter feito coisas que desagradou a ele, coisas de marido e mulher, eles se entendem (...) muitas delas da minha idade levam dos maridos que são umas “bestas””

Historicamente a posição do homem e da mulher, sempre foi apresentada com hierarquia, como se ao homem fosse conferido algum poder sobre a mulher, onde cabia ao homem possuir e controlar a mulher. A cultura de superioridade dos

homens sobre as mulheres, passada de geração a geração, faz com que a mulher se torne submissa e aceite e desculpe a violência com naturalidade.

A partir de outro testemunho, a narradora relatada “ a minha sogra fazia com que meu marido me batesse, dizia coisas a ele, e ele acreditava ficava chateado e descontava em mim (...) agora ele já tem 78 anos, mas às vezes quando se chateia empurra-me e se fico à frente levo (...) coitado ele não está bem, inerva-se” Marta 76 anos, ex-funcionária da Casa de Abrigo.

Apesar da consciência da situação de violência doméstica de que foi alvo, a narradora desculpa o agressor, defendendo-o dos actos de agressão.

No passado, homens e mulheres não escolhiam seus parceiros, cabendo ao chefe da família arranjar o casamento conforme as vantagens e valor do dote, e o casamento como transacção comercial beneficiava a família. Assim o casamento “tinha um decisivo papel na fundação de relações de aliança, era através dele que se materializavam e reforçavam as associações e compromissos entre famílias Mattoso, (2013:127). Como se percebe com o testemunho de Rosa (94 anos de idade): “ Quando tinha 9 anos, uma vizinha casou e os meus pais deixaram eu ir morar na vila com eles, (servi-los).Ele não queria ter casado com ela, foi um casamento acordados pelos pais, ele gostava de outra rapariga, chegava sempre muito tarde em casa, eu e minha patroa só jantávamos quando ele chegava, muito tarde da noite, eles guerreavam muito, ele a batia muitas vezes a senhora tinha que ir para o hospital, ela ficava muito aborrecida e descontava em mim, uma vez mordeu a minha orelha que me causou uma grande infecção e perda parcial de audição”.

Quer por questões culturais, quer religiosas, a mulher tinha como obrigação servir o marido, proporcionar prazer, mesmo que não partilhasse desse desejo. Ou seja, “ A sexualidade deveria, para a mulher, estar circunscrita ao casamento e constituía mais um dever, associado, sobretudo, à reprodução” (Dias 2010:34). Esta crença permanece latente no pensamento de muitas mulheres idosas, tal como se pode ver pelo relato que se segue:

“...o meu marido gosta muito de ver as mulheres com poucas roupas (...) ver na televisão aquele casais a fazerem aquelas coisa, (tenho vergonha de dizer, mas a

menina sabe o que é), depois quer fazer o mesmo comigo, eu não quero, ele fica zangado comigo e bate-me, agora que está velho ficou pior, menina já somos avós, não vou fazer estas coisas”, Paula 71 anos

No ano de 2000 foi inaugurada no Sul de Portugal uma determinada Casa de Abrigo, o que ocasionou uma grande revolta na comunidade local. O fato de receber mulheres vítimas de violência doméstica não agradava os residentes. No dia da inauguração a população fez uma manifestação demonstrando o seu desagrado. Actualmente é notória que a Casa de Abrigo é conhecida por muitas pessoas locais como casa de de baixa reputação, como a seguir se evidencia.

Para Francisca (77 anos) “(...) esta casa é a maior vergonha aqui da vila, nunca si viu antes”. Segundo Mariana (72 anos) “ estas mulheres vêm sei lá de onde, (...) levaram poucas”. Já Margarida (86 anos), diz: “Aquelas lá, não prestam, comem e bebem sem fazer nenhum (...) e uma pessoa tem que penar para sustentar esta gente”. Outra mulher, opina: “Maltratadas? Mal chegam arranjam logo homens” Ana, 68 anos. Segundo Isabel (82 anos): “Elas têm de tudo o que querem, o governo dá-lhes dinheiro, não saem do café (...) no meu tempo mulher ficava em casa a cuidar dos filhos e dos afazeres, agora é tudo violência doméstica”.

Sabida a opinião das mulheres, quisemos também saber o que pensam os homens residentes na referida localidade sobre a Casa de Abrigo: Bonito (75 anos), afirma: “Fui contra a abertura desta casa, juntamos ao presidente da câmara na altura e fizemos uma manifestação, ganhamos as mesmas, isso é uma vergonha”.

A opinião de Mouchinho (89 anos): “ o que sei que sei é que os homens solteiros não ficam sozinhos”, enquanto que Pedro (73 anos) pensa que “alguém tem que cuidar destas desgraças”. Por último, Parreira (68 anos) termina dizendo “agora tudo é violência doméstica (...) ela mete cornos num gajo”

O facto de haver uma estigmatização destas mulheres junto da sociedade faz com que estas não sejam “bem vistas”. Segundo as técnicas, entrevistadas, a comunidade no geral considera que estas mulheres não querem trabalhar e que não contribuem para a sociedade. A pouca aceitação da comunidade local para com estas mulheres dificulta a inclusão social, dado que estas são muitas das vezes rotuladas por esta comunidade.

9. Síntese dos dados recolhidos

A investigação permitiu recolher narrativas de história de vida temática com 10 mulheres idosas vítimas de violência doméstica, sendo 6 residentes e 4 ex-residentes numa Casa de Abrigo. Estas mulheres narraram na primeira pessoa a sua vida com muita riqueza de detalhes, o que permitiu compreender o sentimento demonstrado no decorrer dos seus relatos, sofridos, magoados, revoltados, mas, ao mesmo tempo, revelam mulheres guerreiras que conviveram durante anos com episódios de violência extremo e hoje representam um exemplo de coragem para outras mulheres que por medo, vergonha ou dependência económica continuam a ser agredidas pelos maridos, companheiros ou filhos/as.

As entrevistas com 6 técnicos que prestam apoio social e psicológico a estas mulheres veio complementar o entendimento sobre esta temática, conhecendo a VD na perspectiva dos técnicos e que foi fundamental para esta investigação. Foi valioso conhecer por meio de diálogo informal a representação social da comunidade local acerca da Casa de Abrigo e das residentes. Todas as narrativas foram transcritas na íntegra pela investigadora, e as entrevistas com os técnicos foi escrita pelos próprios conforme guião de perguntas.

9.1. Principais problemas diagnosticados e proposta de intervenção

Na intervenção social, um diagnóstico social é um procedimento que visa recolher, tratar, analisar e dar a conhecer informação pertinente de forma a possibilitar a caracterização o mais rigorosamente possível, permitindo que se tracem objectivos e metas a alcançar em função da informação recolhida

“O termo diagnóstico provém do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *dia*, “através” e *gnosis*, “conhecimento”, “apto para conhecer”. Trata-se, pois, de um “conhecer através”, de um “conhecer por meio de” (Ander-Egg, M.J.Idáñez, 2007:10). O diagnóstico social constitui uma fase importante e indispensável do processo de intervenção. É a fase em que se procura conhecer e compreender os problemas e necessidades com vista à acção, consiste em “*conhecer para actuar*”.

Quando falamos de diagnóstico, podemos dizer que corresponde à análise da realidade social, num determinado contexto espacial e temporal. O estudo do diagnóstico associa-se à ideia de intervir, é a fase de obtenção de conhecimento sobre a realidade na qual pretendemos realizar essa intervenção.

O diagnóstico, pode portanto, ser definido “como o aprofundamento das dinâmicas de mudança, potencialidades e obstáculos de uma determinada situação, sendo um processo permanente e sempre participado, pelo que está sempre inacabado. No entanto, vai tendo intensidades diferentes sendo inevitavelmente mais aprofundado –e mais extenso – na fase inicial de lançamento de um projecto e de definição do seu desenho para um horizonte determinado”(Santos 2012: 06 citando, MTS/SEEF, 1999: 6.2-6-3).

De acordo com os autores citados, um diagnóstico está bem elaborado quando “informa sobre os problemas; identifica recursos e meios de acção; determina prioridades de intervenção; estabelece estratégias de acção e apresenta os factores que podem aumentar a eficácia da intervenção”, (Ander-Egg&Idañez, 2007:16).

Ou seja, o diagnóstico constitui-se como o levantamento do que existe, por oposição ao que deveria existir. Efectuar um diagnóstico dá-nos uma maior garantia de eficácia na programação e execução de actividades. Sendo que:

“As principais características do diagnóstico repousam no seu carácter sistémico, interpretativo e prospectivo”, (Guerra, 2010: 139). Entende-se, por isso que, “um bom diagnóstico é garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projecto de intervenção” (...) diagnóstico“ é um instrumento de interacção e comunicação entre actores face à compreensão da realidade e à identificação de necessidades”, (Idem: 139).

Neste sentido, a realização desta investigação permitiu uma interacção com a instituição e com as residentes e ex residentes em causa, o que possibilitou aprofundar as realidades e identificar algumas necessidades/problemas e o seu impacto no funcionamento da instituição. Muitas foram as necessidades/problemas diagnosticados, sendo que a problemática considerada mais aguda centra-se na questão da integração social na comunidade local como também na ocupação do tempo livre das mulheres idosas.

A intervenção proposta no presente Trabalho de Projecto destina-se assim a um grupo de 10 mulheres idosas vítimas de violência doméstica em contexto familiar residente e ex-residente numa Casa de Abrigo situada no Sul de Portugal.

Através dos gráficos e quadros anteriormente apresentados podemos ver que este grupo de mulheres apresenta um baixo nível de escolaridade, sem formação

profissional, sendo aposentadas ou pensionista. Podemos também verificar que na sua maioria são casadas ou vivem em união de facto.

Outro dos fatos a constatar, é que todos os agressores eram seus companheiros, maridos ou filhos, ou seja, a vítima mantinha uma relação de proximidade com estes.

Após a realização de toda avaliação diagnóstica relativa ao grupo de mulheres participantes, podemos constatar alguns dos problemas centrais que proporcionou o desenho do Projecto de Intervenção. Estes problemas passam essencialmente por um deficit **de inclusão social**, dado que estas mulheres são muitas das vezes rotuladas pela comunidade onde estão inseridas.

Trata-se de um meio relativamente pequeno e rural com expressões culturais muito acirradas onde estas mulheres são por vezes rotuladas por viverem numa Casa de Abrigo. Neste contexto concreto, por se tratar de uma comunidade pequena, as mulheres residentes na Casa-Abrigo são vistas como elementos negativos da própria sociedade, que em nada contribuem para a comunidade envolvente, sobretudo devido ao facto da idade avançada não terem uma ocupação durante o tempo que passam na Casa de Abrigo.

Ao mesmo tempo, por tendencialmente estas mulheres serem mais revoltadas e terem menos capacidades de relacionamento e de confiança, não são entendidas pelas pessoas da comunidade, que as consideram como “alguém que não quer fazer nada nem se dá com ninguém”.

A **exclusão** está em muito relacionada com o problema anterior, uma vez que muitas das vezes estas mulheres são postas à parte da comunidade em que vivem.

Outro problema é a **vida familiar “desestruturada”**, uma vez que provêm de famílias onde o conceito familiar envolve um historial de violência, sendo os afectos reduzidos. O próprio facto de estas mulheres terem abandonado o seu companheiro, marido ou filhos, faz com que toda a vida que levaram até então fique desorganizada e sem sentido, necessitando de delinear novos projectos de vida. Também foi verificada o pouco **apoio económico por parte do Estado**. Nos tempos que correm, cada vez assistimos ao aumento de casos de violência sobre a mulher idosa, e não existe nenhuma verba específica para autonomização destas. Este apoio seria fundamental, uma vez que nem sempre é possível obter recursos financeiros de outras fontes.

Outra realidade a considerar, diz respeito à **deficiência no sistema jurídico**, pois segundo as técnicas da casa de abrigo, podemos constatar que por vezes existe violação do segredo de justiça, o que faz com que, através de alguns meios, o agressor venha a tomar conhecimento do paradeiro da vítima, colocando-a em perigo. Apesar das circunstâncias negativas estas mulheres apresentam grande capacidade **de resiliência**, estando este relacionada com a capacidade humana para enfrentar as situações de adversidade, ou para se fortalecer com experiências adversas.

Assim, em conversa informal com as residentes, conseguimos perceber que estas mulheres apresentam uma grande capacidade de resiliência, uma vez que, segundo a equipa técnica, elas conseguem utilizar as suas experiências como meio de criar capacidade emocional e atitudes positivas perante situações que são aparentemente negativas.

A **motivação** é, sem dúvida, muito positiva, dado que, de acordo com uma das técnicas, estas mulheres sentem-se por vezes motivadas por terem conseguido sair daquela situação, empenhando-se em formas de alterar a sua vida. Têm assim um elevado desejo de realizar coisas que lhes sejam favoráveis, após viverem durante muito tempo reprimidas pelo marido, companheiro ou filho/a. São também por vezes, caracterizadas por uma grande força e motivação interior para continuar a sua vida, apesar de apresentarem uma vida social e familiar aparentemente destruturada.

A motivação será então bastante importante para a aplicação do projecto de intervenção em causa, pois o facto de estas mulheres se sentirem motivadas facilita a definição e principalmente a execução de diferentes actividades a realizar.

Determinação é a força interior destas mulheres que as leva a continuar.

Apesar da idade, a **ambição** é um factor muito positivo, estas mulheres tendem muito a ter uma ambição positiva em relação ao seu futuro.

O trabalho desenvolvido pela Casa de Abrigo está sem dúvida mais voltado para o apoio às vítimas, havendo assim uma necessidade de propostas de acção no que diz respeito à integração das vítimas na comunidade envolvente.

Segundo Guerra (2010), na fase do diagnóstico em que sublinha as questões consideradas como principais para o processo, além de delimitar as áreas de

conhecimento que serão necessárias para cada problemática, é fundamental identificar informações que já existem e seleccionar que tipo de informação poderá aclarar o conhecimento da situação e identificar as possíveis fontes potenciais de recursos da informação e a respectiva metodologia (Guerra 2010).

No decorrer da investigação realizou-se um diagnóstico da situação com base nos problemas e nas necessidades diagnosticadas conforme, Apêndice nº17 quadro V. Tendo sido identificados as seguintes situações problema: os problemas e as necessidades, a intensidade do problema/necessidade, as causas do problema/necessidade, os efeitos do problema/necessidade, as tendências previsíveis de evolução, os elementos que dificultam a resolução do problema/necessidade, e os elementos que possibilitam a resolução do problema/necessidade.

Desta forma, as situações problemas diagnosticados foram os seguintes:

- Violência doméstica;
- Pobreza;
- Desmembramento do núcleo familiar;
- Dependência da Casa abrigo;
- Ausência de um instrumento orientador que facilite a integração social das mulheres vítimas de violência doméstica na comunidade local.

Capítulo IV- Projecto de Intervenção

1. Planificação de projectos em intervenção social

A planificação de um projecto depende directamente da compreensão da realidade da população envolvida. A planificação é o início para que o investigador delineie metas para alterar ou transformar uma realidade. Sendo que a planificação “refere-se sempre ao futuro, sendo um desenho prospectivo para a acção”, procurando o melhor caminho para a transformação social, (Cembranos, 2007:65).

Portanto, elaborar um projecto é, antes de tudo, contribuir para a solução de problemas, transformando ideias em acções, Ou seja, o projecto é um instrumento que surge em resposta a um dado problema concreto, definido e delimitado. Desta forma podemos concluir que:

“projecto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de actividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objectivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”,.(Prochonw, Schaffer, 1999 apud ONU, 1984).

Ou então que um projecto é como “a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação que se pretende responder. Um projecto é, sobretudo, a resposta do desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objectivo e maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de acção garantindo o máximo de bem – estar para o máximo de pessoas“, Guerra (2010:126).

Assim, no decorrer das narrativas de histórias de vida e através do diálogo com a equipa técnica da Casa de Abrigo, apercebemo-nos da ausência de um instrumento de apoio para promover a autonomização/inclusão social destas mulheres idosas na comunidade local. Actualmente apenas existe um instrumento que se utiliza como ferramenta para esse efeito sendo este uma **base de dados com organizações, com potencial interesse na admissão de mulheres institucionalizadas**. Este instrumento contempla apenas mulheres em idade laboral, além disso, o projecto de autonomização do Governo passa por prestar apoio à saída das residentes por um período de seis meses, o que não se torna viável para mulheres nesta faixa etária.

No que refere à relação entre a comunidade e as mulheres residentes e ex-residentes da casa de abrigo, através de conversa informal com pessoas residentes na localidade foi notória a pouca aceitação por parte da comunidade relativamente à fundação desta Casa de Abrigo na região e, sobretudo, é clara a não-aceitação destas mulheres na região.

Segundo Guerra (2010:143) é importante classificar e ordenar as prioridades de intervenção, considerando várias dimensões que a autora define: “o horizonte temporal do plano, o nível regional a que se vai colocar o plano, os recursos disponíveis e a comparação entre as diferentes estratégias possíveis”. Para a autora, “a forma de seleção das prioridades exige a retoma do diagnóstico”, Guerra (2010:142).

Face aos resultados obtidos na investigação e tendo em conta as necessidades das respectivas participantes, será apresentado um projecto de intervenção, que abranja um conjunto de actividades tendencialmente práticas, que envolva as residentes e ex-residentes com a comunidade local, objectivando promover assim uma real ligação entre as residentes e a sociedade em si, com vista à inclusão e à libertação de preconceitos existentes à partida, ao mesmo tempo que as libertam dos rótulos atribuídos pela comunidade. É de salientar que o trabalho desenvolvido pela Casa de Abrigo está sem dúvida mais voltado para o apoio às vítimas, havendo assim uma falta de propostas de acção no que diz respeito à integração/inclusão das vítimas na comunidade envolvente.

Quanto às prioridades de intervenção, estas têm como objectivos principais: “estabelecimento das prioridades face às necessidades ou aos problemas identificados; estabelecimento de estratégias para satisfazer essas necessidades; estabelecer critérios; considerar soluções alternativas; avaliar as alternativas; seleccionar uma ou mais soluções; preparar relatórios e documentos para a divulgação do diagnóstico e das principais estratégias”, (Guerra, 2010:144,145).

Desta forma, o projecto de intervenção baseia-se na necessidade sentida no final da investigação de se criar um instrumento como suporte de possíveis respostas para integração/inclusão das residentes na comunidade local, sendo que se propõe criar uma, **Associação Artes e Ofícios**. O projecto deve ser desenvolvido na comunidade e para a comunidade, num trabalho conjunto envolvendo os vários

atores numa perspectiva de participação e responsabilização. No entanto este projecto é “a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação que se pretende responder. Um projecto é, sobretudo, a resposta do desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objectivo e maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de acção garantindo o máximo de bem – estar para o máximo de pessoas”, Guerra (2010:126).

Assim, a proposta faz-se acompanhada com os requisitos necessários para se criar uma Associação:

- Desenho da Associação (Apêndices, 18);
- Órgãos Sociais (Apêndice 19);
- Carta convite (Apêndice 20);
- Acta da constituição da Associação (Apêndice 21);
- Proposta do logotipo da Associação (Apêndice 22);
- Associação em fins (Apêndice 23);
- Estatutos da Associação (Apêndice 24).
- Regulamento Interno da Associação (Apêndice- 25).

2. Justificação do projecto

No decorrer do processo de narração das histórias de vida das participantes, estes relatos permitiram-nos conhecer além dos episódios de violência a sensibilidade dos trabalhos que estas mulheres desenvolviam em contexto familiar ou mesmo profissional. Muitas histórias ouvidas acerca das actividades que realizavam no dia-a-dia, como **croché**, (naprons, barras para os lençóis e toalhas, bicos para panos de loiça e capas para almofadas); Em **tricô** com a confecção das mais variadas roupas, (mantas, malhas, sacos para pão, cachecóis e gorras); **Bordados**, (lençóis de cama, toalhas de rosto e de corpo e tolhas de mesa); **Palhas**, (cestos, chapéus e abanos para o lume); **barro**, (panelas, enfusas (cântaros), barris, pratos e alguidares);

Pinturas, (azulejos, barro e tecidos);.. **Gastronomia**, (doces e compota diversificados, enchidos, linguiça, chouriços, farinheira, paios e morcela) e **lacticínio**, (queijos de ovelha, cabra, vaca e requeijão).

Todas as mulheres que participaram da investigação, outrora desenvolveram estes tipos de actividades, e algumas destas práticas acabaram por se perder com o tempo devido às diversidades da vida. Este projecto representa um resgate de práticas saudáveis, que pode auxiliar para o bem-estar destas mulheres e colmatar o tempo ocioso destas, para além de lhes proporcionar um acréscimo de rendimento, uma vez que a média, as pensões são bastante baixas.

Estas mulheres poderão passar os seus conhecimentos, através de oficinas ministradas na comunidade, como também adquirir novos conhecimentos participando em oficinas com membros da comunidade local. Este projecto permitirá readquirir ofícios a tempo em desuso na comunidade local, como o trabalho do **Ferreiro, Ferrador, Cesteiro, Sapateiro, Costureira, Alfaiate e Albardeiro** entre outros que surgirão no decorrer do projecto.

As actividades do projecto serão desenvolvidas através das diversas oficinas de interacção de saberes entre as mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar com a comunidade local. As oficinas de saberes permitirão a integração destas mulheres na comunidade através da troca de conhecimento.

2.1. Finalidades e objectivos do projecto

Segundo Guerra (2010:163), as finalidades “ indicam a razão de ser de um projecto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar”. Deste modo a **Finalidade** do presente projecto é contribuir para o desenvolvimento e inclusão social das mulheres idosas vítimas de violência doméstica na comunidade local.

Atendendo aos objectivos gerais, estes “descrevem grandes orientações para as acções e são coerentes com as finalidades do projecto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir e não são, geralmente, expressos em termos operacionais, pelo que não há possibilidade de saber se foram ou não atingidos (...).

É frequente que os objectivos gerais explicitem as intenções para cada um dos tios de atores definidos como grupo-alvo do projecto”, (Guerra, 2010:163-164).

Portanto este projecto tem como objectivo geral:

- Aproximar as mulheres idosas vítimas de violência domestica a comunidade local, através das artes e ofícios, numa perspectiva inclusiva e autonomizadora.

Quanto aos objectivos específicos, estes “(...) exprimem os resultados que se espera atingir e que detalham os objectivos gerais, funcionando como a sua operacionalização”, (Guerra, 2010:164).

Tendo como objectivos específicos:

-Promover a inclusão social das mulheres vítimas de violência doméstica na comunidade local.

- Facilitar a acção da equipa de profissionais da Casa de Abrigo local.

2.2. Planeamento da execução

2.2.1. Cronogramas

Conforme informação disponível no Manual para a elaboração do trabalho de curso (Manual:20)¹⁸, o “cronograma tem por finalidade auxiliar o aluno no planeamento das etapas do trabalho e seus respectivos prazos de execução. Vale destacar, que algumas etapas podem ser desenvolvidas simultaneamente”. Para esta investigação foram elaborados dois cronogramas, o primeiro em 2016, (ver Apêndice11-quadro I,) do qual consta a definição do tema; pergunta de partida e objectivos; pesquisa e análise bibliográfica e documental; observação e análise do meio envolvente, recolha de informação sobre a visão da comunidade referente a Casa de Abrigo, recolha de informação sobre a visão da comunidade acerca residentes e da Casa de Abrigo; análise das informações recolhidas na comunidade e a elaboração de um inquérito caracterização pessoal. No segundo cronograma foi elaborado já em 2017, (Apêndice12- quadro II). Para melhor orientação foi elaborado um plano de acção da investigação onde consta todas as actividades a desenvolver no decorrer da investigação conforme Apêndice 13-quadro III.

¹⁸ Manual para elaboração do trabalho de curso
www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2012/mai/admmanualtrabalhocursoadm.pdf

2.2.2. Actividades a desenvolver

Para melhor compreensão e organização o projecto será dividido em quatro fases: a Validação de Requisitos; a Criação do Desenho; a Implementação do Projecto e a Avaliação, que se encontra no Apêndice 18 (figura 3.). Quanto ao plano de acção descreve de “ forma detalhada e sistemática, o que se pretende fazer; quando se pretende fazer; quem está encarregado das diferentes tarefas e quais os recursos necessários para os concretizar, decorrendo da relação entre os objectivos, meios e estratégias, pretendendo a concretização dos objectivos já definidos”, (Guerra, 2010:170).

Assim, as actividades a desenvolver permitirão seleccionar um conjunto de técnicas específicas com o fim de alcançar determinados objectivos. Esta etapa permitirá conceber o processo que melhor se adequa a solução dos problemas considerados prioritários. Quanto ao Plano de Actividades (Apêndice 26 -quadro VI), este será apresentado a partir da actividade; objectivos; população alvo; as metodologias (técnicas e estratégias); no desenvolvimento das actividades; o local em que decorre cada acção; o tempo de duração da mesma, além dos recursos humanos; materiais e logísticos, assim como as parcerias para realização do mesmo.

2.3. Avaliação do Projecto

A avaliação realizado no decorrer do processo de investigação encontra-se no Apêndice 14-quadroIV.Segundo Guerra (2010) a avaliação é o “processo pelo qual se delimita, se obtém e se fornece informações úteis, permitindo ajuizar sobre as decisões futuras e é um aviso sobre a eficácia de uma intervenção ou de um plano que está a ser implementado”, (Guerra, 2010:186).

A avaliação é a última fase do projecto, conforme autora antes referido, todos os projectos devem compreender um plano de avaliação que está estruturado em função do desenho do projecto que permita conhecer os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso estas sejam indesejáveis, (Idem: 175).

O método avaliativo tem por objectivo “recolher informações de apoio a intervenção”, (Guerra 2010: 188). Ou seja “... avaliar é sempre comparar algo com um padrão ou modelo e implica uma finalidade operativa que é corrigir ou melhorar”, (Imperatori e Giraldes,1993 citado por Rosa 2012: 56). Como se trata de uma Associação de

Artes e Ofícios com data só para o início de suas actividades, que serão ministradas em forma de oficina em várias etapas e espaços variados, a avaliação das actividades (Apêndice 26 – quadro VII), decorrerá no final de cada oficina desenvolvida, pretendendo-se ainda a recolha de sugestões de melhoria, que serão analisados conforme os objectivos traçados no projecto da Associação.

Portanto, este processo de avaliação terá a componente de diversos factores que permitirão a verificação do seu sucesso, bem como analisam o processo de avaliação. São eles: a adequação, “o projecto /programa adequa-se ao contexto do problema e da situação sobre a qual se pretende intervir?”; a eficácia “em que medida os objectivos foram atingidos e as acções foram realizadas?” e a eficiência, “os resultados confrontados com os recursos utilizados correspondem ao seu emprego mais económico e satisfatório?”, (Guerra, 2010:198-199).

Considerações finais

Com o envelhecimento surgem várias questões que suscitam cuidados por parte da sociedade. Actualmente, tem sido tema de debate com certa frequência a questão da violência sobre idosos em contexto familiar, sendo as mulheres as maiores vítimas, uma vez que, “os idosos nem sempre são tratados com a dignidade que lhe é devida e que por vezes são expostos a situações que desvalorizam a sua condição enquanto ser humano”, (Frei 2013:19).

Desta forma, **Violência doméstica e mulheres idosas**, foi o tema escolhido para este Trabalho Projecto. Quanto ao aprofundamento bibliográfico referente ao tema foram sugeridos autores de referência sobre o envelhecimento e violência em contexto familiar como: Moura (2006), Fontaine (2000), Robert (1995), Pimentel (2001), Macedo (1994), Mattoso, José (2013), Isabel Dias(2010), Matias e Paulino (2013) , Teles e Melo(2012), Karli e Pierre (2002), Costa(2010) entre outros. O contributo destes autores proporcionou uma maior reflexão sobre a cronologia do envelhecimento e da violência doméstica sobre as mulheres.

A realização desta investigação permitiu-nos conhecer o flagelo da violência doméstica em mulheres idosas mediante testemunhos narrados na 1ª pessoa. Ao longo deste trabalho foi possível perceber que o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica e de Género não contempla de forma específica as mulheres desta faixa etária. Como de resto se percebeu ao longo de todo o processo nomeadamente em contacto com os técnicos da Casa de Abrigo no Sul de Portugal.

Segundo as técnicas, as casas de abrigo não são resposta para as mulheres idosas agredidas e nem as podem receber. Este diálogo foi muito importante, pois, contribuiu para questionarmos o seguinte: e as mulheres idosas que são vítimas de violência em contexto familiar não podem ser acolhidas em casas abrigo, então, qual será a resposta adequada? Segunda a técnica a resposta a estas mulheres passa pelas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas ou contar com o apoio da família. É visível que as casas de abrigo não estão minimamente preparadas para acolher mulheres idosas, devido à pouca visibilidade social que existiu por muito tempo sobre a violência na pessoa idosa. Esta invisibilidade contribui para a ausência de medidas específicas que proporcionem a autonomização/inclusão social destas mulheres na comunidade.

Regra geral, o PNCVG, apoia os processos de saída da Casa de Abrigo durante seis meses. Pode desde logo concluir-se que, a autonomização/inclusão social destas mulheres não passa pelo mercado de trabalho ou pelo apoio prestado durante 6 meses, visto que, são mulheres com mais de 65 anos, reformadas ou pensionistas.

Sabe-se que, foi em 1999, que surgiram as primeiras casas de abrigo para mulheres vítimas de VD através da Lei nº 107 de 3 de Agosto. Esta lei estabelece o quadro geral da rede pública de casas de apoio. A regularização destas casas de abrigo veio com o Decreto Regulamentar nº 1/2006 em 25 de Janeiro. No artigo 2.º as casas de abrigo são consideradas unidades residenciais temporárias para mulheres com ou sem filhos menores que foram vítimas de violência doméstica. No artigo 6 nº 3, é garantido alojamento e prestação de serviços básicos como alimentação, higiene, protecção e segurança.

Este articulado garante no artigo 7.º, o acompanhamento nas áreas do apoio social, psicológico, educacional, profissional e jurídico. No que se refere ao trabalho técnico desenvolvido nas casas de abrigo, este segue as indicações do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014 – 2017), em que uma das estratégias deste Plano é proteger as vítimas e promover a sua integração. Porém a integração das mulheres idosas é bastante dificultada, visto que a integração/autonomização previsto neste Plano é realizada através da formação/emprego. E, claro está, se nem a comunidade aceita e integra estas mulheres na sua região, dificilmente terão alguma oportunidade do ponto de vista laboral ou de formação, para além da limitação que a idade avançada representa.

Portanto, as medidas de autonomização propostas pelo Estado muitas vezes não correspondem às necessidades das residentes principalmente as idosas, sendo esta uma autonomização/inclusão determinada sem levar em consideração cada caso. Por vezes, estas medidas são diferentes do projecto de vida traçado em conjunto entre técnica e vítima, tendo assim, que adaptar-se o projecto de vida conforme as medidas determinadas.

Actualmente a violência na pessoa idosa está a ter mais notoriedade, mas os números ainda não representam a realidade já que as mulheres idosas que convivem com a violência diariamente, dificilmente partilham a intimidade do seu lar com quem quer que seja, aceitando as agressões em silêncio.

As queixas/crime só são apresentadas quando existe episódio de violência muito grave ou quando é presenciado por um vizinho ou familiar. No entanto, a gravidade dos episódios de violência aumentam com o tempo de convivência, chegando a homicídio seguido de suicídio do agressor.

No decorrer dos relatos foi notório que, quando o agressor é o filho(a), a queixa/crime é ainda mais difícil de acontecer e a ser feita, a própria vítima nega as agressões, para proteger o filho (a). Observamos também que quando o agressor é o companheiro, a agredida não faz queixa/crime por medo, dependência económica e vergonha. Quando o agressor é o filho (a), a vítima não efectua a queixa/crime pelo amor que tem ao filho(a), por dor. Contudo, nos últimos 13 anos o número de mulheres idosas que são agredidas vem aumentando consideravelmente, acentuando nos últimos 4 anos, sendo perpetrado, pelo companheiro, namorado, filhos, sobrinhos, netos ou parentes próximos.

Este aumento da violência permite-nos questionarmos sobre quais são as respostas existentes para as mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar. As casas de abrigo podem ser uma resposta, no entanto é temporário. No caso das mulheres idosas, a política de autonomização/inclusão não é válida, assim, as casas de abrigo não conseguem dar a resposta adequada, pois seguem a linha de formação/emprego desenhada no Plano, no qual não contemplam especificamente estas mulheres. **Com os números crescentes de violência em contexto familiar nas mulheres idosas, creio que seja necessário que o poder público juntamente com as entidades de acolhimento e protecção à vítima, elaborem conjuntamente estratégias específicas objectivando a autonomização/inclusão social das mulheres idosas vítimas de violência.**

No território onde se realizou a investigação, através de conversas informais com pessoas residentes, observamos a negação pela casa de abrigo. A comunidade foi contra a inauguração da instituição e retractam a Casa de Abrigo, como casa de “putas”. A expressão cultural masculina é muito marcante nesta comunidade, já que muitos homens proíbem suas esposas de falarem com as residentes, sendo comum o discurso, e a “culpa é delas que não querem nada com vida”. Este contexto é negativo para inclusão social destas mulheres, o que representa um desafio para os técnicos desta resposta social. **Seria importante que as casas de abrigo trabalhassem em parceria com outras entidades locais como Centro de Saúde,**

Escolas e Juntas de freguesias com o intuito de promover sessões de esclarecimento acerca da problemática da violência doméstica na comunidade onde estão localizadas estas casas de abrigo.

Apesar da violência doméstica ser transversal a todas as classes sociais e faixas etárias, a maioria das vítimas que vem para uma casa de abrigo são mulheres com baixa escolaridade. Nas narrativas observamos que as agredidas pelo facto de serem pobres justificavam a violência familiar. Costa (2007), contribui para esta investigação ao relatar que a pobreza é um estado de miséria que leva ao sofrimento pela ausência de alimentação, que se traduz em problemas de saúde no bem-estar da pessoa, na educação e no seu comportamento social em grupo e individual. Contudo, não podemos atribuir o comportamento social e individual de uma pessoa apenas ao facto desta ser pobre, mas é correcto dizer que a pobreza contribui para situações de violência principalmente em contexto familiar.

A VD é transversal a todas as camadas sociais, mas estudos apontam que o maior índice de criminalidade está nas famílias mais pobres, onde o desemprego, desesperança o desespero de não conseguir cuidar da sua família, influenciam o consumo de álcool e drogas para fugir por alguns momentos da situação de incapacidade sentida. Pesquisas demonstram que, o álcool é a substância mais ligada às mudanças de comportamento, que têm como resultante a violência. O álcool e as drogas são considerados desinibidos e podem ser responsáveis pelo aumento da agressividade, (cf. Costa Bruto, 2007: 27).

Traçando o retrato das mulheres idosas que participaram nesta investigação, podemos concluir que são mulheres com mais de 65 anos, casadas, em união de facto, solteiras, separadas ou viúvas. Quanto ao seu rendimento pecuniário, são pensionistas ou aposentadas, com pouca escolaridade e sem formação profissional. Estas mulheres tiveram como agressor, o marido, o companheiro, o namorado ou filho(a), muitas já passaram por mais de uma vez por uma Casa de Abrigo. No que refere às agressões perpetradas, tiveram como consequências o uso de cadeira de rodas, perda da visão, dependência de anti depressivos, auxílio de canadianas, hematomas, braços partidos, golpes na cabeça, costelas partidas e depressões No que refere ao processo-crime, as respostas ainda são poucas face ao número de queixa/crime. Assim, além de

não terem uma resposta célere por parte da justiça, a grande maioria destas mulheres não conta com suporte familiar.

Que estratégias de inclusão?

O trabalho em parceria com as demais entidades é fundamental, o que não está presente nesta Casa de Abrigo, já que o recurso desta estrutura, quanto à inclusão/autonomização social destas mulheres idosas, passa por três estratégias:

- Buscar suporte familiar para a idosa, quando ele existe;
- Quando são autônomas fisicamente, são arrendadas casas custeadas pela instituição durante 6 meses. Após este período, surge outro grave problema; passando de vítima de violência doméstica a sem-abrigo por não ter onde morar.
- A idosa com dependência física, é encaminhada para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

É importante salientar sobre a necessidade de uma lei específica para a pessoa idosa e da elaboração de um estatuto que seja eficaz.

A ausência de estratégias consistentes para inclusão social destas mulheres na comunidade local, representa um grande desafio para a própria mulher o que se torna um constrangimento devido à pouca aceitação destas na comunidade local, talvez pela ignorância e falta de sensibilidade sobre esta temática.

A inclusão social implica, por um lado, que a vítima inicie um processo que lhe permita aceder a direitos de cidadania e a uma vida autônoma e, por outro, que as políticas públicas e as instituições lhe proporcionem as oportunidades de iniciar esse processo, disponibilizando-lhes os meios, fornecendo apoio e prevenindo uma eventual revitimização. As medidas propostas pelo Plano Nacional de Combate à Violência são pouco eficazes, principalmente para esta faixa etária, contribuindo para que grande parte destas mulheres sem outra opção, regressam à casa onde

sofreram maus tractos. Sabe, por isso que, *“mais de 90% voltam para casa dos maridos”*¹⁹.

Podemos dizer então que, a inclusão social destas mulheres idosas passa pela sensibilização/informação à comunidade local sobre a violência em contexto familiar e também de um projecto social estratégico com o objectivo de aproximar as mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar com a comunidade local. Para fazer face a este objectivo foi pensado, planeado e sugerido um projecto cujo objectivo é incentivar à participação efectiva das mulheres idosas em oficinas de trabalhos manuais, com duas vertentes, aprender e ensinar ofícios através da Associação Artes e Ofício que terá como parceria os artesãos do concelho e com as mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar residentes e ex.-residentes da Casa de Abrigo local.

As Limitações do Estudo

A presente investigação, pela sensibilidade da problemática, apresentou algumas limitações peculiares quando se lida com a vida privada das pessoas. A VD em por norma, acontece entre quatro paredes sem testemunhas, as agredidas são coagidas a manterem o silêncio. Os constrangimentos e a vergonha impedem-nas de relatar sobre o seu quotidiano. O controlo perpetrado pelo agressor através de ameaças condiciona as vítimas de qualquer participação social. Poucas são as mulheres vítimas de VD que aceitam participar de uma investigação sobre esta problemática principalmente quando se trata de mulheres idosas, já que para participar é fundamental que a mulher se aceite como vítima, o que se torna bastante difícil para as idosas.

Foi um processo moroso conquistar a confiança das mulheres idosas, para que relatassem a sua História de Vida, sendo que a maioria das participantes permaneceu por anos junto do seu agressor, umas por vergonha e outras por dependência económica. Além disso a não-aceitação da comunidade a estas vítimas representa um constrangimento no que diz respeito à integração destas na comunidade.

¹⁹Cátia Rodrigues, directora técnica de uma casa de abrigo

Podemos concluir que o grande problema da resolução da problemática VD está na mudança de mentalidades. Isto porque a submissão da mulher perante o autoritarismo do homem até há bem pouco tempo era aceite pela sociedade com naturalidade. Embora saibamos que as leis, planos, programas e sistemas estão em constante mudança e são feitas alterações e adequações sempre que necessário, a mentalidade humana não consegue acompanhar essa mudança, o que faz com que este pensamento de autoritarismo do homem para com a mulher se continue a verificar no presente.

Temos, por isso de apostar na educação das novas gerações como propulsores de uma sociedade sem violência familiar. Podemos referir que as instituições de apoio à vítima ainda não estão preparadas para receber e dar respostas adequadas as mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar, sendo pertinente que os técnicos desta resposta social tivessem formação na área da psicogerontologia como uma mais-valia para a intervenção com este público. Quanto às leis de protecção à vítima, seria oportuno criar legislação onde especificasse a protecção à pessoa com esta faixa etária, e que esta protecção passasse pela permanência destas em sua casa. Seria apropriado que as Casas de Abrigo que recebem mulheres idosas tivessem estratégias definidas e heterogéneas para inclusão social destas na comunidade.

“ É óbvio que os valores das mulheres diferem, muitas vezes, dos valores que foram criados pelo outro sexo” ... mas “ são os valores masculinos que prevalecem”

Virgínia Woolf

Referências bibliográfica:

- Ander-Egg, Ezequiel (2007).Diagnóstico-Social-conceitos-e-metodologia Penagráfica Artes Gráficas, Lda.
- Andrade (2012),Violência Domestica: Estudo da Participação e Opinião dos Magistrados do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto. Disponível em:<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3618/1/TESE%20ALEXANDRA%20ANDRADE%2021-01-2013.pdf>- consultado 08 de setembro 2016: 22:05h.
- Arnaldi, Marilani. A descoberta de projetos de vida – contribuição do projecto Idoso empreendedor no processo de envelhecimento. Trabalho de Conclusão deCurso de Serviço Social, UFSC. Florianópolis: 2008.
- Base de dados Portugal Contemporâneo, Disponível <http://www.pordata.pt/Portugal>, consultado, 19agosto. 2016, 22: 35h.
- Borges (s/d), Fases de Namoro, Noivado e Casamento-Disponivel em:<http://romaryw.com.br/fases-de-namoro-noivado-e-casamento/> consultado 20 de janeiro 2017 : 11:47h.
- Borin (2007) -Violência domestica contra a mulher: Percepções sobre a violência em mulheres agredidas- Disponível em- file:///C:/Users/Asus/Downloads/Thaisa.pdf, Consultado 24 de Setembro 2016: 21:55h.
- Brito, Nune e Santos (2013),Família, violência e transgeracionalidade: estudo de caso- Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36271516/PSantos.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1485258504&Signature=G3WllzxmjKbEmC%2F9mhPCI7863cM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFamilia+violencia+e+transgeracionalidade.pdf>- consultado 24 de Janeiro, 2017: 11:03h.
- Cardoso e Quintal (2013), Estudo de Avaliação do IV Plano Nacional Contra a Violência Domestica (2011-2013)-Disponível em <https://www.cig.gov.pt/pdf/2014/Relatorio+avaliacao+externa+IV+PNCVD.pdf>- consultado 11junho 2016, 14:33h.
- Carvalho, Maria (2013), Serviço Social no envelhecimento-Lisboa -Pactor Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Cembranos, F. Montesinos, D. & Bustelo, M., (2007). La animación sociocultural: Unapropuesta metodológica. Madrid: Editorial Popular.
- Costa (2012) Dependência Funcional: Implicação ao nível da Geriatria – Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13698/1/TESE%20MESTRADO-ANDREIA%20COSTA.pdf>- Consultado em 23 de janeiro 2017. 15:00h
- Costa, Alfredo Bruto da (2007), Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva

- Costa, Dália (2003). A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: um modelo inovador? Universidade aberta.
- Costa, Dália (2010). A intervenção em parceria na violência conjugal contra as mulheres: um modelo inovador? Universidade aberta. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1813/2/D%C3%A1lia%20Costa.pdf> Consultado 08 Julho, 2016. 13:30h.
- Costa Elizabeth M (1989). Sene. Gerontograma: a velhice em cena – estudos clínicos psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade. São Paulo: Agora, 1998.
- Dahlberge Krug (2006)-Violência: um problema global de saúde pública disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>- consultado dia 01 de Abril de 2016: 23:20m.
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf - consultado no dia 6 de Abril 2016, pelas 18:03h.
- Diário de Notícias Quase 40% dos idosos são vítimas de violência Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/sul/interior/quase-40-dos-idosos-sao-vitimas-de-violencia-1906864.html>-Consultado no dia 02 de Abril de 2016, 21:52m.
- Dias, Isabel. (2010). Violência doméstica: a outra face da família moderna. Violência na Família - Uma abordagem sociológica. Porto: Edições Afrontamento
- Duarte (1999), Idade Cronológica: mera questão referencial no processo de envelhecimento- Disponível em <file:///C:/Users/Asus/Desktop/tipos%20de%20idade.pdf>, consultado 30 de julho 2016-10:41h.
- Duarte, M. (2011). Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: Obstáculos à aplicação da lei. Sistema criminal e violência. 3 (2). 1-12.
- Encarnação (2009), Influência do coping e dos estilos de vida no BES e na saúde dos idosos- Disponível em <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/688>- consultado 10 de dezembro 2016, 17:35h.
- Fernandes, A. (2001). Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social. Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. Sociologia, Problemas e Práticas, n.36. Oeiras. Setembro. p. 39-52.
- Filho (2014), A dinâmica de um relacionamento violento- Disponível Em <http://www.comportese.com/2014/09/a-dinamica-de-um-relacionamento-violento/>- consultado 12 de Setembro 2016:10:02h.
- Fontaine, R.(2000). Psicologia do envelhecimento. Lisboa, Edições Climepsi
- Frei, (2013) Quando a Cidadania é “aprisionada” – Violência sobre idosos em contexto institucional- Disponível em: 22 de Abril 2016: 14:38h.<https://ubiblorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2757/1/Tese%20final.pdf> – consultado 12 dezembro 2016: 15:18h.

- Gil (2008), Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. Editora Atlas S.A.
- Guerra, I. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos de Formas de uso. Estoril: Principia Editora, Lda.
- Guerra, Isabel (2010). Fundamento e Processos de uma Sociologia de Ação – O Planeamento em Ciências Sociais. Estoril Principia Editora.
- Imaginário, C. (2004). O Idoso Dependente em contexto familiar – Uma análise de visão da família e do cuidador principal – Edições Formasau – Coimbra. Formação e Saúde, Lda.
- Karli e Pierre (2002) As Raízes da Violência- Reflexão de um Neurobiologista. Instituto Piaget-Lisboa.
- Lima e Silva (2012) Conhecendo o Perfil e os Sentimentos de Mulheres Vítimas de Violência Atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Belém-Disponível em <http://www.generonaamazonia.ufpa.br> – consultado 27 Agosto 2016: 21:30m.
- Lisboa, Manuel; Carmo, Isabel; Vicente, Luísa; Nóvoa, António; Barros, Pedro P.; Silva, Sofia Marques da; Roque, Ana; Amândio, Sofia (2006). Prevenir ou Remediar - Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres. Lisboa: Colibri. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/60.pdf>, consultado 01 Agosto 2016: 17:50h.
- Lüdke, M.; André, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986..
- Macedo, Rosa Maria. (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer: Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p.62-68, nov.
- Macial e Costa (2009) Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade, Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v61n1/v61n1a07.pdf>-Acesso em: 19 agosto. 2016:18:28h.
- MacMillan, R., e Gartner, R. (1999). "Quando ela traz para casa o bacon: Labor-Force Participação e do risco de esposal Violência Contra as Mulheres." *Journal of Marriage and Family*, 61 (novembro): 947-958. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/199709.pdf> - consultado no dia 07 de abril 2016.
- Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência-Disponível em http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf- consultado 02 de Abril, 2016
- Marques (2009) A Violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos. Um estudo

- de Caso- Disponível
<http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/111/2/TMES%207.pdf> consultado -
 06 de janeiro, 2017: 19.20h.
- Marrucho (1998), Modos de vida e situação de saúde de uma pequena comunidade rural. Disponível em
<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/1285/1/Tese%20-%20Reposit%C3%B3rio%5B1%5D.pdf>. Consultado 19 de agosto 2016:8:55h.
- Matias & Paulino (2013), O inimigo em Casa- Dar voz aos silêncios da violência domestica- Primebooks: Estoril.
- Matoso, José (2013). *História da vida privada em Portugal - Os Nossos Dias*. Temas e Debates, Bloco Gráfico- Unidade Industrial da Maia.
- Meireles (2012) -A integração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida. Disponível em
http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3613/1/Projeto%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o%20completa%20Marisa%20da%20Silva%20Meireles_21824_Servi%C3%A7o%20Social.pdf-consultado 25 de setembro 2016: 19:25h.
- Mendes, Bota (2007), Compreendendo a violência domestica –Disponível em
<https://violenciadomestica.gov-madeira.pt/>consultado em 09 Fevereiro de 2017. 8:25m.
- Menezes, C. C.; Lopes, R. C. S. (2006). A transição para o casamento em casais coabitantes e não-coabitantes. Revista Brasileira de Crescimento e ONU, (1999) Direitos Humanos e Serviço Social – Manual para escolas e profissionais de Serviço Social: Lisboa. Desenvolvimento Humano, v. 17(1), 52-63.
- Minayo (2005) Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde- disponível
http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capa_citacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf-consultado 18 Fevereiro de 2017, 21:00h
- Moura, C. (2006). Século XXI – Século do envelhecimento Loures ,Edições Luso ciência.
- Neri, Anita Liberalesso. Palavras chaves em gerontologia. Campinas: Alínea, 2001.
- Netto, Matheus (2002), Gerontologia- A velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizado-São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte -Editora Atheneu.
- Observatório de Mulheres Assassinadas disponível em
<http://plataformamulheres.org.pt/dados-sobre-o-femicidio-em-portugal-em-2015-do-omaumar/> consultado 25 de agosto 2016: 20:21h.
- Oliveira (2014), Chegou a aposentação. E agora??? Reflexão sobre o Voluntariado Sênior- Disponível em

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6419/1/Lu%C3%ADs%20Filipe%20Alves%20Guedes%20da%20Fonseca%20Oliveira.pdf> – Consultado 02 de agosto 2016.22:16h.

Oliveira (2015) Ato de envelhecer: Relação entre depressão e disfunção sexual no idoso. Disponível em:https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/50586.pdf - consulta no dia 01 de agosto 2016- 11:26h.

Perissinotto, Hannah Arendt (2004). Poder e a crítica da “Tradição” Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a07n61.pdf> -consultado 13 junho 2016, 19:00h.

Pimentel, L. (2001). O lugar do Idoso na família: contextos e trajetórias. Quarteto Editora, Coimbra. Coleção Teses, nº 11.

Portugal, S. (2000). Globalização e violência doméstica. Revista Crítica de Ciências Sociais. N.º57/58. Disponível em: <http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/article/2013/03/20130307143766.html#axzz3Jn6FmLWV> – consultado a 31 de maio 2016, pelas 15:18h.

Procinow, Miriam; SCHAFFER, W.B. Pequeno manual para elaboração de projetos. Rio do Sul: APREMAVI7AMAVI7FEEC, 1999, (Apostila de curso). Disponível em: <http://www3.fsa.br/murilo/ELABORA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROJETOS.pdf> Consultado 17 de Janeiro 2017: 21. 10m.

Prodanov e Freitas (2013), metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: www.feevale.br/editora Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7717-158-3- Consultado 23 de Setembro 2016: 22:01h.

Projeto Envelhecer e Violência: Disponível em: <http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ComInf/Noticias/Paginas/PubEnv elhecimento Violencia . aspx> - Consultado 05 de Abril 2016.

Quivy, Raymond. E CAMPENHOUD, LUC. VAN. (2003), “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, Lisboa, Gradiva.

Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2005). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva (4ª edição).

Redondo (2012) Violência Familiar /entre parceiros íntimos: da leitura e compreensão à intervenção em rede- Disponível em <http://www.violencia.online.pt/artigos/show.htm?idartigo=451> consultado em 12 de Setembro 2016.

Relvas, A. P. (1996). O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica. Porto: Afrontamento

Revista Impulso Positivo Maio/Junho 2015 nº 27- Pag 06-Lisboa

Robert, L. (1995). O Envelhecimento- Factos e Teorias. BBCC (Biblioteca Básica de Ciência e Cultural). Lisboa: Instituto Piaget.

- Rosa (2012) Projeto de Intervenção Comunitária “Baleizão-ALDEIA AMIGADAS PESSOAS IDOSAS”
Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3969/1/Projecto%20de%20mestrado%20Baleiz%C3%A3o%20-%20Aldeia%20Amiga%20das%20Pessoas%20Idosas.pdf>. Consultado 29 novembro 2016: 23:00m.
- Rosas (2015) Idoso, Vulnerabilidade, Risco e Violência: Que medidas de protecção? Disponível
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10553/1/Idalina%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Gon%C3%A7alves%20Rosas.pdf>- consultado em novembro 2016: 18:00h.
- Saldanha, H. (2009). Bem Viver Para Bem Envelhecer. Um Desafio à Gerontologia e à Geriatria. Lisboa, Editora Lidel.
- Salgado, Marcelo António. Os Grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. Políticas públicas para a habitação do idoso. A Terceira Idade, v. 39, São Paulo, 2007.
- Santos, (2008) -A Etapa de análise no Método História de Vida Uma Experiência de Pesquisadores de Enfermagem. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/12.pdf>-consultado, 25 de Setembro 2016: 15:39h.
- Santos (2012), Texto de Apoio Sobre o Diagnóstico em processos de intervenção social e desenvolvimento local-Disponível em- http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12.pdf consultado 26 de Setembro 2016: 16: 20h
- Schneide&Irigaray (2008) O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais Disponível <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>, consultado a 30 de julho 2016: 8:31h.
- Souza, Daniela Pereira de Souza e. Prevenção e abordagem da fisioterapia na osteoporose. Trabalho de Conclusão de Curso de Fisioterapia da Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio 2007. Disponível em: <http://www.eduardoassaf.com.br/monografias/2007/2007>
- Spindola e Santos (2003), Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?) – disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>- consultado 12 de dezembro 2016, 20:30m.
- Teixeira, P. (2008). Maus tratos infantis. Rio Tinto: Artescrita editora.
- Teles, Maria Amélia de Almeida. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. In: SOTER (Org). Gênero e teologia: interpelações e perspectivas. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola: Soter, 2003. (p. 51-66). ____; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- Treiner, Sandrine (2007). Em nome da “Honra”: Crimes no mundo muçulmano. In O

Livro Negro da Condição das Mulheres, (pp. 78-85) Braga: Tilgráfica, SA.

TSF Noticias (24 novembro 2016) - 22 mulheres foram assassinadas em 2016: Seis foram mortas pelos filhos ou netos Disponível em: <http://www.tsf.pt/sociedade/interior/22-mulheres-foram-assassinadas-em-2016-seis-foram-mortas-pelos-filhos-ou-netos-5515932.html>- consultado -25 de novembro de 2016 - 15:20h.

UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta– Disponível

<http://www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas/listagem-2004>-novembro de 2016 - 18:30h.

Walkes, L. E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper&Row-A dinâmica de um relacionamento violento- disponível em: <http://www.comportese.com/2014/09/a-dinamica-de-um-relacionamento-violento> - consultado dia 15 junho 2016, 21:20h.

Documentos Consultados:

- Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia
- Constituição da República Portuguesa
- Código Penal
- Declaração e Plataforma de Acção da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 -
- Lei nº61/91, de 13 de Agosto
- Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro
- I PNCVD -1999-2002 (RCM Nº 55/1999, 15 de Junho)
- II PNCVD- 2003-2006- (RCM Nº 88/2003, de 7 de Julho)
- III PNCVD- 2007-2010- (CRM Nº 83/2007, de 22 de Junho)
- IV PNCVD- 2011-2013- (RCM Nº 100/2010, de 17 de Dezembro)
- V P N C D - 2014 -2017 - (RCM Nº 103/2010 de 31 de Dezembro)
- Plano de Actividade do Centro de Acolhimento
- Regulamento Interno da Instituição

Apêndices

Apêndice. Histórias de vida temática ou focal

Apêndice 1. Narrativa 01- Ana, 91 anos

“Casei pela primeira vez com um militar da PIDE, vivemos juntos seis anos e tivemos dois filhos. Meu homem era muito violento sofri muitos maus tractos, fui espancada e humilhada, minha mãe dizia que, mulher quando não fazia os afazeres de casa levava nos cornos. Meu marido mais tarde morreu com uma doença má na garganta. Juntei-me com um senhor que veio da guerra, eu tinha medo dele à noite acordava aos gritos, coitado morreu de repente, tive pena dele, era muito bom para mim. Casei mais uma vez e tive mais dois filhos, meu marido era mau, batia-me quase todos os dias, por nada, foi assim durante quarenta anos, ele não aceitava os meus filhos, os miúdos sofreram muito, o mais velho foi para a guerra e lá morreu. O meu marido bebe muito vinho e fica violento. Antes não tinha estas casas, as mulheres sofriam muito nas mãos dos homens, eu tinha muito medo e vergonha, não dizia nada a ninguém. Ficou pior quando os meus filhos saíram de casa e foram à vida deles. Tive que chegar os 91 anos para perceber que não era certo o que meu marido fazia comigo. Há alguns meses ele espancou-me e meu filho chamou a GNR, fui para uma casa desta que recebem as mulheres maltratadas, fiquei lá duas semanas e voltei para minha casa, meu marido ficou muito bom comigo, meus filhos não queria que eu voltasse, chatearam, pouco dias depois ele voltou a beber. Queria que ele não bebesse, sem a bebida ele é um bom homem. Desta última vez quase morri, fui para o hospital e as doutoras mandaram-me para esta casa. Não quero mais voltar para casa ele vai mata-me, não quero dar trabalho os meus filhos, tenho que ir viver num lar.”

Apêndice 2. Narrativa 02- Maria, 69 anos

“Com 19 anos juntei-me com um rapaz de 25 anos, no começo vivíamos bem, a minha família gostava dele, não sei o que aconteceu, ele começou a dizer que eu era preguiçosa, não cuidava da casa, em casa, na frente de outras pessoas era bom comigo. Meu marido sempre ajudava as outras pessoas, mas era muito agressivo comigo, tudo que eu fazia estava mal. Ele não tinha trabalho e fomos viver na suíça, ficamos a viver na casa de um primo dele, até consegui a nossa casa, trabalhei muito, tinha que pagar a renda e sustentar a casa, meu marido

trabalhava, mas gastava todo o dinheiro em jogos e bebidas. Na suíça tivemos um filho, quando o rapaz nasceu ele ficou pior, não suportei e voltei para Portugal com meu filho. Meu marido veio logo à minha procura, voltei a morar com ele novamente. A paz durou pouco, começou tudo outra vez, agora não era só nomes fui espancada muitas vezes, ele dormia fora de casa e chegava revoltado com tudo, nunca fui capaz de dizer o que acontecia para a minha família, tinha muita vergonha, e podia ficar pior. O nosso filho era muito revoltado com o pai, certa vez agrediu o pai, foi preso e condenado por agressão, há quatros anos. Em 2013, meu marido faleceu, fiquei com o meu filho, mas os problemas, com meu filho ficou pior andava metido com drogas, depois da morte do pai queria sempre dinheiro para o vício, quando eu não lhe dava ele batia-me, passou a vender os móveis de casa e as suas roupas, eu não sabia o que fazer, pedir ajuda a GNR, tive que sair de casa. Hoje vivo aqui nesta casa de abrigo, mas meu filho anda à minha procura e diz que me vai matar. Queria voltar para minha casa, tenho tudo lá, mas tenho medo, meu filho está louco.”

Apêndice 3. Narrativa 03- Lúcia, 65 anos

“Fui casada 40 anos, um casamento feliz, tinha um bom companheiro, onde estava um estava o outro, trabalhei durante 25 anos numa empresa de costura, e o meu marido era mecânico de automóvel dos bons. Passado 2 anos de casados tivemos o nosso filho, hoje com 40 anos. O nosso filho com 16 anos começou a fumar charros, eu e o meu marido tivemos algumas guerras devido ao nosso filho, com 30 anos o meu filho foi viver com uma rapariga e tiveram uma filha linda, mas guerreavam muito, a companheira procurou tratamento, o meu filho não aceitou e acabaram por se separar e voltou para casa. Quando usava aquelas coisas ficava transtornado, e meu marido não aceitava o filho naquela figura, estava agressivo, agredia-me e ao meu marido, com palavras que doíam muito, a situação foi ficando cada vez mais grave, tivemos que o internar numa clínica. Gastamos muito dinheiro com ele, saiu da clínica para passar um final de semana e já não voltou. Há 3 anos fiquei viúva, meu marido morreu com o desgosto de ver o filho se degradando dia a dia. Com a morte do pai, meu filho entregou-se às drogas completamente e passou a agredir-me constantemente, amo o meu filho acima de tudo. Uma vizinha pediu ajuda para mim no NAV. Esta é a segunda casa de abrigo que venho. Vivo à base

de remédio para depressão, dói ver o meu filho nesta situação, ele é bom moço, liga-me e chora pede para que eu volte, não quero que prenda, não sei o que fazer é meu filho. Penso em voltar para minha casa, mas tenho medo do que possa acontecer, a minha família não quer saber de mim, devido ao meu filho.”

Apêndice 4. Narrativa 04- Silvina, 68 anos

“Engravidei muito nova e tive que casar, os meus sogros queriam mandar em minha casa. Eu era a empregada deles todos, o meu marido dava-me empurrões, estaladas na cara à frente de toda gente. Separei-me dele, como não tinha para onde ir, meus pais não me queriam de volta, tive que viver no mesmo tecto por 15 anos, foi muito difícil não tinha trabalho e dependia dele para sustentar, a mim e à minha filha. A falta de recurso para sair de casa me obrigou a suporta tudo que vivi, a minha família achava vergonhoso, eu ter deixado o marido, e pouco falava comigo, assim vivi por muitos anos. Acabei por conhecer uma outra pessoa, e sai de casa, fui considerada “pega” pelas pessoas da minha aldeia. Fui viver num monte distante da aldeia, tivemos 3 filhos, este meu companheiro não demorou nada, começou a andar com outras da aldeia. Eu não o conhecia bem, ele não era da minha aldeia, pensava ser um bom homem, fez-me passar as “passas do Algarve”, chorei muito, ele dava cabo da minha cabeça, suportava tudo pelos meus filhos. Ele fez muitas dívidas, tivemos que sair do monte, passei fome com os meus filhos, os meus filhos foram-me tirados pela segurança social, foram criados numa Instituição. O meu marido foi preso por agredir uma mulher que era amante dele. Quando saiu ficou por muitos dias triste, cheguei a ficar com dó dele e ao mesmo tempo com raiva por não ter meus filhos comigo por culpa dele. Eu comecei a trabalhar em casa duma família a servir, tinha que ter dinheiro para ir visitar meus filhos, numa tarde no verão cheguei em casa e encontrei o meu marido enforcado. Continuei com a minha vida meus filhos cresceram longe de mim, continuei a trabalhar. Juntei-me com outro companheiro e fui violentada com socos e pontapés. Não aguentei muito tempo, dei queixa e fui para uma casa de abrigo. Os meus filhos cresceram e procuraram-me, foram morar comigo, mas infelizmente um deles usava drogas, e era muito agressivo a tentar impedir que ele saísse de casa acabei levando chapadas na cara, a minha filha juntou-se com um rapaz que também a agredia. Pedir ajuda para o meu filho, mas não resultou, devidos as

violências tive que saiu de casa e fui para uma casa de abrigo. Nesta casa de abrigo já estive a minha filha por violência doméstica. Não sei o que fazer da vida já não tenho idade para viver assim. Quero paz, gostava de voltar para casa e viver em paz, mais nada.”

Apêndice 5. Narrativa 05- Antónia, 70 anos

“Depois de dez anos vivendo juntos resolvemos casar, o nosso casamento durou 45 anos, o meu marido trabalhava todo o dia, nós víamo-nos só à noite, era tudo muito bom. Passamos a trabalhar juntos no campo, tudo mudou, ele tinha muito ciúmes e tratava-me mal, por ter outros homens a trabalhar, ele gostava muito de beber álcool e chamava-me de nomes feios “puta”, parto-te os cornos e jogava-me objectos. Meu marido ficava bêbado e fazia xixi na cama, agarrava-me e passava a minha cara no colchão molhado de xixi. Fui espancada muitas vezes por ciúmes do meu marido. Não dei queixa, pensava que meu marido iria tomar tento. Eu não sabia onde buscar ajuda. Os meus vizinhos conheciam o que se passava em minha casa. Eu sentia vergonha das pessoas. A minha vizinha que morava acima da minha casa, ouvia os meus pedidos de socorro, mas não me ajudava. Recebemos a visita de um parente do meu marido, ele teve muitos ciúmes de mim e disse que eu estava de “olhinhos” para o homem. Quando a visita saiu, o meu marido aventou um fogareiro em mim, fiquei com o pé negro. A minha sobrinha apresentou queixa na polícia, mas não deu em nada. Fui trabalhar a dias em algumas casas, já não tínhamos dinheiro para comer, eu trabalhava muito e ele tirava o que eu ganhava. Um dia sai para trabalhar e tomei coragem, fui à GNR pedir ajuda. Eles mandaram eu voltar para casa, esperar que a bebedeira do meu marido passasse, se ele me batesse novamente era para eu voltar ao posto. Não voltei para minha casa, fui para casa da minha patroa que era minha vizinha mais distante. No dia seguinte fomos à Cáritas, fui atendida por uma doutora que me mandou para esta casa de abrigo. Tenho pena de não ter tido filhos, mas deus sabe o que faz, engravidei 3 vezes e perdi devido às tareias. Penso em morar nesta vila, gosto muito de estar aqui, gostava arranjar uma casa e ter paz.”

Apêndice 6. Narrativa 06- Bernarda, 73 anos

Sinto uma dor muito grande, separei-me do meu marido devido à bebida. Tivemos um filho, queria muito ser mãe. Sempre que meu marido chegava bêbado a casa parecia outra pessoa, um louco sem tamanho, queria sexo, sexo só pensava nisto, eu não queria, estava cansada do trabalho no campo, como não queria levava, batia-me, chamava-me de “puta”, que eu estava com outro. Fui espancada com um pedaço de pau, tive que fugir de casa com meu filho pequeno, o desespero foi tanto que deixei o meu filho no banco do jardim, não sabia o que estava fazendo. Deixei o meu filho e sofro até hoje pelo que fiz, nunca mais fui a mesma sofro todos os dias. O vizinho viu o rapaz na alcofa, conheceu e acarreou o meu bebe. Fui-me embora sem destino, só queria sair daquele lugar e nunca mais voltar, tenho tanto arrependimento por ter deixado para trás um inocente. O pai não quis saber do miúdo, foi criado pelo meu vizinho. A vida foi dura comigo, mas eu mereci cada sofrimento. Anos depois casei outra vez noutra lugar, com este meu marido no começo parecia estar tudo bem, mas não demorou muito começou a tratar-me mal, tive muitas nódoas negras no rosto, fui muito infeliz, não tinha direito de sair de casa nem falar com outras pessoas. Todos os dias guerras, palavrões, cada dia pior. Fui ao café numa manhã de Janeiro, na volta o meu marido estava escondido atrás de um poste de luz, quando o vi estava com um pau a dá-me, a tarefa deixou-me em coma num hospital em Évora. Meu marido não tinha medo da polícia ia para porta do hospital e dizia que iria terminar o que tinha começado. A sobrinha do meu marido apresentou queixa a GNR. A polícia esteve no hospital para falar comigo, mas eu estava em coma, depois de 15 dias oficializei a queixa. Fui encaminhada do hospital para uma casa de abrigo, designaram um advogado, fui com as doutoras e contei tudo, o processo foi para tribunal, mas devido a idade do meu marido não vai dar em nada, os policiais dizem que ele é um homem velho e doente, ele passou a ser a vítima. Eu perdi a visão do olho esquerdo, fiquei de cadeira de rodas devido a agressão, tive que sair da minha casa. Menina não é fácil sair da nossa casa e viver dependendo de outras pessoas, eu nem consigo tomar um banho sozinha, devo esta a pagar por ter abandonado o meu filho, sei que ele está bem, melhor do que eu que não tenho para onde ir. Futuro não conto com isso, sei que tenho que ir para um lar, mas gostava muito de pedir perdão ao meu filho.

Apêndice 7. Narrativa 07 – Canária, 78 anos

“Sou viúva há alguns anos, meu marido tinha mais 2 filhas de outro casamento .As filhas nunca tiveram preocupação com o pai, tínhamos um casamento feliz, tivemos uma filha, hoje com 47 anos. A minha filha sempre teve de tudo, não estudou mais porque não quis, éramos uma família feliz. A minha filha com 14 anos começou a ficar diferente a responder mal ao pai, saía de casa sem dizer para onde ia e mentia ao dizer que ia para casa de parentes e não aparecia lá, a situação ia-se agravando, não percebíamos o que estava a passar com nossa filha. Num dia do mês de janeiro, que não me lembro da data ao certo, a nossa filha chegou em casa de madrugada, guerreei com ela, tinha só 14 anos, ficou irritada e deu me uma chapada, foi o pior sentimento que senti, não esperava que ela fosse fazer o que fez, chorei muito, a minha filha porquê me fez isso? Não disse ao meu marido, escondia tudo dele, talvez fiz mal. Minha filha já não ia à escola, saía com os amigos e chegava de madrugada. Como meu marido só vinha em casa nos finais de semana trabalhava, não demorou muito e percebeu. A filha chegou de madrugada bêbada e agrediu o pai. As agressões passaram a ser frequentes nomes muito feios, sofremos durante anos com a nossa filha. O pai já estava muito doente e sofreu com o desgosto até aos últimos dias de vida. Eu queria ter morrido junto com ele. Fiquei a sofrer, a minha filha não me respeitava, com a morte do pai passou a agredir-me com pontapés e empurrões, pensava que eu era a filha. Numa destas agressões a vizinha chamou a polícia, que foram a minha casa e queriam que eu apresentasse queixa contra a minha filha, não tive coragem. Ela arranjou um homem e levou para dentro da minha casa, os dois bebiam muito, não trabalhavam, vivíamos da minha reforma sem mais nenhum rendimento. Eu não tinha liberdade na minha própria casa. Tempos depois fui eu a procurar ajuda e apresentar queixa contra a minha filha. Tive que sair da minha casa, a minha filha tem um filho de 4 anos e não tinha para onde ir. Ela e o marido bebem muito e usam drogas, não sei como eles cuidam do meu netinho, era eu a cuidava. Gostava de ter o meu netinho comigo, ele está sinalizado na CPCJ e não tem mais ninguém só a mim. Queria ter um quarto e buscar o meu neto para ficar comigo, ele precisa de mim.”

Apêndice 8. Narrativa 08 – Bela, 67 anos

Aos 14 anos tive um relacionamento com um agente da PSP de 34 anos, vivemos em união de facto por 20 anos, não tivemos filhos. Este meu companheiro era muito difícil de conviver num momento estava feliz noutra tratava-me abaixo de cão, o pior foi quando ele abusou da minha mana com 11 anos. Eu teria suportado a vida que vivia, mas o que ele fez a rapariga não, saí de casa e fui perseguida, maltratada, não voltei para casa, fui morar com uma tia no Porto. Trabalhei em casa de família e com 29 anos conheci um rapaz de 26 anos, gostamos um do outro e fiquei grávida, fomos viver na mesma casa. Tive um rapaz e continuei a trabalhar com a mesma família, levava o rapaz comigo, voltava para casa tinha que cuidar dos afazeres, meu marido chegava logo depois de mim. O grande defeito do meu marido era os ciúmes que tinha de mim, talvez pela diferença de idades, não sei, eu era uma mulher bonita, e isso aumentava os ciúmes, não me deixava sair de casa, não podia falar com ninguém. Mesmo com pouca idade o meu marido tinha mais dois filhos com outra mulher que depois do nascimento do nosso filho, passou a trazer o filho mais velho que passou a ficar em nossa casa. Eu tinha que trabalhar e não tinha como cuidar do filho dele, este foi o motivo para ser espancada pelo meu marido. Penso que ele queria o filho em nossa casa para eu não sair, nem mesmo para o trabalho. O sentimento de revolta tomou conta de mim a cada dia, não podia falar com minha família que vivia no Alentejo, sofri, chorei sozinha. A minha patroa dispensou-me, fiquei sem trabalho com um filho pequeno para cuidar, fui trabalhar no campo nas campanhas, meu filho cresceu já sabia cuida -se. Com 56 anos, fui tirar um curso de cozinha, queria ter um trabalho, não consegui, o meu marido fez-me desistir, voltei para o campo e continuei até pouco tempo. Fui tirar uma formação no Centro de Emprego, devido aos ciúmes tive o meu braço partido pelo meu marido, fui ao hospital e menti disse que tinha caído foi o mesmo que disse no meu curso, tinha vergonha de dizer o que tinha acontecido, mas uma vez deixei de fazer o que eu gostava. Acostumei-me à vida que tinha, envelheci, meu filho casou, teve seus filhos. No dia 10 de Agosto 2016, fiquei muito maltratada, meu marido espancou-me e fui levada para o centro de saúde e a médica já não me deixou sair, vim para uma casa de abrigo, não podia mais voltar para casa, apresentei queixa para poder ficar aqui e ter ajuda. Gostava de morar numa casa sozinha.”

Apêndice 9. Narrativa 09–Carlota, 66 anos

Sou casada com meu marido há 50 anos, foi sempre uma vida com muitas dificuldades, tivemos 3 filhos, trabalhamos no campo muito tempo. Pela falta de condições, não tínhamos escola perto para os gaitos estudarem, tivemos que mudar para a aldeia. A vida na aldeia foi ainda mais difícil no campo tínhamos horta e animais, na aldeia não tinha trabalho, não tínhamos estudos o que sabíamos era lidar no campo, fomos sustentados pelos meus sogros que eram reformados. Tudo isso fez com que meu marido ficasse nervoso e guerreava com toda gente, começou a beber, a passar os dias nas tabernas, chegava em casa bêbado aos berros, agredia os meus filhos e a mim, foram tempos difíceis. Sempre cuidei da minha casa e dos meus filhos, mesmo assim fui muito maltratada com nomes feios, empurrões e chapadas. Jogava os meus filhos contra mim, foram anos de tristeza em silêncio, era vergonha para minha família se eu falasse do que acontecia dentro da minha casa. Fiquei calada por anos, a minha sogra sofria até mais do eu com meu sogro e também não reclamava de nada, reclamar para quem? Meu marido dava-me homens, para ele eu era uma sem vergonha. Tenho um filho que saiu ao pai trata mal a mulher, já foi a tribunal e tudo, tenho pena, eu não o ensinei ser assim. Estou nesta casa de abrigo, do hospital mandaram-me para cá. Fiquei em coma e perdi a visão de um olho devido a um soco que meu marido me deu. Hoje estou cega longe da minha família dos meus filhos e netos, vivo às custas de muitos medicamentos. Sei que daqui tenho que ir para um lar pelo tempo de vida que me resta.”

Apêndice 10. Narrativa 10– Mariana 72 anos

“Em menina nunca tive uma vida fácil, os meus pais batiam-me e nos meus irmãos. Casei e pensava que teria uma vida melhor, mas não foi. Tive um único filho, dei-lhe de tudo, fiz o que podia fazer por ele, olha a paga que me deu. Meu marido desde o começo do casamento que era mau, não tinha carinho nem pelo filho. Ele destrava-me à frente das pessoas, ficava sempre em casa, não queria sair com ele, tinha vergonha, as pessoas viam como eu era tratada. O menino portava-se mau na escola, tinham sempre reclamação da professora, repetiu de ano muitas vezes ele não gostava de estudar, terminou a 4ª classe. Meu filho foi para a tropa, estive na guerra em África, voltou revoltado e muito agressivo comigo e com o pai. Dois

anos depois da volta do filho, meu marido faleceu de insuficiência renal, ficamos os dois em casa. Meu filho não trabalhava e gostava das noitadas, beber e fumar. Não tínhamos dinheiro, a renda da casa era de 187,11€.Da pensão que eu recebia do meu marido, com este dinheiro eu tinha que sustentar a casa, meu filho queria sempre dinheiro para os vícios, eu tinha que comprar remédio para ele, que voltou da guerra com muitos problemas de cabeça e se entregou à bebida. Muitas vezes não tínhamos nem pão em casa, passamos fome, muitas vezes tive que pedir ajuda para comer. Meu filho estava desequilibrado, chamava-me nomes, dava-me empurrões e chutes, partia tudo em casa. Pedi ajuda para ele fazer tratamento, melhorava, mas voltava tudo outra vez, cada vez ficava mais agressivo e dizia que ia cortar o meu pescoço. Tenho muito medo, ele vai cumprir as ameaças. Ele chegou bêbado e queria dinheiro, eu não tinha ele empurrou-me, cai e cortei a cabeça, desmaiei. Acordei no hospital, não sei como cheguei lá, agora trouxeram-me para cá, nunca tinha saído da minha casa, meu filho precisa de ajuda. Não volto mais para minha casa, nesta idade tenho que ir para o lar.”

Apêndice 11. Quadro I. Cronograma Ano:2016

Actividade realizadas	Abril	Maió	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Definição do tema, pergunta de partida e objectivos								
Pesquisa e Análise bibliográfica e documental sobre o tema								
Observação e análise do meio envolvente.								
Conhecer o funcionamento da Instituição								
Recolha de informação sobre a visão da comunidade acerca das residentes e da Casa de abrigo.								
Análise das informações recolhidas na comunidade.								
Elaboração de um inquérito caracterização pessoal.								

Apêndice 12. Quadro II. Cronograma -Ano: 2017

Actividade realizadas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Realização e análise de um inquérito de caracterização pessoal das participantes do estudo.						
Elaboração do guião da narrativa de história de vida temática ou focal.						
Recolha das histórias de vida						
Análise dos dados recolhidos						
Elaboração do guião da entrevista com técnicos.						
Recolha de entrevistas e Análise						
Elaboração e entrega carta convite						
Projecto de intervenção (Criar associação de Artes e Ofícios)						
Elaborar os Estatutos da Associação						
Regulamento interno da Associação						
Apresentação do projecto à comunidade						

Apêndice 13. Quadro III. Plano de Acção da Investigação

Acções a desenvolver	Objectivos	População Alvo	Metodologias		Local a realizar	Tempo	Recursos		Parceria
			Estratégias	Técnicas			Humanos	Materiais Logístico	
Pesquisa e Análise bibliográfica e documenta sobre o tema.	Compreender toda a problemática da violência doméstica;								
Conhecer o funcionamento da Instituição	-Conhecer o funcionamento das respostas sociais existentes na instituição -Conhecer a estrutura da instituição	Técnico da instituição /funcionários /residentes	Conversa Informal com os técnicos e residentes para obter informações sobre a instituição e sobre as vivências destas mulheres;	Recolha de informação através de: observação directa e diálogo	Instituição em questão	18 dias	Investigadora	Caneta Papel	

Pesquisa e Análise bibliográfica e documental: informação/dados da instituição.	Conhecer a problemática individual de cada possível participante no estudo.	Residente e ex-residente	Consultas aos documentos e processos da Instituição	-Pesquisa e análise documental	Secretaria e gabinetes da instituição.	1 Semanas	Investigadora	-Registo -Material Informático e Documental.	
Recolha de informação respectiva às residentes da resposta social	Caracterizar a população alvo (residentes e ex residente da Casa de Abrigo.	Residentes e ex-residente Casa de Abrigo	Agrupamento dos dados recolhidos por análise processual e posterior tratamento e compilação estatística.	Análise de conteúdo	Casa de Abrigo	2 Semanas	Investigadora	-Processos das residentes e ex-residentes -Papel; -Caneta; -Computador	
Conversa informal com pessoas da comunidade local	Conhecer a visão de pessoas da comunidade a cerca da casa de abrigo e também das residentes.	Comunidade local.	Diálogo informal	Recolha de informações através de diálogo.	Acção social Pastelarias Multifacetado	8 dias	- Investigadora	-Papel; -Caneta;	
Visitas há mulheres ex residente da casa de abrigo.	Formalizar o convite para participar do estudo.	Ex-residente da casa de abrigo	Dar a conhecer o objectivo da investigação.	Explicar o contexto do estudo;	-Residência -Unidade Residencial para Idosos	4 Manhãs	Investigadora	-Papel; -Caneta;	

Realização de um inquérito de caracterização pessoal das participantes do estudo.	Recolher dados pessoais a cerca da idade, escolaridade, estado civil, nº de filhos e profissão.	Residente e ex-residente da casa de abrigo.	Aplicação do inquérito individualmente	Questões simples e objectivas	-Casa de abrigo -Residência	4 dias	Investigadora	Inquéritos Caneta Mesa Cadeira	
Elaboração do guião para recolha das histórias de vida	Nortear o processo da recolha das histórias de vida	Residente e ex-residente da casa de abrigo.	Narrativa individual	Diálogo individual	-Casa de abrigo -Residência	2 dias	Investigadora	Computador Papel	
Recolha das histórias de vida	Conhecer o fenómeno da violência doméstica em mulheres idosas, através da narrativa em primeira pessoa.	Residente e ex-residente da casa de abrigo.	Recolha da narrativa individual	Narrativa individual	-Casa de abrigo -Residência	30 dias	Investigadora	Papel Caneta Computador	
Elaboração/ realização de um guião de entrevista com técnicos	Conhecer a visão por parte dos técnicos que trabalham com a problemática	Técnicos afectos a instituições envolvida com a problemática.	Entrevista agrupada Por temática	Entrevista individual	Instituições	12 dias	Investigadora	Papel Caneta Computador	

Analise das narrativas de vida	Buscar nas narrativas resposta para pergunta de partida	Residentes e ex-residente Casa de Abrigo	Agrupamento por problemática	Sinopse		10 dias	Investigadora	Papel Caneta Computador	
Analise das entrevistas aos técnicos	Aprofundar conhecimento sobre o fenómeno	Técnicos afectos a instituições envolvida com a problemática.	Agrupamento por problemática	Divisão por problemática		4 dias	Investigadora	Papel Caneta Computador	
Elaboração do projecto de intervenção	Instrumento de trabalho que servirá de suporte para inclusão social das mulheres idosas vitimas de violência domestica na comunidade local.	Residente e ex-residente da casa de abrigo e comunidade local.	Associação de Artes e Ofícios	Oficinas Trabalhos manuais	-Sede da associação -Escolas -Junta de freguesia	Secções de 2horas	Artesãos/residentes e ex-residentes da casa de Abrigo	Conforme cada oficina	

Apêndice 14. Quadro IV. Avaliação do processo de investigação

Ficha de Avaliação das Acções				
Denominação da Acção	Objectivos	Critérios de Avaliação		
		Eficácia	Eficiência	Adequabilidade
<p>- Determinar o tema, pergunta de partida e objectivos.</p> <p>-Pesquisa e Análise bibliográfica e documental sobre o tema</p>	<p>-Definir o tema e elaborar a pergunta de partida e os objectivos.</p> <p>-Buscar informações a cerca do tema</p>	<p>Foi eficaz, pois sanou as dúvidas existentes da investigadora, e aguçou novas questões a serem questionadas.</p>	<p>Foi eficiente, na medida em que não apresentou qualquer tipo de custos, apenas disponibilidade de tempo.</p>	<p>Adequado, pois permitiu conhecer como se inicia o processo de um estudo investigatório.</p>
<p>-Observação e análise do meio envolvente.</p> <p>- Recolha de informação sobre a visão da comunidade a cerca das residentes e da Casa de abrigo</p>	<p>-Conhecer o meio em que está situado a casa de abrigo.</p> <p>-Perceber o grau de aceitação da comunidade local sobre a casa de abrigo e as residentes.</p>	<p>- É fundamental conhece o meio no qual iremos realizar uma investigação.</p> <p>-O contacto com a comunidade onde está localizado o nosso publico alvo, e conhecer a visão desta comunidade sobre o tema a ser investigado é de grande valia para a investigação.</p>	<p>A eficiência está nas informações adquiridasna comunidade.</p>	<p>Adequado, pois, permitiu conhecer questões relacionadas com a casa de abrigo e residentes através da comunidade local.</p>

Conhecer o funcionamento da Instituição	-Compreender como funciona a resposta social Centro de Acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos.	Foi eficaz, uma vez que permitiu à investigadora conhecer a resposta social e o funcionamento da instituição.	Foi eficiente, no que diz respeito aos custos, pois não foi necessário fazer qualquer despendimento em relação a isso.	Adequado, pois procedeu a uma análise mais detalhada da resposta social em questão.
Realização e análise de um inquérito de caracterização pessoal das participantes do estudo.	Recolher dados pessoais a cerca da idade, escolaridade, estado civil, nº de filhos e profissão.	Permitiu conhecer dados importantes sobre as participantes na investigação.	Bastante eficiente visto que a investigado aproximou e conheceu melhor as participantes.	Adequado na medida em que a investigadora ficou a conhecer detalhes importantes sobre as participantes.
Elaboração do guião e recolha das narrativas de histórias de vida temática ou focal.	-Definir quais questões abordar no guião -objectivar o que queria de facto saber sobre a violência vivida por cada participante.	Foi eficaz, pois permitiu conhecer detalhadamente o que é viver com violência e as consequências destas agressões.	Eficiente, proporcionou a investigadora conhecer e participar de uma narração em 1ª pessoa a cerca da violência doméstica em mulheres idosas.	Adequado para sequência da investigação.
Elaboração do guião e recolha de entrevista com técnicos.	Sintetizar problemáticas afins ao tema.	Eficaz ao ponto de conhecer a visão/opinião de técnicos que lidam com a violência em contexto familiar.	Foi eficiente, o ponto de vista de cada técnico possibilitou uma maior reflexão sobre as temáticas abordadas.	Adequado possibilitou maior reflexão sobre o tema, levando em consideração a opinião dos técnicos que participaram.
Projecto de intervenção (Criar associação de Artes e Ofícios)	-Proporcionar a inclusão social das mulheres idosa vitimas de violência em contexto família à comunidade local.	Será eficaz se atingir todos os objectivos definidos.	Será eficiente se todas as mulheres idosas vitimas de violência em contexto familiar sentirem integrada na comunidade local.	Será adequado quando tivermos resultados concretos.

Apêndice 15. Guião nº 1 – Historias de vida: Mulheres Idosas



Guião de entrevista aberta Relato de vida focal ou temático



Esta entrevista insere-se no âmbito da preparação da dissertação de Mestrado em Psicogerontologia Comunitária pelo Instituto Superior de Educação de Beja desenvolvida pela mestranda Jaciara Pereira de Oliveira, sob orientação dos Professores Doutores José Pereirinha e Miguel Bento.

Esta entrevista dirige-se a mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar.

O propósito deste estudo é compreender a violência em contexto familiar em mulheres idosas, através de narrativa em primeira pessoa.

A entrevista terá a duração aproximada de 60 minutos. A participação neste estudo é voluntária. Assim, a entrevista será em formato escrito. Caso aceite participar, deverá antes de mais prestar o seu consentimento informado. Apenas os investigadores envolvidos no projecto terão acesso aos dados e, por isso, as respostas são totalmente confidenciais. Antes de começar o seu preenchimento certifique-se que vê esclarecidas quaisquer dúvidas que possa ter. Questões adicionais sobre o estudo poderão ser dirigidas a mestranda.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro ter sido informado(a) e estar ciente dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, da participação voluntária no mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, disponho-me a participar no mesmo e a responder de forma sincera.

Data: __/__/__

Assinatura

DADOS PESSOAIS

Idade: _____ D.N. (opção): ____/____/____ Sexo: _____
Estado Civil: _____ Filhos: Sim /Não _____
Local de residência (Origem) _____
Ano de escolaridade completa _____

Guião das entrevistas semiestruturadas

1. Relato de vida

1.1. Fale-me sobre o seu percurso de vida?

1.2. História da relação íntima violenta?

2. Cenário referente a violência em contexto familiar

2.1. Como define a violência sobre a mulher?

2.2. Descrevas os factores que contribuíram para a consciencialização e denúncia?

2.3. Relate sobre o encaminhamento para casa de abrigo?

3. Ser idosa e ser vítima de violência em contexto familiar

3.1. Quais foram os impactos em sua vida devido a violência

3.2. Perspectiva futura?

Obrigada pela sua colaboração que será de grande importância.



Guião de Entrevista



Esta entrevista insere-se no âmbito da preparação da dissertação de Mestrado em Psicogerontologia Comunitária pelo Instituto Superior de Educação de Beja desenvolvida pela mestranda Jaciara Pereira de Oliveira, sob orientação dos Professores Doutores José Pereirinha e Miguel da Conceição Bento.

Esta entrevista dirige-se a representantes de entidades afectas à protecção de mulheres vítimas de violência em contexto familiar.

O propósito deste trabalho é compreender a violência em contexto familiar em mulheres idosas, o processo de institucionalização e de autonomização destas vítimas.

O preenchimento desta entrevista terá a duração aproximada de 30 minutos. A participação neste estudo é voluntária. Assim, a entrevista será efectuada por escrito para os fins desta investigação. Caso aceite participar, deverá antes de mais prestar o seu consentimento informado. Apenas os investigadores envolvidos no projecto terão acesso aos dados e, por isso, as respostas são totalmente confidenciais. Antes de começar o seu preenchimento, certifique-se que vê esclarecidas quaisquer dúvidas que possa ter. Questões adicionais sobre o estudo poderão ser dirigidas a mestranda.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro ter sido informado(a) e estar ciente dos propósitos e termos em que decorrerá o presente estudo, da participação voluntária no mesmo, dos limites da confidencialidade e das demais questões, disponho-me a participar no mesmo e a responder de forma sincera.

Data: __/__/__

Assinatura

DADOS PESSOAIS

Idade: _____ D.N. (opção): ____/____/____ Sexo: _____

Estado Civil: _____ Filhos: Sim /Não _____

Cargo ocupado: _____ Tempo de Função: _____

GUIÃO DA ENTREVISTA

Problemática

1. Como considera que está Portugal em termos legislativos no que refere à resposta ao problema de violência em contexto familiar?
2. Como podemos compreender o número crescente em Portugal de mulheres idosas vítimas de violência doméstica em contexto familiar?
3. Quais pensa serem as maiores dificuldades e as maiores necessidades das vítimas de violência em contexto familiar, principalmente mulheres idosas?
4. O que considera serem as expectativas das vítimas de violência em contexto familiar quanto ao sistema de justiça criminal?
5. Quais os factores que são tidos em consideração quanto ao processo de autonomização/ inclusão das mulheres idosas vítimas de violência?

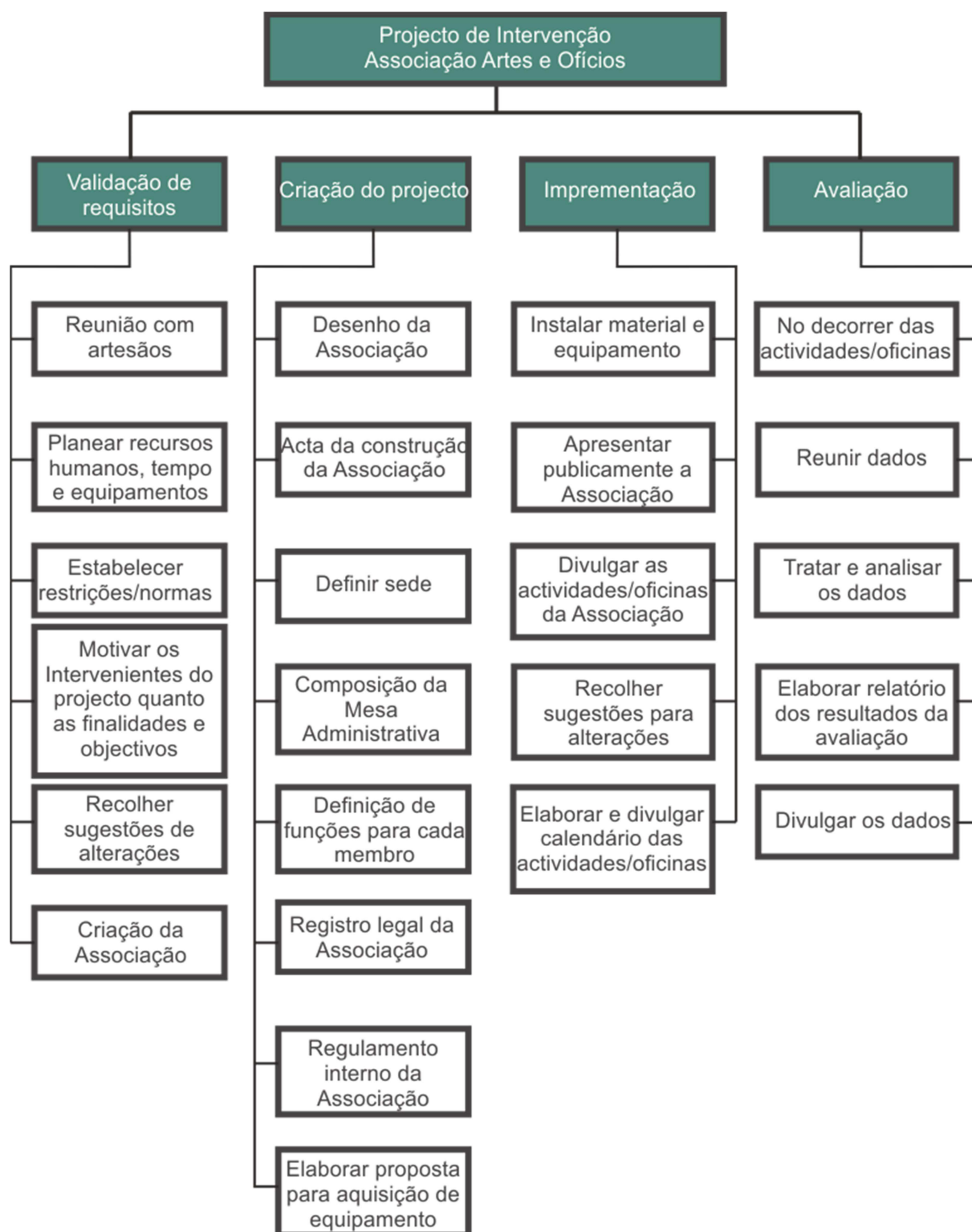
Obrigada pela sua colaboração que será de grande importância.

Apêndice 17. Quadro V - Diagnóstico

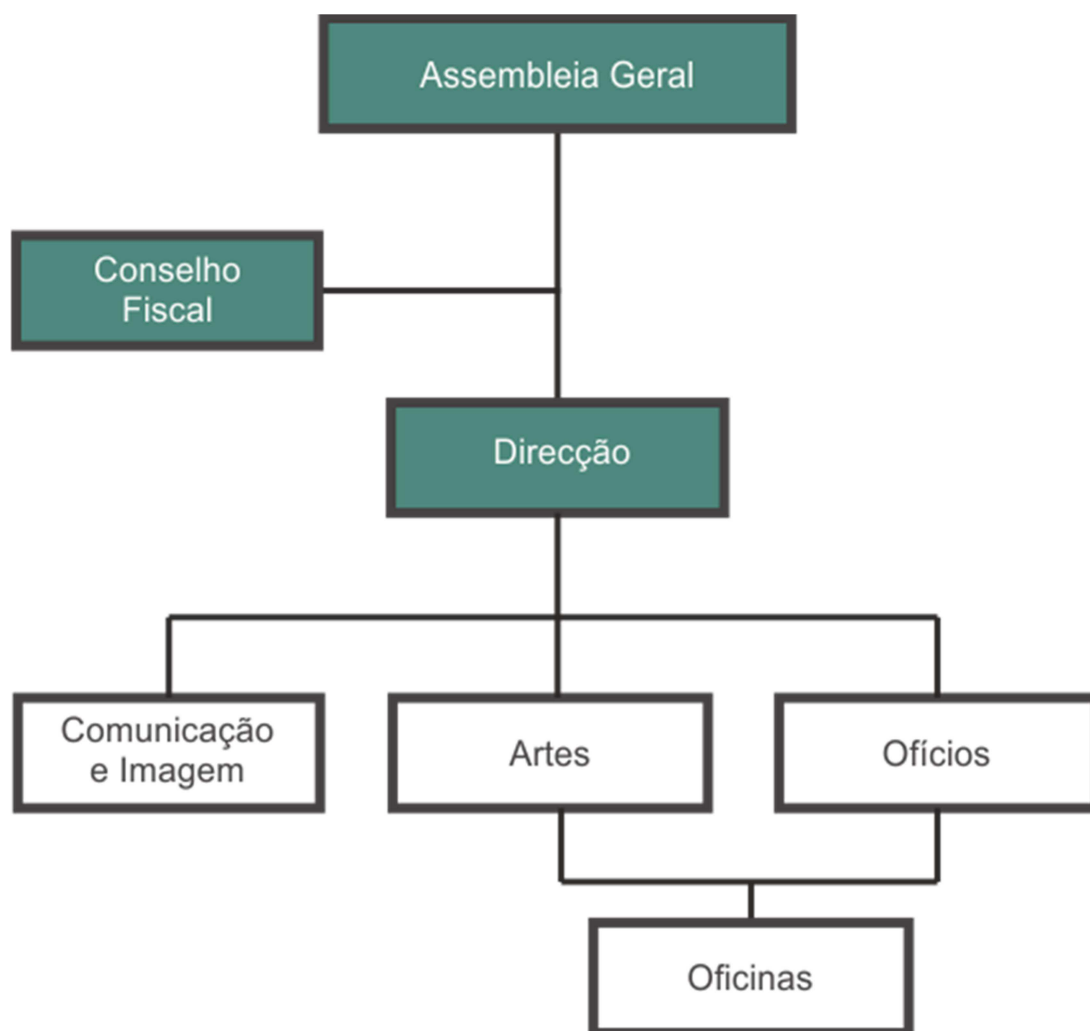
Problemas Sociais Sinalizados	Causas Sinalizadas	Efeitos Sinalizados
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pobreza ; ▪ Violência Doméstica ▪ Exclusão Social ; ▪ Discriminação. ▪ Dependência da Casa abriga; ▪ Separação familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fragilidade na saúde ▪ Masculinidades ; ▪ Situação económica ; ▪ Alcoolismo ; ▪ Problemas psicológicos ; ▪ Ciúmes ; ▪ Consumo de estupefacientes; ▪ Violência como forma de solução de conflito. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vergonha; ▪ Ferimentos Ligeiros ; ▪ Ferimentos Graves ▪ Depressão ; ▪ Trauma ; ▪ Medo do agressor ; ▪ Medo de sair de casa ; ▪ Dependência de ansiolíticos, anti-depressivos e anti-hipertensivos ;

Elementos Sinalizados que dificultam a resolução do problema	Elementos Sinalizados que possibilitam a resolução do problema
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A não autonomização da vítima ao sair da Casa de Abrigo; ➤ Retorno da vítima para o agressor; ➤ A ausência de rendimentos; ➤ A idade avançada; ➤ A quantidade de queixas de Violência por parte da mesma vítima; ➤ A não autonomização da vítima ao sair da Casa de Abrigo; ➤ A localização da Casa Abrigo; ➤ Desrespeito a regra de confidencialidade pela vítima; ➤ As dúvidas por parte da vítima. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formação /informação acerca da violência doméstica na comunidade local; ➤ Apoio jurídico; ➤ Desempenho profissional da equipa técnica; ➤ Apoio a nível de saúde; ➤ Acesso a apoios estatais; ➤ Parceria entre a Casa de abrigo e outras entidades ➤ Projecto para integração social

Apêndice 18. Organograma I- Projecto de intervenção/Associação Artes e ofícios



Apêndice 19. Organograma II - Órgãos Sociais da Associação Artes e Ofícios



Apêndice 20. Carta convite

Carta Convite

-----, 11 de maio de 2017

Prezados Artesãos e concelho.

Temos a grata satisfação de convidá-los para a Assembleia de Constituição da

Associação Artes e Ofícios que será realizada conforme segue:

Dia: 29/05/2017

Hora: 19h00min às 21h00min

Local: -----

Rua-----

Contamos com a vossa presença.

Atenciosamente,

Acta de Constituição da Associação

Termo de Abertura

Vai este livro servir para as actas das reuniões e deliberações da Associação Artes e Ofícios do Concelho, localidade-----data-----

É assinado por um membro da Associação, que rubricará todas folhas do livro.

A acta deverá ser elaborada nos seguintes termos:

Ata nº

Aos (por extenso) -----dias do mês de -----de dois mil e dezassete, pelas ----- horas e -----minutos, realizou-se na sua sede, sita (local da sede) -----, a primeira reunião da Assembleia Geral da Associação.

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

- 1- Aprovação do nome da Associação
- 2- Aprovação dos Estatutos
- 3- Aprovação da sede
- 4- Aprovação do logótipo da Associação

(Se entender colocar outras questões à discussão nesta assembleia Geral de constituição, pode fazê-lo mas lembre-se que tudo deve constar da ordem de trabalho).

Estiveram presentes os seguintes membros:

Nome

Rubrica

(os membros devem assinar o próprio livro, após o nome)

Antes de se dar inicio à reunião foi nomeado a Mesa que preside aos trabalhos da Assembleia Geral, cuja composição é a seguinte:

Presidente-----

Vice-presidente-----

Secretário-----

A reunião da Assembleia Geral iniciou-se com o primeiro ponto de Ordem de Trabalhos.

Posta à discussão a Assembleia Geral aprovou a designação -----para a Assembleia, por -----votos a favor e-----votos contra (ou unanimidades).

Passou-se de seguida ao segundo ponto da Ordem de Trabalho, tendo sido posto à discussão o projecto de estatutos existentes.

(descrever o projecto)

Após a discussão foi o projecto posto à votação, tendo recolhido -----votos a favor e -----contra (ou unanimidades).

(Se houver alterações ao projecto, deve-se transcrever, além do projecto, a versão final).

Foi apresentada à Mesa uma moção em que a Assembleia Geral delega nos membros da Associação (nomes) poderes para todos os actos necessários à outorga da escritura de constituição da Associação.

Esta moção foi aprovada por-----

Foi, ainda, apresentado um voto de confiança à Mesa para a elaboração da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Seguem - se as assinaturas.

Atenção:

- Tem de ser aprovada a moção referida na ata para que apenas alguns membros (no máximo 4) vão ao notário fazer a escritura.

-Por questão estética, não se pode escrever nas margens do livro das atas, a ata não pode ter rasuras e todas as linhas ou partes de linhas não escrita têm de ser traçadas com riscos.

Apêndice 22. Logotipo da Associação Artes e ofícios



Associação

Artigo 1.º

1. A associação, sem fins lucrativos, adapta a denominação **Artes e Ofício do Concelho** e tem a sede na -----, e constitui-se por-----
2. A associação tem o número de pessoa colectiva -----e o número de identidade na segurança social-----.

Artigo 2.º

Fim

A associação tem como finalidade:

- I. Promover a integração social na comunidade local de mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar através das artes e ofícios;
- II. Promover programas sociais;
- III. Promover actividades e programas de artes e ofícios;
- IV. A interligação entre o sector das artes e ofícios e a comunidade;
- V. Resgatar as artes e ofícios a tempos perdidos;
- VI. Promover oficinas de artes e ofício na comunidade;
- VII. Promover e incentivar a cultura;
- VIII. Promover o voluntariado;
- IX. Promoção de programas de desenvolvimento económico e social;
- X. Desenvolver política de apoio à organização de feiras de artesanato;
- XI. A promoção das artes e ofícios além fronteiras, através da parceria com instituições;
- XII. A comercialização do artesanato numa perspectiva promocional das variadas cultura.

Artigo 3.º

Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) A jóia inicial paga pelos sócios;
- b) O produto das quotizações fixadas pela assembleia-geral;
- c) Os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das actividades sociais;
- d) As liberalidades aceitas pela associação;
- e) Os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º

Órgãos

1. São órgãos da associação a assembleia-geral, a direcção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de três anos.

Artigo 5.º

Assembleia Geral

1. A assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A competência da assembleia-geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.
3. A mesa da Assembleia Geral é composta por três associados, um presidente, vice-presidente e um secretário, competindo -lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas atas.

Artigo 6º

Direcção

1. A Direcção, eleita em Assembleia Geral, é composta cinco associados.
2. À direcção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, e representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecido no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 7º

Conselho fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia-geral, é composto por três associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8º

Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia-geral.

Artigo 9º

Extinção. Destino dos bens. Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afectados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objecto de deliberação dos associados.

Estatutos

Capítulo 1

Denominação, Domicílio e Objectivos Sociais.

Artigo 1º

Com a denominação de Associação **de Artes e Ofícios do Concelho**, constitui-se no dia 27 de Julho de 2017, uma Associação sem fins lucrativos, com domicílio na vila da-----

Artigo 2º

São os seus objectivos sociais:

- I. Promover a integração social na comunidade local de mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar através das artes e ofícios;
- II. Promover programas sociais;
- III. Promover actividades e programas de artes e ofícios;
- IV. A interligação entre o sector das artes e ofícios e a comunidade;
- V. Resgatar as artes e ofícios a tempos perdidos;
- VI. Promover oficinas de artes e ofício na comunidade;
- VII. Promover e incentivar a cultura;
- VIII. Promover o voluntariado;
- IX. Promoção de programas de desenvolvimento económico e social;
- X. Desenvolver política de apoio à organização de feiras de artesanato;
- XI. A promoção das artes e ofícios além fronteiras, através da parceria com instituições;
- XII. A comercialização do artesanato numa perspectiva promocional das variadas cultura.

Capítulo 2

Capacidade, Património e Recursos

Artigo 3º

A Associação está capacitada para adquirir bens e contrair obrigações. Poderá operar com bancos ou outras instituições de crédito públicas ou privadas.

Artigo 4º

O património da Associação é constituído pelos bens que actualmente possui e pelos que possa vir a adquirir através de recursos obtidos por:

- 1) Quotas pagas pelos Sócios
- 2) Doações, heranças, legados e subsídios.
- 3) Produto da organização de convívios e outros eventos, ou ainda qualquer entrada que se possa obter legalmente dentro do carácter civil e de bem publico que esta Associação representa.

Capítulo 3

Sócios

Artigo 5º

Poderão ser Sócios da Associação todas as pessoas que perfilhem os seus objectivos.

- 1) Um Sócio será admitido após a aprovação da Direcção, mediante proposta de um Sócio.
- 2) No caso de indeferimento da candidatura cabe recurso para a Assembleia Geral onde a aprovação deverá ser conseguida por uma maioria de dois terços dos votos.

Artigo 6º

Estabelecem-se as seguintes categorias de Sócios:

Fundadores: Todos os indivíduos inscritos em lista própria como futuros membros da mesma.

Efectivos: Os indivíduos, maiores de idade que sejam aprovados pela Direcção.

Honorários: As pessoas que por mérito de importantes serviços prestados em prol da Associação ou em prol dos objectivos da mesma; sejam designados pela Direcção e aprovados em Assembleia-Geral, no mínimo por 2 terços dos votos expressos.

Artigo 7º -

Os Sócios efectivos têm os seguintes deveres e direitos:

- 1) Pagar as quotas ordinárias e extraordinárias que se estabeleçam
- 2) Cumprir as obrigações que os estatutos impõem e respeitar as decisões que a Assembleia-Geral ou a Direcção possam tomar.
- 3) Participar com voz e voto em todas as Assembleias-Gerais.
- 4) A partir da antiguidade de três anos, poderão candidatar-se aos Órgãos Sociais da Associação
- 5) Gozar de todos os benefícios que a Associação outorga.

Artigo 8º

Todos os Sócios que violem disposições legais, estatutárias ou regulamentares e ou normas elaboradas pela Direcção, incorrem em infracção disciplinar

- 1) Aos Sócios serão aplicáveis as seguintes sanções:
 - a) Advertência simples
 - b) Advertência escrita
 - c) Suspensão que poderá ir até um ano
 - d) Expulsão.
- 2) As sanções previstas na alínea a) e b) são da competência da Direcção
- 3) As sanções previstas na alínea c), caso o período da suspensão não ultrapasse os 90 dias, é da competência da Direcção.

- 4) A sanção da alínea anterior, caso ultrapasse os 90 dias, é da competência da Assembleia Geral caso o arguido, para ela recorra, no prazo de 10 dias. O recurso tem efeito suspensivo.
- 5) As sanções previstas na alínea c) e d) só poderão ser aplicadas mediante prévia instauração de processo disciplinar escrito, comunicando ao arguido nota de culpa devidamente fundamentada; o arguido tem o prazo de 10 dias seguidos para responder á mesma, contados a partir da sua recepção.
- 6) A pena de suspensão não desonera o Sócio de pagar a sua quota pelo período em que ocorrer.

Capítulo 4

Órgãos Sociais

Artigo 9º

Os órgãos que compõem a Associação são:

- 1 – Assembleia Geral
- 2 – Direcção
- 3 – Conselho Fiscal

Artigo 10º

Para integrar uma lista candidata aos Órgãos Sociais todo o individuo tem de ser Sócio efectivo da Associação á pelo menos 3 anos.

Artigo 11º

O Disposto no artigo anterior não se aplica aos indivíduos que constituem o grupo de Sócios fundador da Associação.

Artigo 12º

Eleição dos Órgãos Sociais:

- 1) As listas candidatas aos Órgãos Sociais, deverão remeter ao Presidente da mesa da Assembleia, com 15 dias de antecedência á data da Assembleia

Geral, a lista completa de candidatos, acompanhada do respectivo programa de actuação.

- 2) As listas candidatas deverão ser constituídas por 17 Sócios no pleno gozo dos seus direitos, não podendo integrar mais do que uma lista concorrente.
- 3) A lista vencedora será eleita por votação secreta e pela maioria simples de votos expressos.

Artigo 13º

Nenhum dos elementos que compõem os Órgãos Sociais poderá acumular outros cargos

Artigo 14º

Os Órgãos Sociais não serão remunerados.

Assembleia Geral

Artigo 15º

A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação e é constituído por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 16º

A mesa da Assembleia Geral é composta por três associados, um Presidente um vice-presidente e um secretário, competindo-lhes dirigir as reuniões da Assembleia e lavrar as respectivas atas. Haverá ainda um elemento suplente.

Artigo 17º

Haverá duas classes de Assembleias Gerais: ordinárias e extraordinárias. As Assembleias ordinárias terão lugar uma vez por ano dentro dos dois primeiros meses que precedem o encerramento do exercício findo a 31 de Dezembro de cada ano. E nelas se tratará de:

- 1) Aprovar o relatório de contas e inventário apresentado pela Direcção.

- 2) Apresentação do parecer do Concelho Fiscal relativo ao desempenho da Direcção.
- 3) Promover a eleição dos futuros Órgãos Sociais da Associação
- 4) Tratar de qualquer outro assunto incluído na ordem de trabalhos.
- 5) Esclarecer Sócios que assim o solicitem sobre qualquer assunto relacionado com a Associação. Os Sócios que desejarem expor ideias, poderão de forma ordenada pela Mesa da Assembleia, tomar da palavra para o fazerem.

Artigo 18º

As Assembleias extraordinárias serão convocadas sempre que a Mesa da Assembleia ache necessário e quando a Direcção, Concelho Fiscal ou 20% dos Sócios com direito a voto o solicitem. Estas solicitudes, desde que devidamente fundamentadas, obrigam à realização da Assembleia num prazo máximo de 40 dias a contar da apresentação da mesma.

Artigo 19º

As Assembleias serão convocadas por circular remetida ao domicílio dos Sócios com 15 dias de antecedência á data da realização da mesma. Com a mesma antecedência, deverão também ser postos á disposição dos sócios para consulta, o relatório de contas e inventário já aprovados pelo Conselho Fiscal. Quando se pretender submeter á consideração da Assembleia alterações nos estatutos, o projecto de alterações deverá também ser posto a consideração dos Sócios com os mesmos 15 dias de antecedência.

Artigo 20º

As Assembleias celebrar-se-ão sempre validamente independentemente do número de Sócios presentes e terão inicio 30 minutos após a hora marcada na convocatória ou logo que estejam presentes mais de 50% dos Sócios com direito a voto.

Artigo 21º

As deliberações serão adoptadas, depois de referendadas e aprovadas por maioria dos votos expressos.

Artigo 22º

Nas Assembleias em que se deva proceder á eleição dos Órgãos Sociais e exista mais do que uma lista concorrente será concedida a possibilidade de cada uma das listas apresentar e defender o seu programa de actuação.

A Direcção

Artigo 23º

A Associação será dirigida e administrada por uma Direcção composta por sete elementos titulares que desempenharam os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, primeiro vogal e segundo vogal. Haverá ainda um primeiro vogal suplente e um segundo vogal suplente. Os membros da Direcção poderão ser reeleitos, até um máximo de três mandatos de três anos consecutivos.

Artigo 24º

Em caso de renúncia ou outra causa que ocasione uma vaga definitiva ou provisória de algum dos Directores titulares, á excepção do Presidente, entrará a substitui-lo um elemento designado pela Direcção após esta, ter sido integrada por um dos elementos suplentes.

Artigo 25º

A Direcção reunirá pelo menos uma vez por mês. Poderá ainda haver lugar a reuniões extraordinárias caso estas se justifiquem sendo estas convocadas pelo Presidente.

Artigo 26º

As atribuições e deveres da Direcção são:

- 1) Executar as deliberações da Assembleia Geral, cumprir e fazer cumprir os estatutos e o presente Regulamento Interno.
- 2) Exercer a administração da Associação.
- 3) À Direcção compete solicitar à Mesa da Assembleia Geral a convocação de Assembleias Gerais ordinárias ou extraordinárias.
- 4) Deliberar sobre a admissão de novos Sócios.
- 5) Repreender e suspender sócios por um período não superior a 90 dias.
- 6) Nomear empregados e todo o pessoal necessário para o cumprimento da finalidade social, fixar-lhes o ordenado, repreende-los, suspende-los e despedi-los.
- 7) Apresentar á Assembleia Geral o relatório de contas e inventário de disponibilidades e por á disposição dos Sócios todos estes documentos com a antecipação requerida no art. 21º para que estes os possam consultar atempadamente e aprovar ou contestar em sessão de Assembleia Geral.
- 8) Convocar um ou mais Sócios para que colaborem pontualmente na organização de eventos que a Direcção decida levar a efeito. Os Sócios em questão não receberão qualquer tipo de remuneração por essa colaboração e são livres de a recusar.

Artigo 27º

O Presidente da Direcção ou quem o substitua estatutariamente tem os seguintes deveres e atribuições:

- 1) Representar a Associação
- 2) Convocar reuniões de Direcção bem como Presidi-las.
- 3) Terá direito a voto nas reuniões de Direcção tal como os demais elementos e em caso de empate o seu voto será de qualidade
- 4) Assinar com o Secretário as actas das reuniões de Direcção, a correspondência e todos os demais documentos da Associação.
- 5) Autorizar com o Tesoureiro as despesas, assinando recibos e outros documentos de tesouraria de acordo com as resoluções tomadas pela

Direcção. Não permitirá que os fundos da Associação sejam investidos em objectos alheios ao prescrito neste regulamento e nos estatutos.

- 6) Dirigir as discussões, suspender e levantar reuniões de Direcção quando se verificarem alterações á ordem ou falta de respeito.
- 7) Zelar pelo bom funcionamento da Associação e sua Direcção, observando e fazendo observar os estatutos, regulamentos e resoluções das, Assembleias Gerais e reuniões de Direcção.

Artigo 28º

O Secretario ou quem o substitua estatutariamente tem os seguintes deveres e atribuições:

- 1) Assistir às reuniões de Direcção redigindo as actas, que depois assentara nos respectivos livros e assinará com o Presidente
- 2) Assinar com o Presidente a correspondência e todos os documentos da Associação.
- 3) Escrever os livros de actas das reuniões de Direcção e em colaboração com o Tesoureiro o livro de registo de Associados.

Artigo 29º

O Tesoureiro ou quem o substitua estatutariamente tem os seguintes deveres e atribuições:

- 1) Escrever em colaboração com o Secretário o livro de registo de Associados. Ocupando-se de tudo o relacionado com emissão e cobrança de quotas dos Associados.
- 2) Escrever os livros de contabilidade.
- 3) Apresentar á Direcção balancetes trimestrais e elaborar anualmente um relatório de contas e inventário, que deveram ser aprovados pela Direcção e Conselho Fiscal para posterior apresentação em Assembleia Geral.
- 4) Assinar com o Presidente os recibos e outros documentos de tesouraria e efectuar todos os pagamentos aprovados pela Direcção
- 5) Abrir numa instituição bancária uma conta de depósitos á ordem em nome da Associação, para efectuar depósitos do dinheiro apurado com cotizações e outros encaixes financeiros que advenham de organizações e eventos

realizados pela Associação. Esta conta obriga a duas assinaturas, a do Presidente e a do Tesoureiro.

6) Prestar contas de tesouraria á Direcção e Conselho Fiscal sempre que estes lho exijam.

Artigo 30º

Aos Vogais titulares corresponde:

- 1) Assistir às Assembleias Gerais e reuniões de Direcção com direito a voz e voto.
- 2) Desempenhar as funções e tarefas que a Direcção lhes confiar.
- 3) Aos Vogais suplentes corresponde integrarem a Direcção como titulares quando se verificarem as condições previstas nestes estatutos.

Artigo 31º

No caso de o número de elementos que compõem a Direcção ficar reduzido a menos de metade dos elementos que a compõem e tendo já os suplentes integrado cargos ou no caso de abandono em bloco, fica a mesa da Assembleia Geral obrigada a diligenciar no sentido de convocar com a maior brevidade possível uma Assembleia Geral extraordinária, a fim de repor o normal funcionamento da Associação.

O Conselho Fiscal

Artigo 32º

O Conselho Fiscal é composto por três elementos titulares, Presidente e dois Secretários. Haverá ainda um elemento suplente.

Artigo 33º

O Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições e deveres:

- 1) Examinar os livros e documentos da Associação anualmente e sempre que o achar necessário.
- 2) Assistir às reuniões de Direcção sempre que esta o solicite

- 3) Verificar o cumprimento dos estatutos e regulamentos em especial no que se refere aos direitos e garantias dos Sócios.
- 4) Apreciar o relatório de contas e inventário apresentados pela direcção, e emitir um parecer sobre o mesmo e a actividade anual da Direcção em funções, para posterior aprovação em Assembleia Geral ordinária.
- 5) Solicitar á mesa da Assembleia Geral a Convocação de uma Assembleia extraordinária sempre que o considere conveniente
- 6) O Conselho Fiscal deverá, sem prejuízo dos pontos anteriores exercer a sua actuação de modo a que não prejudique o normal desempenho das atribuições da Direcção, defendendo sempre o cumprimento estatutário e regulamentar.

Capítulo 5

Disposições Finais

Artigo 34º

A Assembleia não poderá decretar a dissolução da associação enquanto houver sócios que estejam dispostos a mantê-la e os quais em tal caso se comprometerão a preservar o cumprimento dos objectos sociais da mesma. Ao efectivar-se a dissolução designar-se-ão os liquidadores os quais poderão ser a própria direcção ou qualquer outra comissão de associados que a Assembleia designe para o efeito. O Conselho Fiscal deverá vigiar as operações de liquidação. Depois de pagas todas as dívidas, o remanescente do património, será doado, a uma instituição de solidariedade social e/ou, outra Associação com o mesmo carácter social designada pela Assembleia Geral.

Artigo 35º

O presente Regulamento é sempre passível de, a cada momento, sofrer alterações desde que aprovadas pela Assembleia Geral. Em tudo o que não esteja previsto no presente Regulamento aplicar-se-ão as normas legais em vigor.

O presente Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Geral.

Regulamento Interno

CAPÍTULO PRIMEIRO

Disposições Gerais

Artigo 1º

Sede

O presente regulamento geral interno, aprovado em Assembleia Geral, regula o funcionamento da Associação de Artes e Ofício do Concelho com sede -----e constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 2º

Fim

1. Promover a integração social na comunidade local de mulheres idosas vítimas de violência em contexto familiar através das artes e ofícios;
2. A Associação propõe-se também:
 - a) Resgatar as artes e ofícios a tempos perdidos;
 - b) Promoção de programas de desenvolvimento económico e social;
 - c) Promover e incentivar a cultura;
 - d) Desenvolver política de apoio à organização de feiras de artesanato.

Artigo 3º

Modo de funcionamento

1. Para a realização dos seus fins, a Associação poderá criar grupos de trabalho, encarregados de pesquisas, estudos e quaisquer outras tarefas apropriadas.
2. Tendo em vista a prossecução dos seus fins, a Associação poderá ainda:
 - a) Promover a publicação de um boletim que será também um órgão noticioso das suas actividades
 - b) Colaborar com todas as Associações congéneres, nacionais ou estrangeiras;

CAPÍTULO SEGUNDO

Sócios

Artigo 4.º

Admissão de sócios

Poderão ser Sócios da Associação todas as pessoas que perfilhem os seus objectivos.

- 1) Um Sócio será admitido após a aprovação da Direcção, mediante proposta de um Sócio.
- 2) No caso de indeferimento da candidatura cabe recurso para a Assembleia Geral onde a aprovação deverá ser conseguida por uma maioria de dois terços dos votos.

Artigo 5.º

Categorias de sócios

Estabelecem-se as seguintes categorias de Sócios:

1. Sócios individuais

a) Fundadores: Todos os indivíduos inscritos em lista própria como futuros membros da mesma.

b) Efectivos: Os indivíduos, maiores de idade que sejam aprovados pela Direcção.

c) Honorários: As pessoas que por mérito de importantes serviços prestados em prol da Associação ou em prol dos objectivos da mesma; sejam designados pela Direcção e aprovados em Assembleia-Geral, no mínimo por 2 terços dos votos expressos.

2. Sócios colectivos

a) São sócios colectivos todos os que forem Associação, Empresa ou Instituição e que paguem a quota e a jóia estabelecidas nos números 3 e 6, do Artigo 10.º do presente Capítulo, respectivamente.

Artigo 6.º

Direitos dos Sócios

1. Cada Sócio tem os seguintes direitos:

- a) Tomar parte das Assembleias Gerais e, nelas, usar da palavra e apresentar moções;
- b) Apresentar à Direcção, por escrito, sugestões e propostas;
- c) Usufruir das regalias que lhe venham a ser concedidas pela Associação, por instituições oficiais ou particulares e por associações congéneres;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos neste Regulamento Interno;
- e) Requerer informação aos órgãos competentes sobre qualquer assunto, relacionado com a actividade da Associação;
- f) Assistir às sessões organizadas pela Direcção;
- g) Representar a Associação, por delegação expressa da Direcção.

2. Só são elegíveis:

- a) Os sócios fundadores;
- b) Os sócios individuais efectivos, após dois anos completos sobre a sua inscrição enquanto associados da Associação, ou no caso de se mostrar relevante para Associação encurtar esse prazo devendo ser esta decisão deliberada em Assembleia-geral;
- c) Os sócios que tenham o pagamento das quotas devidamente regularizado e que não tenham qualquer tipo de dívida material à Associação.

3. Direitos específicos dos Sócios individuais fundadores:

- a) Votar e ser votado para os corpos gerentes da Associação;
- b) Fazer uso, sempre que entenda, do seu voto de qualidade;
- c) Usufruir das regalias, descontos e vantagens promovidas que lhe venham a ser concedidas pela Associação, por instituições oficiais ou particulares e por associações congéneres perante o seu estatuto de sócio fundador.

4. Direitos específicos dos Sócios individuais efectivos:

- a) Votar para os corpos gerentes da Associação;
- b) Ser votado para os corpos gerentes da Associação após dois anos de inscrição como sócio ou se for deliberado em Assembleia-geral a redução desse prazo por razões de relevância para a Associação;
- c) Usufruir das regalias, descontos e vantagens que lhe venham a ser concedidas pela Associação, por instituições oficiais ou particulares e por associações congéneres perante o seu estatuto de sócio efectivo;

d) Desconto nas actividades promovidas pela Associação com excepção das actividades de âmbito educativo vocacionado para os sócios Juniores.

5. Direitos específicos dos Sócios Colectivos:

a) Preferência no acesso, em circunstâncias idênticas com outras instituições não associadas.

Artigo 7.º –

Deveres dos Sócios

1. É dever de cada sócio:

a) Tomar parte nas Assembleias Gerais;

b) Respeitar os princípios e os fins para que foi criada a Associação, os seus estatutos e regulamentos;

c) Prestigiar e defender a Associação;

d) Colaborar na prossecução dos fins da Associação, observar as disposições dos Estatutos e do presente Regulamento e acatar as resoluções da Direcção e da Assembleia Geral;

e) Aceitar a eleição para os corpos gerentes, salvo comprovado motivo de impedimento, e desempenhar os respectivos cargos com dedicação e fidelidade;

f) Pagar as quotas, quando de tal não dispensado;

g) Participar nas actividades da associação quando solicitado.

Artigo 8.º

Demissão dos Sócios

1. Os associados podem solicitar por escrito a sua demissão, acto após o qual perderão automaticamente a qualidade de sócio.

Artigo 9.º

Incumprimento e exclusão dos Sócios

1. O sócio que faltar ao cumprimento dos deveres consignados no artigo 7.º do presente Capítulo será, consoante a gravidade da falta, suspenso ou demitido.

2. A falta de pagamento das quotas além de um ano implicará a suspensão quando exime o pagamento das quotas em atraso.

3. A suspensão e a demissão são da competência da Direcção, com recurso à Assembleia Geral que será obrigatoriamente convocada para, no prazo de trinta dias, apreciar o recurso e resolve-lo definitivamente.

4. O sócio será previamente avisado, por carta registada, para apresentar justificações da falta imputada ou pagar as quotas em atraso, no prazo de quinze dias, a contar da expedição do aviso.

5. O sócio que tenha sido demitido só poderá ser readmitido por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 10.º

Quotas e Jóias

1. A quota dos sócios individuais fundadores e efectivos é de 12,00 € (doze euros) anuais.
2. A quota dos sócios colectivos é de 60,00€ (sessenta euros) anuais.
3. O pagamento anual das quotas deverá ser feito nos últimos dois meses do ano civil anterior ao do usufruto das regalias correspondentes ao seu estatuto de Sócio.
4. O pagamento das quotas durante os meses de Novembro e Dezembro é efectuado, por regra, nas instalações do Armazém das Artes – Fundação Cultural e, nessa altura, é entregue o respectivo cartão anual do sócio.
5. O pagamento da jóia de inscrição no valor 5,00 € no caso dos sócios individuais
6. efectivos e fundadores e 15,00 € no caso dos sócios colectivos.

CAPÍTULO TERCEIRO

Fundos

Artigo 11.º

Fundos

1. Constituem fundos da Associação:

- a) A jóia inicial paga pelos sócios;
- b) O produto das quotizações fixadas pela Assembleia-geral;
- c) As liberalidades aceitas pela Associação;
- d) Os subsídios que lhe sejam atribuídos;
- f) Revertem para o fundo de reserva uma percentagem que não poderá ser inferior a 5%:
 - i. Das quotas;
 - ii. Dos excedentes anuais líquidos;

g) Estas reversões deixarão de ser obrigatórias desde que a reserva legal atinja um montante igual ou superior a 2.000,00 € (dois mil euros).

CAPÍTULO QUARTO

Órgãos

Artigo 12.º –

Órgãos

1. São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
2. Em todos os órgãos sociais o respectivo Presidente terá voto de qualidade. Neste caso, se o Presidente for também sócio fundador, ficará impossibilitado de usar o seu voto de qualidade enquanto sócio efectivo fundador, podendo portanto apenas utilizar um voto de qualidade.
3. O exercício dos cargos é gratuito, sem prejuízo de ressarcimento das despesas comprovadas que faça em serviço da Associação.
4. Será sempre lavrada uma acta das reuniões de qualquer órgão que será obrigatoriamente assinada pelos presentes, salvo no caso da Assembleia Geral que será assinada pelos elementos que constituem a mesa.
5. Nenhum dos órgãos, com excepção da Assembleia Geral poderá funcionar sem que estejam preenchidos, pelo menos metade dos seus lugares.

Artigo 13.º

Eleição dos Órgãos

1. A eleição da Mesa da Assembleia, da Direcção e do Conselho Fiscal realizar-se-á em Assembleia Geral que aprecie o relatório de contas e plano de actividades e orçamento, por escrutínio secreto.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 3 anos.
3. São elegíveis em Assembleia Geral os associados que se encontrem nos casos referidos no Artigo 6.º.
4. Uma vez realizada a votação e aprovados os resultados, a Assembleia Geral conferirá imediatamente posse aos eleitos.
5. O processo eleitoral é da competência da Mesa da Assembleia Geral quanto aos seguintes pontos:

- a) Organização;
- b) Verificação da regularidade das candidaturas;
- c) A recepção das listas cuja apresentação deverá ser feita pelo menos 8 dias antes da data prevista para a Assembleia Geral. As listas deverão mencionados candidatos para todos os campos, designadamente número de associado, nome, residência permanente, cargo a preencher e termo individual de aceitação de candidatura;
- d) Haverá sempre um promotor de lista devidamente identificado;
- e) Havendo mais do que uma lista serão estas designadas por letras no momento da sua apresentação mediante ordem de candidatura;
- f) A elaboração do caderno eleitoral é da competência da Mesa da Assembleia;
- g) Poderá ser interposto recurso para a Assembleia Geral com o fundamento de irregularidades no acto eleitoral o que implicará o cancelamento da posse da lista eleita se o fundamento invocado tiver provimento.

Artigo 14.º

Destituição

1. Os órgãos sociais podem ser destituídos pela Assembleia Geral que haja sido convocada expressamente para esse efeito por uma maioria de pelo menos 2/3 do número total dos presentes.
2. A Assembleia que destitui os órgãos sociais em exercício elegerá uma comissão administrativa de três elementos que dirigirá a Associação até à eleição dos novos corpos gerentes cujo acto eleitoral intercalar promoverá.

Artigo 15.º

Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos e é dirigida por uma Mesa que regula os seus trabalhos.
2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por três (3) associados, um Presidente um vice-presidente e secretário, competindo-lhes dirigir as reuniões da Assembleia Geral e lavrar as respectivas actas.

3. A Assembleia Geral delibera por maioria de votos dos sócios, excepto quando a lei exija maioria qualificada.

4. Os sócios votam por presença ou através de delegação de voto formalizada previamente por carta registada e dirigida ao Presidente da Assembleia Geral.

5. No caso de, à hora assinalada para a reunião, não estar presente a maioria dos sócios, funcionará a Assembleia decorrida meia hora com os sócios presentes.

6. Convocatória e reunião da Assembleia:

a) A Assembleia reúne em sessão ordinária entre o mês de Janeiro e Fevereiro de cada ano, para apreciação do relatório e contas e, trienalmente para eleição dos corpos gerentes;

b) A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, ou a requerimento fundamentado da Direcção, ou de um grupo de pelo menos 10 sócios, com a antecedência mínima de 15 dias, com indicação do local, hora e menção expressa dos assuntos a deliberar;

c) Incumbe à Assembleia Geral, como órgão supremo da administração da Associação, além das demais atribuições referidas nos Estatutos:

i. Eleger a própria Mesa da Assembleia, a Direcção e o Conselho Fiscal;

ii. Apreciar o relatório e contas da Direcção.

Artigo 16.º

Direcção

1. A Direcção, eleita em Assembleia Geral para o exercício de um triénio e reelegível no máximo por três mandatos consecutivos, e é composta por um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, primeiro vogal e segundo vogal. Haverá ainda um primeiro vogal suplente e um segundo vogal suplente.

2. A Direcção pode deliberar com a ausência de até 2 membros, mesmo que um deles seja o Presidente e delibera por maioria dos votos dos seus membros.

3. À Direcção compete, para além das demais atribuições referidas nos Estatutos:

a) Pôr em prática as deliberações da Assembleia Geral;

b) Trabalhar no sentido de se alcançarem os fins da Associação;

c) Elaborar o regulamento ou regulamentos do funcionamento dos grupos de trabalho ou dos projectos desenvolvidos, sempre que necessário;

d) Gerir e arrecadar os fundos da Associação;

e) Nomear o pessoal necessário e fixar os seus vencimentos;

f) Representar a Associação, judicial e extra-judicialmente.

4. A Direcção reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que um dos membros da Direcção a convoque.

5. Compete à Direcção apresentar à Assembleia Geral o relatório anual da sua actividade bem como o relatório de contas que será apreciado nos termos definidos anteriormente.

Artigo 17.º **Conselho Fiscal**

1. O Conselho Fiscal, eleito em Assembleia Geral, é composto por associados, um Presidente e dois Secretários.

2. Ao Conselho Fiscal compete:

a) Redigir o parecer anual sobre os relatórios da Direcção;

b) Dar, a solicitação da Direcção, parecer sobre a sua actividade desenvolvida.

Apêndice 26. Quadro VI. Plano de actividade da Associação Artes e Ofícios do Concelho

Acções a desenvolver	Objectivos	População Alvo	Metodologias		Local a realizar	Tempo	Recursos		Parceria
			Estratégias	Técnicas			Humanos	Materiais Logístico	
Oficina de costura tradicional e criativa	Dar a conhecer a importância da profissão costureira e a diferença entre costura tradicional e criativa.	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Fase: Conversa Informal com os participantes 2º Fase: Trabalhos práticos	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social -Escolas	4 horas	-Costureiras (os)	-Computador -Maquinas de costura -Tecidos - Linhas e agulhas	-Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local -Casa de Abrigo
Oficina trabalhos manuais pintura em tecido e azulejos	Aproximar a comunidade as técnicas de pintura em azulejos e tecidos	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Fase: Apresentação das técnicas de pintura 2º Fase: Trabalhos práticos	Trabalho em grupo e individual	-Escolas -Junta de Freguesia, -Centro Social	4 horas	Artesãos	-Computador -Tintas -Azulejos -Tecidos	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local - Escolas do concelho -Casa de Abrigo

Oficina esculturas em ferro	Proporcionar a comunidade contacto com as várias esculturas em ferro como também dar a conhecer as técnicas utilizadas no fabrico das mesmas.	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Fase: Socialização das técnicas do trabalho com ferro. 2º Fase: Trabalhos práticos	Trabalho em grupo e individual	-Escolas -Junta de Freguesia, -Centro Social	4 horas	Artesãos	-Computador -Ferro -Serra -Lixa	-Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local - Escolas do concelho --Casa de Abrigo
Oficina de fabrico de pães e bolos	Conhecer o fabrico de pães e bolos tradicionais.	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Fase: Socialização das receitas 2º Fase: Confecção de bolos e pães	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social	5 horas	Pasteleiro (residente da casa de abrigo)	-Computador -Receitas - Farinha -Fermento -Açúcar -Sal	-Pastelaria local -Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local - Escolas do concelho -Casa de Abrigo
Oficina de trabalhos manuais com palhas e cordas	Resgatar a importância dos trabalhos com palhas e cordas	-Comunidade local	1º Fase: Demonstrar os trabalhos realizados a partir da palha e	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social -Escolas -Estruturas	4 horas	Residente e ex-residente da casa de abrigo)	-Computado - Palha -Corda	- Associação de Empresário local - Escolas do concelho

			também da corda 2º Fase: Confecção de produtos utilizando palha e corda		Residenciais para idosos				-Casa de Abrigo
Oficina de arranjo de sapatos	Dar a conhecer as técnicas de arranjo de sapatos	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Explanar sobre as técnicas da colagem e costura de calçados 2º Prática de colagem e costura em sapatos	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social -Escolas	4horas	Sapateiro	-Computado - Máquina de costura -Cola para sapateiro	-Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local - Escolas do concelho --Casa de Abrigo
Oficina Bordados e pinturas	Socializar as variadas técnicas de bordados e pinturas manuais	-Comunidade local	1º Informar sobre as variadas técnicas de bordados e pinturas 2º Trabalhos práticos	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social -Estruturas Residenciais para idosos	4horas	Ex-residente casa de abrigo, artesã	-Computado - Máquina de costura -Tintas para tecido -Tecidos -Linhas - Bastidores -Papel vegetal	-Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local

Oficina trabalhos manuais com barros	Dar a conhecer os vários produtos produzido a partir do barro	-Comunidade local - Residentes e ex-residentes da casa de abrigo.	1º Apresentar as técnicas do trabalho manual com a matéria-prima barro 2º Trabalhos práticos	Trabalho em grupo	-Escolas -Junta de Freguesia, -Centro Social -Estruturas Residenciais para idosos	4 Horas	Artesãos	-Computado -Barro -Tinta	-Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local - Escolas do concelho
Oficina de fabrico de produtos derivado do lacticínio	Socializar técnicas de produção de produtos derivados do lacticínio, queijo, requeijão e iogurte	-Comunidade local	1º Trabalhos práticos	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social	4 Horas	Residente casa de abrigo	- Leite -Talho	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local
Oficina de pratos regionais	Socializar receitas de pratos regionais	-Comunidade local	1º Trabalhos práticos	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social	4 Horas	Ex-residente residente casa de abrigo	Produtos referentes a cada prato	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local
Oficina com ferreiro, ferrador e albardeiro	Ressaltar a importância do trabalho do ferreiro, ferrador e albardeiro	-Comunidade local - Residentes e ex-	1º Partilhar as técnicas do trabalho manual do ferreiro.	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social	4 Horas	Artesão	-Ferro -Martelo	Junta de freguesia -Centro Social - Associação

		residentes da casa de abrigo.	2º Trabalhos práticos						de Empresário local.
Oficina de fabrico de acessórios: brincos e colares etc.	Partilhar técnicas de confecção de acessórios.	-Comunidade local	2º Trabalhos práticos	Trabalho em grupo	-Junta de Freguesia, -Centro Social	4 Horas	Ex-residente casa de abrigo	-Fios -Missangas -Medalhas	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local
Oficina de produção de roupas e acessórios de lã	Dar a conhecer o processo de produção de roupas e acessórios com lã	-Comunidade local	1º Apresentar as técnicas para produção de roupas e acessórios utilizando fio de lã. 2º Trabalhos práticos.	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social	3 Meses	Costureira ex – residente e residente da casa de abrigo	- Lãs -Agulhas -Linhas	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local
Oficina de produção de roupas para bebés	Possibilitar aos participantes o contacto com a produção de roupas para bebés.	-Comunidade local	1º Partilha as técnicas para produção de roupas e acessórios utilizando fio de lã. 2º Trabalhos práticos.	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social	3 Meses	Costureiras ex – residente e residente da casa de abrigo	-Tecidos -Linhas -Maquina de costura -Rendas -botões -Agulhas	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local

Oficina de produção de malas, cardeiras e porta-moedas em tecidos.	Conhecer o passo a passo à produção dos artigos.	-Comunidade local	1º Demonstrar as técnicas para produção de acessórios. 2º Trabalhos práticos.	Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social	2 Meses	Costureiras ex – residente e residente da casa de abrigo	-Tecidos -Linhas -Maquina de costura -Rendas -botões -Aglhas	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local
Oficina de escultura em madeira	Demonstrar a transformação da madeira em escultura.	-Comunidade local		Trabalho em grupo e individual	-Junta de Freguesia, -Centro Social	8 Horas	Artesão	-Madeira -Cola -Martelo -Serra -Tintas	Junta de freguesia -Centro Social - Associação de Empresário local

Apêndice 27. Ficha de avaliação- Oficina de formação



Ficha de Avaliação-Oficina de Formação

Com objectivode melhorar o serviço prestado pela **Associação Artes e Ofício**, muito gostaríamos que preenchesse esta Ficha de Avaliação, relativa a oficina em que participou.

A sua colaboração é de extrema importância.

Muito obrigada.

1. Identificação

Oficina de formação:-----

Duração:

Data de Início:-----/-----/-----

Data de Fim: -----/-----/-----

Na sua avaliação, utilize a seguinte escala:

1	2	3	4
Insuficiente	Médio	Bom	Excelente

2 Conhecimentos iniciais	1	2	3	4
Ao apresentar-se nesta Oficina de formação os seus conhecimentos sobre as temáticas abordadas eram:				

3. Expectativas	1	2	3	4
Esta Oficina de formação correspondeu ao que dela esperava, tendo sido útil?				

4. Artesãos/ convidados

Refira a sua opinião sobre o desempenho do(s) Artesão (s)/Convidado(s):

Artesão (s)/ Convidado (s):	O Artesão (s) / Convidado (s): transmitiu com clareza os Assuntos abordados?				O Artesão (s) /Convidado (s): conseguiu criar um clima propício à participação?				O Artesão (s) /Convidado (s): dominava o tema que expôs?				Os métodos/estratégias Utilizados foram os mais ajustados?			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4

5-Resultados alcançados	1	2	3	4
Como classifica os resultados alcançados pela frequência nesta oficina de formação?				

6. Na sua opinião, quais os principais “pontos fortes” e “pontos fracos” nesta Oficina de formação?

Pontos Fortes	Pontos Fracos

7. Que sugestões de melhoria gostaria de fazer?

8. Que outras Oficinas de formação gostaria de frequentar?

9. Aconselharia outra pessoa a fazer este Curso/Módulo? SIM ☐ NÃO ☐

Porquê?-----

10. Comentários:

Nome (facultativo):-----

Idade (facultativo):-----

Profissão/Ocupação:-----

Data de preenchimento: -----/-----/-----

Muito Obrigada pela sua colaboração!